

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**O DESAFIO DA LEITURA NA ESCOLA**  
**AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO/RS**

**IVETE SCARIOT**

**2009**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O DESAFIO DA LEITURA NA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL  
DE SERTÃO/RS**

**IVETE SCARIOT**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Sandra Barros Sanchez**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ  
Dezembro de 2009

630.710981

S285d

F

Scariot, Ivete, 1959-

O desafio da leitura na Escola  
Agrotécnica Federal de Sertão/RS / Ivete  
Scariot - 2009

91 f. : il.

Orientador: Sandra Barros Sanchez.

Dissertação (mestrado) - Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de  
Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 70-72.

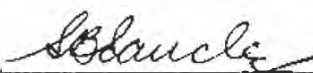
1. Ensino agrícola - Teses. 2. Leitura  
- Estudo e ensino - Teses. 3. Educação -  
Teses. 4. Conscientização - Teses. I.  
Sanchez, Sandra Barros. II. Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de  
Pós-Graduação em Educação Agrícola. III.  
Titulo.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**IVETE SCARIOT**

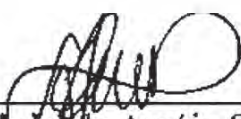
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 16 de dezembro de 2009.



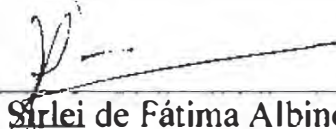
---

Sandra Barros Sanchez, Dra. UFRRJ



---

Gabriel de Araújo Santos, Dr. UFRRJ



---

Sirlei de Fátima Albino, Dra. UFSC

Dedico este trabalho aos meus dois queridos filhos,  
Bárbara e Gabriel, que são a razão de todo meu esforço,  
de melhoria pessoal e profissional.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, e acima de tudo, agradeço a Deus por ter me permitido e me dado condições de realizar este mestrado. Ter chegado até aqui, nas condições adversas pelas quais muitas vezes passei, é para mim uma graça divina e uma prova, de que a superação humana sempre é possível, quando há determinação, dedicação e trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que de uma forma ou de outra fizeram parte dessa caminhada. Algumas chegaram até o fim comigo, outras ficaram pelo caminho..., mas, com certeza, todas foram importantes e me ajudaram a crescer.

Ao nomear pessoas, primeiramente, agradeço aos meus dois queridos filhos, Bárbara e Gabriel, uma das principais razões da busca de melhoria de vida, que apesar de ainda não entenderem bem a dimensão desse trabalho, colaboraram comigo, entendendo do jeito deles, as minhas ausências.

Ao meu marido, Wellington, que de sua maneira..., auxiliou-me cuidando de nossos filhos.

Aos meus queridos pais que, apesar da pouca escolaridade, sempre foram um exemplo de sabedoria, amor e dedicação, incentivando-me e auxiliando-me em tudo o que sempre precisei.

Aos meus irmãos e irmãs, principalmente, às irmãs: Shirley e Rosi, que foram sempre prestativas e solidárias, ajudando a tomar conta dos meus filhos nas minhas viagens de estudo.

Profissionalmente agradeço ao professor Elcio Paim, ex-diretor da nossa Escola, por ter trazido esse programa de mestrado para nossa instituição e proporcionado condições para que pudéssemos participar.

Aos colegas da Escola, Luis Valério e Cleusa, pela parceria, coleguismo e companheirismo em todas as atividades e circunstâncias que passamos.

A professora Daiane Neumann por ter me assessorado na correção e formatação dos textos.

A todos os colegas, dos mais variados estados desse lindo Brasil, que formaram comigo a turma 2007/2, principalmente àqueles que nos acolheram em nossos estágios como, por exemplo, a colega Maria Inês Manfio, que me acolheu em sua casa e em sua Escola.

E, finalmente, agradeço de coração a toda equipe do PPGA.

Aos coordenadores e meus queridos orientadores: Dr<sup>a</sup> Sandra Barros Sanchez e Dr. Gabriel de Araújo Santos pela forma como me conduziram nesse processo, confiando no meu trabalho. Que Deus continue os abençoando e dando forças a vocês para continuarem melhorando as vidas dos docentes desse país. Vocês são para mim pessoas muito especiais e sempre os lembrarei com muito carinho;

A todos os professores que ministraram aulas maravilhosas nas semanas de formação, a minha admiração e o reconhecimento de que foram geradores de transformações e crescimento profissional impar;

Ao Nilson pela atenção e carinho que sempre teve conosco, pelo trabalho e dedicação ao programa;

Enfim, meu muito obrigado a todos e a certeza de que ao passarmos pelo caminho levamos um pouco de cada um que conviveu conosco e deixamos um pouco de nós mesmos. Esse trajeto que só é bonito porque, apesar dos obstáculos, um dia tivemos a coragem de iniciá-lo e hoje temos a graça de concluí-lo.

## EPÍGRAFE

É consenso que a cidadania plena exige prática de leitura constante e abrangente, que se manifesta na vida política, nas relações de trabalho, na vida familiar e no lazer.

Marisa Lajolo

## BIOGRAFIA

IVETE SCARIOT, nasci em 03 de outubro de 1959, na cidade de Tapejara Rio Grande do Sul. Sou filha de pequenos agricultores, que com muitas dificuldades criaram uma família de nove filhos, sempre tirando o sustento da terra. Como segunda filha do casal, tive uma infância pobre e sofrida, desde pequena sempre ajudei nos afazeres domésticos, na roça e estudei. Fui alfabetizada, por uma professora particular, juntamente com mais três crianças, na fazenda onde morei. Cursei o ensino fundamental e médio em escolas municipais e estaduais. Formei-me no curso de Letras – licenciatura plena em língua portuguesa e literatura brasileira, da Universidade de Passo Fundo no ano de 1982. Em 1988, na mesma Universidade realizei o curso de Especialização em Literatura Brasileira, com a monografia sobre: “O perfil da mulher nos movimentos literários”, orientado pelo mestre Henrique Manoel Ávila. Em 1995, cursei graduação em Letras – licenciatura plena, com habilitação em língua e literatura inglesa. Como profissional, atuei na rede pública estadual do Rio Grande do Sul por 15 anos, sendo que, destes quinze anos, quatro, foram como supervisora de ensino de Escolas Estaduais e os demais como professora de Português e Inglês do Ensino Médio Estadual. Na rede pública estadual de São Paulo, atuei por dois anos e meio como professora efetiva de Língua Inglesa do Ensino Médio. Na rede pública municipal de Passo Fundo, trabalhei como professora de Português do ensino fundamental. Em alguns períodos concomitantes, atuei como professora de Inglês em escolas particulares de Tapejara – Medianeira de Todas as Graças, atual Notre Dame, de Passo Fundo – e Colégio Bom Conselho. Em São Paulo, no Colégio Objetivo e em curso particular de Inglês. Fui secretária por três anos do 7º núcleo do CPERS - Sindicato dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul. Há quatro anos sou professora de Língua Inglesa e Língua Portuguesa da Escola Agrotécnica Federal de Sertão, atendendo alunos, em sua maioria, oriundos do meio rural, que apesar das transformações pelas quais o meio rural tem passado, lembram muito a minha origem. Atualmente, estou tendo o privilégio de estar cursando o mestrado em Educação Agrícola, que tem nos proporcionado muito crescimento pessoal e profissional, por sua abordagem, e pelo corpo docente que nos acompanha.



## RESUMO

SCARIOT, Ivete. **O desafio da leitura na Escola Agrotécnica Federal de Sertão/RS.** 2009. 117 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2009.

A presente pesquisa teve como objetivo investigar e avaliar o interesse pela leitura de uma turma de alunos, que ingressou na Escola Agrotécnica Federal de Sertão no ano de 2008, para cursar o Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio, bem como, averiguar a importância que os pais e professores desses alunos atribuem à leitura e que mecanismos utilizam para incentivá-la. A pesquisa iniciou com uma revisão da literatura sobre a educação nos aspectos sociais, políticos e econômicos ao longo da história, seguindo com as políticas educacionais e o ensino profissionalizante, onde situamos a Escola Agrotécnica Federal de Sertão, com uma tradição de 52 anos na formação de técnicos agrícolas. Abordou-se, também, a história da leitura, seu caráter social e político, bem como a leitura utilizada de forma interdisciplinar pelo corpo docente e a sua importância como ferramenta de aquisição de conhecimentos na educação profissional. Com a aplicação da metodologia qualitativa o grupo selecionado respondeu a 92 questionários e elaborou 56 textos dissertativos sobre o tema da leitura. Durante onze aulas de duas horas, realizaram-se trabalhos de motivação e conscientização do valor da leitura para a vida pessoal e profissional dos estudantes. Teoricamente 74% dos alunos dizem gostar de ler, mas na prática esse índice é questionado quando 87% dos docentes dizem que esses alunos não lêem e justificam por apresentarem conhecimentos gerais muito limitados, dificuldade de ler e escrever, pobreza de vocabulário, desconhecimento de sinônimos de palavras comuns, dificuldade em construir frases coerentes, em expressar o que aprenderam e em interpretar uma situação-problema. Colaborando com essa situação os demais elementos da pesquisa, pais e professores, apesar de admitirem a importância da leitura, pouco fazem para incentivá-la. Para os alunos a habilidade de ler textos diversificados, além de prepará-los melhor para a utilização de sua língua materna, proporcionaria uma formação mais integral, criando uma consciência social e ecológica, para que se revertam situações calamitosas, que tem sido criadas no meio rural devido à prática de uma agricultura que prioriza o lucro sem avaliar o prejuízo que determinados procedimentos inadequados causam à natureza e, conseqüentemente, à sociedade. Diante disso surge a necessidade de incentivar a leitura como uma forma de melhorar a formação de alunos que atuarão como técnicos agrícolas em um mercado de trabalho que precisa ser pensado e repensado para produzir com sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Educação Geral, Educação Agrícola, Leitura, Conscientização.

## ABSTRACT

SCARIOT, Ivete. The challenge of the reading at Agrotecnician Federal School in Sertão /RS. 2009. 117 p. Dissertation (Master in Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2009.

The present research had as objective to investigate and to evaluate the interest for the reading of a pupils' group, who entered in Agrotécnica Federal de Sertão school in the year of 2008 to attend a course Farming Technician at the same time the High School, as well as, to inquire the importance that the parents and teachers of these pupils attribute to the reading and that mechanisms they use to stimulate it. This research started with a revision of literature on the education in the social, economic and politician aspects throughout history, following with the educational politics and professionalizing education, where we place this school - Agrotécnica Federal de Sertão - with a tradition of fifty-two years in the formation of agricultural technician. It was approached, also, the history of the reading, its social character and politician, as well as the used reading of form to interdisciplinary for the faculty and its importance as tool of acquisition of knowledge in the professional education. As the application of the qualitative methodology the selected group answered the 92 questionnaires and elaborated 56 texts about reading. During eleven lessons of two hours, we work of motivation and awareness of the value of the reading for the personal and professional life of the students. When the students answer the questions, 74% of them said to like to read, but in fact this index it is questioned because 87% of their teachers said that the pupils don't read because their common knowledge is very limited. They have difficulties to read and to write, their vocabulary is very poor and they don't know synonymous of common words. They have difficulties in constructing coherent phrases, in expressing what they had learned and in interpreting a situation-problem. Collaborating with this situation the other people of the research, parents and teachers, although to admit the importance of the reading, they don't do much to change the situation. For the pupils the ability to read different texts, beyond prepare them better for the use of its mother language, would provide their complete education, creating a social and ecological conscience, so that calamitous situations are reverted, that have been created in the agricultural way due to practice of an agriculture that prioritizes the profit without evaluating the damage that definitive inadequate procedures cause to the nature and to the society. For this it's necessary to stimulate the reading as a form to improve the formation of agricultural pupils who will act as technician in a work market that needs to be thought and to be rethought to produce with support.

Key Words: General Education, Agricultural Education, Reading, Awareness.

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1 - Localização do IFRS - Campus Sertão</b>	<b>18</b>
<b>Figura 2 – Foto da Escola Agrotécnica Federal de Sertão</b>	<b>41</b>
<b>Figura 3 – Foto da Escola a partir da denominação IFRS - Campus Sertão</b>	<b>41</b>
<b>Figura 4 - Foto dos alunos - 2008/1- na aplicação do 1 ° questionário</b>	<b>43</b>
<b>Figura 5 – Slide usado na apresentação sobre a natureza</b>	<b>45</b>
<b>Figura 6 - Foto dos alunos na aplicação do questionário final</b>	<b>46</b>

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO</b>	01
<b>2 – REVISÃO DE LITERATURA</b>	05
2.1 - A história da educação	05
2.1.1 - Educação: aspectos sociais, políticos e econômicos ao longo da história	05
2.1.2 - As políticas educacionais o ensino profissionalizante	12
2.2 - Caracterização do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Sertão	16
2.2.1 - Histórico	17
2.2.2 - Inserção regional	17
2.3.3 - Missão	18
2.3 - A leitura	19
2.3.1 - História da leitura	19
2.3.2 - Desafio da leitura em uma Escola Agrotécnica	27
2.3.3 - A leitura e suas implicações: o caráter social e político da leitura	29
2.3.4 - A leitura como uma ferramenta de conhecimento na educação profissional.	32
2.3.5 - O trabalho interdisciplinar do educador como mediador da leitura	35
<b>3 - METODOLOGIA</b>	40
3.1- Delimitação da área de abrangência da pesquisa e caracterização do público	41
3.2 - Dinâmicas aplicadas na realização da pesquisa	42
<b>4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	47
<b>5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	62
<b>6- CONCLUSÕES</b>	68
<b>7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	70
<b>8- ANEXOS</b>	
A- 1º questionário aplicado aos alunos	73
B- Questionário aplicado aos pais	75
C- Textos dissertativos sobre leitura	76
D- Questionário aplicado aos professores	77
E- Último questionário aplicado aos alunos	78
F- Texto de Claudio Moura Castro - O desenvolvimento está nos detalhes	79
G- Texto de Danielly V. Silva - Interpretar textos é comunicar-se.	80

H- Textos do livro didático sobre leitura	81
I- Crônica de Martha Medeiros - Aula de Literatura	82
J- Crônica de Affonso Romano de Sant'Anna - Porta de Colégio	83
K- Lista de livros retirados da UPF	84
L- Texto de Machado de Assis – Um apólogo	85
M-Texto de Lya Luft- Somos um país de analfabetos	86
N- Texto de Lya Luf Brasileiro não gosta de ler?	87
O- Redações dos alunos sobre leitura	88
P- Textos de avaliação dos alunos do trabalho desenvolvido	90

# 1. INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o contexto histórico, percebemos que, no século XIX, com o auge do racionalismo e com o avanço tecnológico e científico houve um período de otimismo na história da humanidade, passou-se a pensar que todos os problemas seriam resolvidos pela ciência e pela tecnologia. Mas este quadro não corresponde à realidade, uma vez que a sociedade, apesar de desenvolvida nos aspectos científicos, tecnológicos e intelectuais, ainda não encontrou um equilíbrio individual e social que faça com que o ser humano viva harmonicamente no mundo.

Prova disso são as pesquisas veiculadas diariamente na imprensa sobre problemas básicos que ainda enfrentamos para termos uma sociedade justa para todos. Uma recente pesquisa do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento do Brasil, da revista *Época*/maio /2009, detectou que o maior problema do Brasil é a educação, e atrelados a ela estão os demais problemas como: violência, saúde e desemprego. A mesma pesquisa aponta ainda que o caráter das pessoas ou seus valores é tão importante quanto as políticas para solucionar as maiores carências da sociedade. Nesse contexto, situamos o tema dessa dissertação: a leitura. Entendemos que ela é um mecanismo muito importante na vida do estudante por conscientizá-lo de suas reais possibilidades, de seus direitos e deveres, por mudar concepções e transformá-lo numa pessoa melhor em sua convivência com os mais diversos grupos humanos e com a natureza. Deve, portanto, ser tratada na vida escolar do aluno como uma atividade significativa, pois o auxiliará na escola, e ao sair desta, o hábito de mantê-la o ajudará durante toda sua vida.

O presente trabalho que tem como título “O desafio da leitura em uma Escola Agrotécnica” procurou se embasar em aspectos que determinaram a atual situação da leitura nos meios escolares. Fez-se, assim, uma retrospectiva da educação geral nos aspectos sociais, políticos e econômicos ao longo de sua história, analisando a influência política e econômica nas decisões educacionais das várias fases do desenvolvimento nacional.

A educação profissional, por ser a realidade em que vivemos em uma Escola Agrotécnica, foi também pesquisada e analisada. Através do estudo bibliográfico, buscou-se entender os objetivos da criação do ensino técnico, tentando sempre estabelecer um paralelo entre a trajetória desse tipo de educação e a situação em que ela se encontra hoje.

Esse panorama nos proporcionou uma visão mais ampla e verdadeira da influência política e econômica que a classe dominante exerceu sobre os rumos da educação e das políticas educacionais implantadas pelos governos nas diferentes épocas da história, conforme as necessidades e os interesses econômicos. O que Libâneo (2007) reforça ao dizer que, em nosso país, os grupos detentores do poder econômico e político, dirigem também as decisões educacionais.

A partir dessa contextualização, fez-se uma retrospectiva histórica da leitura, tema específico dessa dissertação, com o objetivo de entender sua trajetória, as causas e as conseqüências da situação em que ela se encontra hoje nos meios escolares.

Atualmente, baseados na teoria da importância da leitura para a formação do educando, há inúmeros programas para incentivo e divulgação do ‘hábito de ler’. No entanto, ainda se lê pouco e mal. O fantasma da crise da leitura continua assombrando e sendo um desafio para o ensino brasileiro. Em uma reportagem da revista *Veja* - “Luxo zero, ensino nota dez” – maio (2007, p. 120) - há a seguinte declaração: “As escolas campeãs de ensino do Distrito Federal não são as que apresentam traços de modernidade, mas as que dão ênfase à leitura, um hábito raro entre os estudantes brasileiros”.

No livro didático “Português de olho no mundo do trabalho” há textos que comprovam isto: “Estudantes lêem, mas não entendem o que lêem”. O programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) submeteu 32 países a um teste, que verificava o preparo escolar de adolescentes de 15 anos relacionado à leitura e à compreensão, o Brasil ficou em último lugar, mostrando o quanto estamos distantes de uma situação satisfatória nessa área.

Hoje, se responsabilizam os meios de comunicação de massa por roubarem espaço ao contato escrito, no entanto, além deles, há uma série de fatores que contribuíram para que chegássemos ao século XXI com tantos problemas relacionados à leitura e tão pouco interesse dos alunos pela aprendizagem que ela nos proporciona.

Ao abordarmos o caráter social e político da leitura, lembramos Abreu (1999, p. 15) que diz: “A leitura não é prática neutra. Ela é campo de disputa, é espaço de poder”. Os conhecimentos sobre os reais mecanismos que regem nossa sociedade não são passados ao indivíduo gratuitamente, não surgirão automaticamente, do dia para a noite, mas demandarão trabalho, transformação, que será fruto de leituras e reflexões que mudarão a forma de pensar e agir do ser humano. De acordo com Silva (1995, p. 49), “O ato de ler se constitui num instrumento de luta contra a dominação. E a reprodução das estruturas sociais injustas está diretamente relacionada à falta da leitura na sociedade brasileira”.

Atenta e co-responsável com esta realidade, a escola, como entidade formadora de consciências, deve ressaltar a importância de se ter uma prática de leitura que prepare o educando para atuar em uma sociedade, que precisa, em muitos aspectos, ser repensada e transformada.

Esta realidade faz com que pensemos em formas de incentivar a leitura como forma de criar uma consciência social no educando para revertermos situações calamitosas que têm sido criadas no meio rural devido à prática de uma agricultura que prioriza a aquisição de lucro sem avaliar o prejuízo que determinados procedimentos inadequados causam à natureza e, conseqüentemente, à sociedade.

A leitura não é um ato mecânico de decodificação, mas é uma associação com a realidade, que visa transformá-la. A falta desta, principalmente na comunidade escolar, faz com que apenas reproduzamos o *status quo* sem interferirmos significativamente para uma mudança positiva que a educação deveria provocar. Com isso, a sociedade não evolui na forma de pensar e agir, apenas reproduz, sem analisar, tudo aquilo que foi válido para nossos antepassados, ou aquilo que é veiculado nos meios de comunicação.

Com a revolução tecnológica e o processo de reorganização do trabalho, passou-se a exigir dos trabalhadores maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, bem como capacidade de visualização e resolução de problemas. Todas essas habilidades estão alicerçadas em uma sólida educação básica, que desenvolva o educando da forma mais plena possível.

Uma sólida educação básica pressupõe um bom desenvolvimento de habilidades básicas e, entre elas, estão a leitura e a escrita. A leitura exerce influência na formação do indivíduo e na sua atuação escolar e social. Sua ausência compromete as demais práticas da língua, prejudicando o desempenho dos alunos em outras áreas do conhecimento e na sua formação geral como cidadãos.

A educação do ser humano está relacionada à informação, que está diretamente ligada ao ato de ler. Ler criticamente a realidade transformando-a a partir daquilo que foi conhecido e construído através da diversidade de textos que chegam até nós. Calvino (1993, p.26) pergunta: “Quem somos nós, quem é cada um de nós, senão uma combinação de experiências, de informações, de leituras, de imaginações?”

A leitura nessa dimensão interdisciplinar se constitui numa ferramenta de aprendizagem necessária a todas as disciplinas. Deve, portanto, ser incentivada por todos os docentes da escola e não apenas pelos professores de Língua Portuguesa.

A preocupação em trabalharmos com esse tema deu-se por entendermos que hoje o mundo oferece muitas alternativas rápidas, práticas e atrativas de se obter informação, deixando a leitura num plano secundário. Pela observação empírica, como docente da Escola Agrotécnica Federal de Sertão, constatou-se que esta realidade é ainda mais saliente, em função, dos alunos receberem, concomitantemente, o ensino técnico e o médio e valorizarem mais o primeiro em detrimento do segundo.

Reforçando essa observação, Paviani (2008, p. 112) diz:

O excesso de conhecimentos reflete-se na organização curricular [...] a luta de espaço entre as disciplinas acaba, em muitos casos, pondo em segundo plano as disciplinas de formação geral e básica em benefício das disciplinas de formação profissional – em como se faz isso ou aquilo, qual a melhor estratégia para alcançar as metas imediatas da profissão – acabam pondo de lado o que é essencial no saber, as questões filosóficas, históricas, os aspectos metacientíficos e as condições necessárias para promover o bem-estar do homem e da sociedade.

A escola precisa mudar e trabalhar com o aluno em toda a sua complexidade, desenvolvendo sua criatividade, sua imaginação, seu domínio das relações intra e interpessoais, e não continuar valorizando somente a racionalidade humana e as habilidades intelectuais. O desenvolvimento do **ser** deve estar em destaque, precisamos acreditar no potencial humano, na certeza de que a maior riqueza é o homem pelo que ele é, e não pelo que tem.

Nesse sentido, o contato com os mais diversos tipos de textos possibilitará uma visão mais ampla da natureza humana, em todas as suas dimensões, dando ao educando condições para melhor se situar no mundo e agir transformando seu meio.

Essa realidade faz com que reflitamos sobre a forma como é conduzida a aquisição do conhecimento e a ênfase que a escola, por parte de todo o corpo docente, dá à importância formadora e transformadora do hábito da leitura.

Portanto, estabeleceu-se que o objetivo geral dessa pesquisa é avaliar o interesse pela leitura de uma turma de alunos que ingressou na Escola no ano de 2008, bem como, averiguar a importância que pais e professores atribuem à leitura e que mecanismos utilizam para incentivá-la.

Objetivou-se, ainda, através da revisão da literatura, detectar possíveis causas e consequências da precária formação de leitores na Escola; Investigar a importância que a comunidade escolar atribui à leitura como ferramenta de aprendizagem e como recurso de transformação de realidades; Sondar fatores que motivam ou desmotivam a leitura entre os alunos; Analisar o incentivo disciplinar e interdisciplinar à leitura; Averiguar com o corpo docente da Escola quais as principais dificuldades pedagógicas encontradas pela falta de leitura.

Na fundamentação teórica dividiu-se a pesquisa em itens. Iniciou-se com: A História da Educação Brasileira – aspectos sociais, econômicos e políticos ao longo de sua história; As políticas públicas e o ensino profissionalizante. Caracterização do IFRS-Campus Sertão referente a seu histórico, inserção regional e missão. A partir disso passou-se a trabalhar o tema específico através dos seguintes itens: História da leitura; Desafio da leitura em uma Escola Agrotécnica; O caráter social e político da leitura; A leitura como uma ferramenta de conhecimento na educação profissional; O trabalho interdisciplinar do educador como mediador da leitura.



Na metodologia apresentou-se o local de estudo – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão; Os instrumentos de coleta de dados; A amostra e população dos pesquisados e o relato das dinâmicas aplicadas com os alunos.

Nos resultados e discussões apresentaram-se os resultados relacionados a cada segmento pesquisado: alunos, pais e professores.

Nas considerações finais, fez-se uma retomada dos principais aspectos mencionados na pesquisa e a seguir foram citadas as principais conclusões a que se chegou.

## **2 - REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1. A História da Educação Brasileira**

#### **2.1.1 - Educação: aspectos sociais, econômicos e políticos ao longo de sua história.**

A educação brasileira, ao longo de sua história, tem sido atrelada aos aspectos sociais, econômicos e políticos que regem a sociedade brasileira. Dessa forma, para se chegar à compreensão da organização escolar brasileira, há que se ter uma visão do contexto social da qual é parte e com a qual estabelece uma permanente relação de interesses. A educação sofre interferências da sociedade e da forma como a sociedade é estruturada, e, numa sociedade de classes, ela é pensada com interesses diferentes para cada classe. É o que constata Ribeiro, conforme se pode observar a seguir.

Parte-se da constatação do fato de ter a sociedade brasileira, desde sua origem, uma vinculação com o sistema econômico, político e social capitalista mundial. Este vínculo determina a base de classe da sociedade brasileira [...] Apresenta-se como uma sociedade periférica (dependente) e não central (hegemônica), não tendo, até nossos dias, superado a dominação externa, isto é, a submissão dos interesses da população brasileira (internos) em favor dos da população de determinados outros países (externos) (RIBEIRO, 1998, p.14).

Apesar de o discurso governamental ser de atendimento à sociedade nos aspectos educacionais, a investigação histórica dará conta de uma realidade de não-atendimento satisfatório da escola brasileira tanto em quantidade como em qualidade. Em quantidade porque ao longo da história, por motivos econômicos e sociais, a grande maioria da população brasileira ficou fora dos bancos escolares. Em qualidade porque uma grande parte da população, mesmo inserida na escola, recebeu uma educação que só serviu para mantê-los submissos e subjugados à determinação de outros (RIBEIRO, 1998).

A educação sempre foi uma forma de controlar o poder e de delegar poder apenas a quem fosse considerado merecedor na visão da classe dominante. Isso era feito sutilmente através da ideologia que era passada das mais variadas formas na educação. Há a comprovação dessa situação, ao estabelecer-se claramente o controle intelectual sobre os educandos, delimitando a que conhecimentos deveriam ter acesso, controlando os educadores e selecionando livros que atendessem ao que interessava aos que detinham o poder. Ratificado isso, Ribeiro (1998, p 25) afirma:

É por isso que dedicavam especial atenção ao preparo dos professores - que somente se tornavam aptos após os trinta anos -, selecionavam cuidadosamente os livros e exerciam rigoroso controle sobre as questões a serem suscitadas pelos professores, especialmente em filosofia e teologia. Um trecho de uma das regras do Ratio diz o seguinte: 'Se alguns forem amigos de novidades ou de espírito demasiado livre devem ser afastados sem hesitação do serviço docente'.

No Brasil colônia a educação escolarizada estava destinada a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante, dentre eles estavam os donos de terra e senhores de engenho, e mesmo assim, em número restrito, pois deviam estar excluídos dessa minoria as mulheres e os filhos primogênitos, aos quais se reservava a direção futura dos negócios paternos. Assim a escola era freqüentada somente pelos filhos homens que não primogênitos (ROMANELLI, 2005).

O ensino que os padres jesuítas ministravam era desinteressado, completamente alheio à realidade da vida na Colônia. Visava dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho. O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo (ROMANELLI, 2005).

Inicialmente, a intenção não era destinar o ensino profissional aos indígenas e o outro à população branca, mas como foi detectado, que o índio não possuía perfil para a formação sacerdotal católica, reforçou-se a proposição de um ensino profissional agrícola, com o objetivo de capacitar pessoal em funções essenciais à vida na Colônia. À elite era reservado o trabalho intelectual, segundo um modelo religioso (católico), mesmo que muitos dos seus membros não chegassem a ser sacerdotes. Perante isso, os colégios da Companhia de Jesus eram procurados por muitos que não tinham vocação religiosa, mas que reconheciam que estas escolas eram as únicas que poderiam oferecer o preparo intelectual e assim a condição de determinadas pessoas mudarem de situação econômica (RIBEIRO, 1998).

Em 1807, com a chegada da família real e a corte ao Brasil, obrigando a instalação do governo português em território colonial, houve uma reorganização administrativa e um desenvolvimento da vida urbana de várias cidades, que já existiam no Brasil. O Rio de Janeiro passou a ser a capital, tendo um repentino progresso com a criação de vários órgãos ligados ao desenvolvimento da vida intelectual. Pela necessidade de preparar pessoal mais qualificado foram criados cursos, dentre eles, os cursos de nível superior, inaugurando nessa época o nível superior de ensino no Brasil. Os cursos seguiam duas tendências: a organização isolada (não universitária) e a preocupação basicamente profissionalizante. Esta última como uma fonte para formar mão de obra para o mercado de trabalho, como permanece até hoje (RIBEIRO, 1998).

Com a lei de 15 de outubro de 1827, única lei geral relativa ao ensino elementar até 1946, comprova-se os limites da organização escolar. Nela estavam presentes as idéias da educação como dever do Estado, da distribuição racional por todo o território nacional das escolas dos diferentes graus e da necessária graduação do processo educativo. Vigorou apenas a idéia de distribuição racional por todo o território nacional, mas apenas das escolas de primeiras letras, o que equivale a uma limitação quanto ao grau (um só) e quanto aos objetivos de tal grau (primeiras letras) (RIBEIRO, 1998).

Oficializou-se à distância que se mostrava, na prática, entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional). Essa situação era reflexo da dualidade da organização social brasileira (ROMANELLI, 2005).

A dualidade do sistema educacional brasileiro conjugado, a descentralização do poder gerou uma completa desorganização na construção do(s) sistema(s) educacional (is) brasileiro. A partir desse contexto a 1ª República tentou várias reformas, sem êxito, para a solução dos problemas educacionais mais graves. Para Romanelli (2005, p.43) “Todas essas reformas, porém, não passaram de tentativas frustradas e, mesmo quando aplicadas, representaram o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos, o que estava muito longe de poder comparar-se a uma política nacional de educação”.

A autonomia política gerou a necessidade de uma reorganização educacional no sentido de reestruturar a educação em seus objetivos, métodos e conteúdos, visando atender aos interesses e necessidades dos futuros cidadãos brasileiros e receber, na rede escolar, todos em idade escolar, distribuídos nos mais diferentes graus. Esta necessidade não foi suprida devido a problemas sociais, políticos e econômicos que surgiram na época, abalando uma estrutura frágil e desviando o foco para outros aspectos que eram considerados mais importantes. Como exemplo, pode-se citar a crise econômica pela qual o Brasil passava. Não havia recursos financeiros para reorganizar a estrutura escolar, além do que, diante da grave situação, a educação escolarizada não era vista como setor prioritário (RIBEIRO, 1998).

O país torna-se mais próspero com o sucesso da lavoura cafeeira. O crescimento econômico e a conciliação dos partidos (1853) são razões apontadas para esta ‘década de férteis realizações’ na educação, apesar de restritas ao município da Corte. Neste período o interesse econômico- político- social dos grupos dominantes restringe-se ao ensino superior. As medidas relacionadas à escola geral ficaram à mercê de pessoas sem o devido preparo e conhecimento para proporem mudanças significativas, conforme Ribeiro (1998, p.55):

[...] numa organização econômico-político-social como a do Brasil - Império, as medidas especialmente relacionadas à escola acabavam por depender marcadamente da boa vontade das pessoas. Pessoas estas que atuam dentro e nos limites da estrutura educacional existente. As modificações propostas são superficiais por serem pessoas pertencentes à camada privilegiada, sem razões fundamentais para interessar-se pela transformação da estrutura social geral e educacional, especificamente. São superficiais, também, pelo tipo de formação superior recebida, que oferece uma interpretação da realidade, fruto desta perspectiva de privilégios a serem conservados ou quando muito uma interpretação da realidade segundo modelos importados, os mais avançados, mas resultado de situações distintas e, por isso, inoperantes.

No decorrer da história, o descaso governamental para com a educação percebe-se pelo fato de que, no final do século XIX, mesmo com o superávit econômico a educação não contou com verbas suficientes que possibilitassem um atendimento pelo menos elementar da população em idade escolar. De acordo com Ribeiro (1998, p.59) “Isso demonstra que para a monarquia brasileira, ao contrário das monarquias européias a que ela procurava moldar-se, nem a instrução primária tornou-se necessária a toda população”.

O contexto político-econômico sempre embasando as medidas educacionais mostra que o Brasil passava de uma sociedade exportadora-rural-agrícola para uma sociedade exportadora-urbana-comercial. A exclusão da escola não era gradativa, mas marcadamente, pontual no início da escolarização, pois a maioria não tinha condições e, em boa parte, nem interesse, diante do regime de vida a que estava submetida, em ingressar e permanecer na escola. Diante disso a grande seleção era feita em termos de escolarizados e não-escolarizados (RIBEIRO, 1998).

Nas últimas décadas do Império, a reduzida camada média, que vai se ampliando e que vê no preparo intelectual uma oportunidade de ascensão social, é que pressiona pela abertura de escolas. E independente da origem social, média ou alta, os que se matriculavam nos colégios tinham o objetivo de ingressar no curso superior (RIBEIRO, 1998).

A sociedade brasileira passa por uma época acelerada de mudanças no século XIX. O meio intelectual brasileiro se desenvolve rapidamente em consequência do processo de modernização da sociedade e do contato mais intenso com a Europa, fonte fornecedora, não só dos maquinários e instrumentos, mas, também das novas idéias que passaram a circular no acanhado meio intelectual brasileiro. Segundo Reis Filho (*apud* RIBEIRO, 1998), há muitas

propostas de reformas das instituições que não partem da realidade, mas do modelo importado.

A modernização da sociedade brasileira, que foi uma necessidade e fruto do estágio atingido no processo de mudança da base da sociedade exportadora brasileira - de rural-agrícola para urbano-comercial -, deu-se através de pontos que eram considerados comuns tanto para liberais como para cientificistas (positivistas) como: abolição dos privilégios aristocráticos, separação da Igreja do Estado, instituição do casamento e registro civil, secularização dos cemitérios, abolição da escravidão, libertação da mulher para, através da instrução, desempenhar seu papel de esposa e mãe, e a crença na educação, chave dos problemas fundamentais do país (RIBEIRO, 1998, p.65).

Na fase republicana a influência positivista torna-se mais marcante, através das transformações ocorridas na política e na educação. O governo imperial atendia aos interesses da camada senhorial constituída de duas facções significativas: a ligada à lavoura tradicional (cana, tabaco, algodão) e a ligada à nova lavoura (café). Esta última dominava o aparelho de Estado com a participação da outra facção. O crescimento da classe média e sua participação na vida pública através de atividades intelectuais, militares e religiosas criam condições de expressão de seus interesses mais amplos como o de participação no aparelho de Estado (RIBEIRO, 1998).

Quanto à organização escolar, a Reforma de Benjamin, que não respeitava o modelo pedagógico do representante máximo do positivismo – Comte -, tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária, seguindo a orientação do texto constitucional. Atingia a instrução pública primária e secundária no Distrito Federal e a instrução superior, artística e técnica em todo o território nacional. Uma das intenções era tornar os diversos níveis de ensino ‘formadores’ e não apenas preparadores dos alunos para o ensino superior. A outra intenção era fundamentar esta formação na ciência, respeitando-se a ordenação positivista (matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral) rompendo com a tradição humanista clássica, da predominância literária, segundo os promotores da reforma, responsável pelo academismo dominante no ensino brasileiro. (RIBEIRO, 1998).

Na realidade, o que ocorreu foi o acréscimo de matérias científicas às tradicionais, tornando o ensino enciclopédico. Este fato constitui outro motivo de crítica e acaba por comprometer a defesa do princípio de que a base da formação humana deveria ser científica, dando força àqueles que defendiam a predominância literária. [...] E esta vai ser uma característica do primeiro período republicano: ora uma reforma pende para uma predominância, ora para outra, sem, contudo, progredir no sentido de conseguir-se um ensino secundário mais adequado às novas tendências sociais do Brasil.(RIBEIRO, 1998, p. 74).

No período republicano, a sociedade brasileira continua a modernizar-se, mas a maioria da população, que produz a riqueza como mão de obra da lavoura cafeeira, por viver no campo, é excluída deste benefício. As condições de trabalho e o isolamento em que vivia a população rural impossibilitavam manifestações de descontentamento e garantiram o sucesso do regime até o final da Primeira Guerra Mundial (RIBEIRO, 1998).

Este contexto de exclusão social vem à tona quando estatisticamente prova-se que, em 1920, 65% da população de quinze anos e mais era analfabeta. Essa constatação, segundo Ribeiro (1998, p.82) passou a ser um problema para o desenvolvimento urbano-comercial do

Brasil, na segunda metade do século XIX “[...] o analfabetismo passa a se constituir um problema, porque as técnicas de leitura e escrita vão se tornando instrumentos necessários à integração em tal contexto social”.

A falta de levantamentos retratando numericamente a situação escolar antes de 1930 indica certo desinteresse, uma não-prioridade em relação à organização escolar com objetivo de atender à população em sua totalidade. Ribeiro (1998, p. 85) salienta que:

As verbas eram insuficientes para um atendimento a um tempo quantitativa e qualitativamente melhor [...] o modelo político-econômico, sendo contrário à redistribuição do lucro comprometia tais verbas destinadas ao atendimento popular. E para o educador se colocava o dilema: atender menos e melhor ou mais e pior.

Neste período, o ensino médio só teve uma ampliação significativa no ensino particular, limitando a participação aos ricos, uma vez que os pobres, por não terem condições financeiras, tornavam-se mão-de-obra das fábricas e das lavouras. Os ricos e muitas vezes incapazes, prestavam exames tornando-se mais tarde os médicos, engenheiros, bacharéis, políticos que formariam a elite nacional de baixa capacidade. A marginalização escolar é resultado e reforço da marginalização social (econômica) da maioria da população brasileira. Por volta de 1904, é declarada a decadência do ensino secundário devido à falta de base pedagógica no critério de seleção, falta de rigor no ensino oferecido aos que ingressavam e o comércio que se estabelecia em torno da escola (RIBEIRO, 1998.).

De fato, o ensino desceu até onde podia descer: não se fazia mais questão de aprender ou de ensinar, porque só duas preocupações existiam, a dos pais querendo que os filhos completassem o curso secundário no menor espaço de tempo possível e a dos ginásios na ambição mercantil, estabelecendo-se as duas fórmulas: bacharel quanto antes; dinheiro quanto mais (MOACYR, 1942 *apud* RIBEIRO, 1998, p. 86).

Na década de 20 surge o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. Os mentores acreditam ser a educação um fator determinante na mudança social. Os fragmentos abaixo comprovam esta idéia.

[...] continuamente se discutem, [...] os ‘grandes problemas nacionais’, para os quais se propõem conjuntos muitas vezes contraditórios de soluções. Entre eles se privilegia o da escolarização, em muitos espíritos transformados no único e grave problema da nacionalidade. [...] o sistema oligárquico se fundamenta na ignorância popular, de maneira que só a instrução pode superar este estado, e por conseqüência, destruir aquele tipo de formação social. (NAGLE, 1974 *apud* RIBEIRO, 1998, p. 97).

O processo de organização do ensino no Brasil coincide com o começo do processo de industrialização na década de 30, que devido a acontecimentos políticos, econômicos e sociais imprimiram à sociedade brasileira um novo perfil. O País iniciou o desenvolvimento industrial e passou da elite agrária aos novos industriais (LIBÂNEO *et al.*, 2007).

De 1930 a 1937, motivada pela industrialização emergente e pelo fortalecimento do Estado-nação, a educação ganhou importância, e efetuaram-se ações governamentais com a perspectiva de organizar, em plano nacional, a educação escolar. A intensificação do capitalismo industrial alterou as aspirações sociais em relação à educação, uma vez que

nele eram exigidas condições mínimas para concorrer no mercado (LIBÂNEO *et al.*, 2007, p.133).

A Revolução de 1930 consolidou o capitalismo industrial no Brasil e foi determinante para o aparecimento de novas exigências educacionais. Nos dez anos subsequentes houve um desenvolvimento ímpar do ensino no País. Em 20 anos, as escolas primárias dobraram, as secundárias quadruplicaram e as escolas técnicas multiplicaram-se (LIBÂNEO *et al.*, 2007).

Apesar de as categorias econômicas e políticas serem importantes para a compreensão da história da estrutura e da organização da educação brasileira, há outras categorias que contribuem para o entendimento do panorama nacional da educação, como por exemplo, a centralização e descentralização do ensino que no decorrer da história marcaram positivamente a educação quanto a aspectos pedagógicos, dando autonomia a Estados e Municípios, mas influenciaram negativamente pelo fato de o poder central delegar poder, mas não repassar recursos financeiros, tornando inviáveis as reformas propostas pelos poderes subordinados.

Em 1834 com o Ato Adicional houve a descentralização que delegou às províncias o direito de regulamentar e promover a educação primária e secundária. O resultado disso foi que o ensino secundário acabou ficando nas mãos da iniciativa privada, acentuando ainda mais o caráter classista e acadêmico do ensino, e o ensino primário foi relegado ao abandono, com pouquíssimas escolas sobrevivendo à custa do sacrifício de alguns mestres-escola, que destituídos de habilitação para o exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar (ROMANELLI, 2005).

A consagração do sistema dual de ensino, que vinha se mantendo desde o Império, deu-se com a Constituição da República de 1891, que instituiu o sistema federativo de governo e consagrou a descentralização do ensino. Assim à União cabia criar e controlar a instrução superior em toda a nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico em todos os níveis do Distrito Federal, e aos Estados cabia criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional, que, na época, compreendia principalmente escolas normais (de nível médio) para moças e escolas técnicas para rapazes. (ROMANELLI, 2005)

O governo central, ao responsabilizar as províncias e omitir-se na tarefa de reorganizar os níveis de ensino anteriores ao superior, tornou-se o responsável pelas características negativas deste período que marcou o ensino secundário pela predominância de alunos do sexo masculino, pela falta de organicidade, pelo predomínio literário, pela aplicação de métodos tradicionais e pela atuação da iniciativa privada (RIBEIRO, 1998).

A Lei nº 4.024 /61, resultado de um debate da sociedade civil, determinava que cada estado organizasse seu sistema de ensino, instituindo, assim, a descentralização. Porém, durou pouco. Em 1964, o golpe dos militares provocou novamente o fortalecimento do Executivo e a centralização das decisões no âmbito das políticas educacionais (LIBÂNEO *et al.*, 2007).

Libâneo *et al.* (2007), ao analisar a lei 5692/71 neste aspecto, demonstra que esta situação da passagem gradativa do ensino fundamental para os municípios e a concentração dos recursos no âmbito federal, assim como, as medidas administrativas centralizadoras tornaram estados e municípios extremamente dependentes das decisões da União.

A lei 5.692/71, editada durante a ditadura militar, repassou arbitrariamente a tarefa de ministrar o ensino fundamental aos governos municipais, sem oferecer ao menos as condições financeiras e técnicas para tal e em uma situação constitucional que nem sequer reconhecia a existência administrativa dos municípios (LIBÂNEO *et al.*, 2007, p 142).

Ainda nesse aspecto Libâneo salienta que descentralizar o ensino é uma tarefa política de longo prazo e está atrelada às formas de fazer política no País e às concepções de poder. A

descentralização ocorrerá quando houver espírito de colaboração, e a tradição política brasileira é de competição, de medição de forças. As categorias centralização/descentralização estão vinculadas à questão do exercício do poder político, devido a isso desde o final do século XX, a descentralização vem atrelada aos interesses neoliberais de diminuir gastos sociais do Estado. Isso ficou evidente após a promulgação da LDB 9.394/96 – que centraliza no âmbito federal o poder e descentraliza as responsabilidades (LIBÂNEO *et al.*, 2007).

Segundo Libâneo *et al.*, (2007) o debate qualidade/quantidade na educação brasileira, começou ainda no século XIX, preocupando-se com o aspecto quantitativo, ao propor a expansão da rede escolar e a alfabetização da população, que vivia um processo de urbanização pela expansão econômica, e com os aspectos qualitativos da educação, pregando a melhoria das condições didáticas e pedagógicas das escolas. No fim dos anos 70 e início da década de 80, com o fim da ditadura militar houve uma retomada da democracia, a reconquista dos espaços políticos, a organização da sociedade civil, surgimento de partidos políticos progressistas, pedagogias e políticas educacionais claras e sistematizadas. Esses aspectos forçaram o Estado brasileiro a admitir a falência da política educacional, especialmente a profissionalizante. A qualidade social da educação refere-se à condição de exercício da cidadania que a escola deve promover e não apenas à diminuição da evasão e da repetência, como entendem os neoliberais.

Nas décadas de 80 e 90, a imposição do econômico sobre o sociocultural e o predomínio do interesse privado sobre o público, marcantes desde o período da ditadura militar, levaram à manutenção ou agravamento dos problemas da educação escolar. Nessa fase, a rigor, houve perda das oportunidades educacionais e rebaixamento no padrão da escolarização da população brasileira (HILSDORF, 2003).

Para Gracindo (*apud* HILSDORF, 2003) quando o projeto da LDB/96 estava sendo debatido no Congresso, havia três grandes blocos de representação popular que interpretavam diferentemente a defesa do ensino público e gratuito, democrático e de qualidade. Os dois grupos que estiveram, de fato, no poder político, ao longo da década de 90 prezavam pela postura liberal, garantindo prioridade à iniciativa privada e pela abertura do sistema de ensino, com ênfase na parte técnica, o que explica a aprovação do projeto de LDB de autoria de Darcy Ribeiro-Marco Maciel, porta-vozes do Executivo, derrotando outro projeto que havia sido elaborado por entidades e associações educacionais que tramitava no Legislativo. Projeto do senador Darcy Ribeiro – ao contrário do projeto votado na Câmara que expressava algumas importantes conquistas democráticas - representou um profundo retrocesso político e pedagógico na organização da educação escolar brasileira.

É ainda, Libâneo *et al.*, (2007) que assegura que a história da estrutura e da organização do ensino no Brasil, além de refletir as condições socioeconômicas do país, revela o panorama político de determinados períodos históricos. Cita-se, como exemplo, a partir da década de 80 até hoje, uma tendência neoconservadora, minimizando a ação do Estado, no seu papel de provedor dos serviços públicos, como saúde e educação.

Para Hilsdorf (2003) a política neoliberal, identificada pela privatização do público, faz com que o mercado decida os rumos da educação nacional, segundo os seus próprios critérios, que de forma alguma são representativos dos interesses gerais da nação.

Os aspectos educacionais mencionados dão idéia da grande influência dos aspectos sociais e políticos na determinação da trajetória da educação brasileira e nas políticas educacionais implantadas pelos governos nas diferentes épocas da história.



### 2.1.2 - As políticas educacionais e o ensino profissionalizante.

A educação brasileira ao longo de sua história sofreu inúmeras modificações. Essas modificações aconteceram, na maioria das vezes, por vontades políticas, econômicas ou por pressão social. Conforme Libâneo *et al.* (2007, p.32), “Não se ignora que normas, leis e diretrizes da educação nacional estão sujeitas a decisões políticas. No embate das forças sociais que se movimentam na sociedade, os grupos detentores do poder econômico e político dirigem também as decisões educacionais”.

Para Gritti (2003), as leis e reformas do ensino têm ocorrido, prioritariamente, a partir das necessidades do capital. E, assim, toda a legislação educacional está voltada para fazer cumprir e produzir, em cada fase do desenvolvimento econômico, social e político, o trabalhador necessário e adequado aos diferentes estágios evolutivos da sociedade. Os aspectos da agricultura empresarial são priorizados na legislação voltada ao setor primário, favorecendo a exigência dos grandes produtores rurais e minimizando valores da vida rural, ligados à produção da pequena propriedade. A própria concepção da escola rural ocorre independente do meio para o qual ela se destina. Fisicamente no meio rural, a escola foi produzida sob a lógica urbano-industrial.

Na educação brasileira há a separação entre os dois tipos de ensino: o secundário com a predominância propedêutica, para os oriundos dos setores sociais altos e médios; e o outro voltado para formar mão-de-obra, para oriundos das camadas menos favorecidas. Ribeiro (1998, p.90) reforça esta idéia com o seguinte comentário: “A manutenção da idéia de que o ensino profissional (elementar e médio) destinava-se às camadas menos favorecidas, acaba por agravar o problema referente às distintas formações: um conjunto de escolas propiciava a formação das elites e, outro, a do povo”.

Para Carvalho (2003), a trajetória da educação profissional demonstra que esta modalidade do sistema educativo sempre esteve atrelada aos interesses econômico-sociais do país e também, desde os primórdios até hoje, sempre teve como marca o dualismo que institucionalizou uma educação destinada aos dirigentes, e outra, aos trabalhadores.

Esse dualismo educacional, ensino secundário para as elites e ensino profissionalizante para as classes populares, oficializou-se durante o Estado Novo, de 1937 a 1945. As leis nesse período, por meio de exames rígidos e seletivos, tornavam o ensino antidemocrático, ao dificultarem ou impedirem o acesso das classes populares não só ao ensino propedêutico, de nível médio, como também ao ensino superior. Aos pobres era reservado o ensino profissionalizante da escola pública.

A trajetória histórica da educação profissional no Brasil registra apenas decisões circunstanciais especialmente destinadas a “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, assumindo um caráter assistencialista que tem marcado toda sua história. Desde sua origem, sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional). Ao trabalho, freqüentemente associado ao esforço manual e físico, acabou se agregando ainda a idéia de sofrimento (BRASIL, 2000).

Por exemplo, no Brasil, a escravidão, que perdurou por mais de três séculos, reforçou essa distinção e deixou marcas profundas e preconceituosas com relação à categoria social de quem executava trabalho manual. Independentemente da boa qualidade do produto e da sua importância na cadeia produtiva, esses trabalhadores sempre foram relegados a uma condição social inferior (BRASIL, 2000. p.9).

Para Carvalho (2003), no Brasil, a educação profissional se inicia com os jesuítas, com a proposta de ‘aprendizagem profissional agrícola’ presente no Plano de Estudos de Nóbrega e só após a expulsão dos jesuítas do país, o Estado, em meados de 1750, assume a educação escolarizada no país.

Em 1809, D. João VI criou o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro esforço governamental em direção à profissionalização. No decorrer da história houve várias tentativas de efetivação do ensino profissionalizante através da criação de escolas destinadas a ensinar um ofício aos educandos de baixa renda. A profissionalização era vista como uma forma de higienização da sociedade (BRASIL, 2000, p. 11-12).

A partir da década de 40 do século XIX foram construídas dez Casas de Educandos e Artífices para atender prioritariamente aos menores abandonados, objetivando “a diminuição da criminalidade e da vagabundagem”. Posteriormente, o Decreto Imperial de 1854 criava estabelecimentos especiais para menores abandonados, os chamados Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, onde os mesmos aprendiam as primeiras letras e eram, a seguir, encaminhados às oficinas públicas e particulares, mediante contratos fiscalizados pelo Juizado de Órfãos.

Na segunda metade do século passado foram criadas, ainda, várias sociedades civis destinadas a “amparar crianças órfãs e abandonadas”, oferecendo-lhes instrução teórica e prática e iniciando-as no ensino industrial.

O ensino profissional, no início do século XX, continuou mantendo, basicamente, o mesmo traço assistencial do período anterior. A novidade deu-se pelo esforço público de organização da formação profissional, migrando da preocupação com os menores abandonados para outra, considerada igualmente relevante, a de preparar operários para o exercício profissional (BRASIL, 2000).

Em 1910 foram instaladas 19 Escolas de Aprendizes Artífices destinadas “aos pobres e humildes”, distribuídas em várias unidades da Federação. Neste mesmo ano foi reorganizado o ensino agrícola no País, objetivando formar “chefes de cultura, administradores e capatazes”. Na década seguinte os políticos brasileiros tentaram dar um novo direcionamento a o ensino profissional. ‘Na década de 20, a Câmara dos Deputados promoveu uma série de debates sobre a expansão do ensino profissional, propondo a sua extensão a todos, pobres e ricos, e não apenas aos desafortunados’ (BRASIL, 2000, p.12).

Em 1932, os Pioneiros da Escola Nova enfatizavam o combate ao dualismo no ensino com propostas de organização de cursos acadêmicos e profissionais integrados. Apesar do avanço das propostas, os Pioneiros ainda mantinham a concepção de que a educação técnico-profissional era destinada aos “menos favorecidos da sorte” (CARVALHO, 2003).

A Constituição de 1937, apesar de ignorar o que havia sido definido anteriormente sobre educação, criou as “escolas vocacionais e pré-vocacionais” como um dever do Estado, para com as classes menos favorecidas. Essa obrigação do Estado deveria ser cumprida com a colaboração das empresas e dos sindicatos econômicos, o que possibilitou a definição das Leis Orgânicas do Ensino Profissional e propiciou, ainda, a criação de entidades especializadas como Senai / Senac, bem como transformou as antigas escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas federais. Em 1942, o Governo Vargas estabeleceu o conceito de menor aprendiz para efeitos de legislação trabalhista e dispôs sobre a “Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial”. Com essas providências, o ensino profissional se consolidou no Brasil, embora ainda continuasse a ser preconceituosamente considerado como uma educação de segunda categoria (BRASIL, 2000.).

A herança dualista não só perdurou como foi explicitada no conjunto das Leis Orgânicas da Educação Nacional quando determinou que o objetivo do ensino secundário e normal era o de formar as elites condutoras do país, enquanto que o objetivo do ensino

profissional era de oferecer formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitavam ingressar precocemente na força de trabalho (BRASIL, 2000).

Essa situação de dualidade entre ensino para “elites condutoras do país” e ensino para “desvalidos da sorte” só foi superada, pelo menos do ponto de vista formal, com a promulgação da 1ª LDB - Lei Federal nº 4.024/61-que equiparou o ensino profissional ao ensino acadêmico do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos. “Todos os ramos e modalidades de ensino passaram a ser equivalentes, para fins de continuidade de estudos em níveis subseqüentes” (BRASIL, 2000, p.16).

Uma fase marcante da história da educação profissional deu-se com a Lei Federal nº 5.692/71, que reformulou a Lei Federal nº 4.024/61, ao generalizar a profissionalização no ensino médio. A educação profissional deixou de ser limitada às instituições especializadas, e a responsabilidade da oferta recaiu também sobre os sistemas de ensino público estaduais, que não receberam o necessário apoio para oferecer um ensino profissional de qualidade compatível com as exigências de desenvolvimento do país, gerando assim o desmantelamento das redes públicas de ensino técnico, a descaracterização das redes do ensino secundário e normal mantidas por estados e municípios e a redução da carga horária destinada à formação de base, comprometendo seriamente a formação geral dos estudantes (BRASIL, 2000).

Os efeitos dessa lei são citados por Carvalho (2003, p.34) “Essa lei, tendo como princípio a obrigatoriedade da profissionalização do ensino de segundo grau, iria atender a objetivos já determinados pelo poder econômico, qualificando mão-de-obra para o mercado de trabalho decorrente do processo de industrialização”.

Esses efeitos foram atenuados pela Lei Federal nº 7.044/82, que tornou facultativa a profissionalização no ensino de segundo grau e restringiu a formação profissional às instituições especializadas.

A última LDB - Lei Federal nº 9.394/96 - dispõe que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. É ainda nessa Lei que há uma configuração da identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o trabalho e a cidadania (BRASIL, 2000).

A *Comissão Scans para América 2000* fez um estudo sobre o nível de destrezas que inicialmente se exige para obter emprego a nível mundial. Algumas das conclusões são as seguintes: A educação profissional está integrada à educação formal, sendo que, os conhecimentos básicos trabalhados pela escola são condições ou pontos de partida para aprendizagem dos denominados conteúdos práticos do trabalho (CARVALHO, 2003).

Nas palavras da Comissão: “Se nossa juventude aprender as competências práticas enquanto adquire conhecimentos básicos, interligados entre si, estará preparada para entrar e prosperar no mercado de trabalho de amanhã” (SCANS, 1992 *apud* CARVALHO, 2003, p. 88).

Por fim, Scans (*apud* CARVALHO, 2003, p. 88) conclui que:

A opção entre ensinar conhecimentos básicos ou práticos é falsa; os estudantes se capacitam melhor e mais rapidamente, se adquirem ambos simultaneamente. Em resumo, o estudar para ‘aprender’ nunca deve separar-se do estudar para ‘fazer’. O conhecimento e seus usos devem caminhar juntos.

Segundo o artigo 21 da LDB, os níveis de educação escolar no Brasil são dois – a educação básica e a educação superior. A educação básica “tem por finalidade desenvolver o

educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o desenvolvimento da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. O ensino médio é a etapa final e de consolidação da educação básica e objetiva “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 2000).

Um das metas da educação nacional é a equidade associada à qualidade necessária a qualquer nível ou modalidade de educação. “A integração entre qualidade e equidade será a via superadora dos dualismos ainda presentes na educação e na sociedade” (BRASIL, 2000 p.18).

Ainda ao comentar a relação entre educação básica e profissional, o documento do PROEP, faz a seguinte referência:

A educação profissional, na LDB, não substitui a educação básica e nem com ela concorre. A valorização de uma não representa a negação da importância da outra. A melhoria da qualidade da educação profissional pressupõe uma educação básica de qualidade e constitui condição indispensável para o êxito num mundo pautado pela competição, inovação tecnológica e crescentes exigências de qualidade, produtividade e conhecimento. (BRASIL, 2000, p. 18)

O princípio orientador da educação profissional como principal eixo da política de igualdade é o direito de todos à educação para o trabalho. A preparação para a vida produtiva orientada pela política da igualdade deverá constituir uma relação de valor do próprio trabalho e do trabalho dos outros, conhecendo e reconhecendo sua importância para o bem comum e a qualidade de vida. Deve-se, portanto, negar todas as formas de trabalho que atentem contra a vida e a dignidade como, por exemplo: a exploração de mão-de-obra, a atividade predatória do meio ambiente, entre outras.

As condições básicas para o exercício da cidadania: educação, saúde, bem-estar econômico e a profissionalização só foram incorporados aos direitos sociais dos cidadãos bem recentemente, já no século XX. Antes disso, o desenvolvimento intelectual, proporcionado pela educação escolar acadêmica, era visto como desnecessário para a maior parcela da população e para a formação de “mão-de-obra”. Não se reconhecia vínculo entre educação escolar e trabalho, pois a atividade econômica predominante não requeria educação formal. Devido à rígida separação entre o planejamento e a execução, apenas uma minoria de trabalhadores, que detinham o monopólio do conhecimento técnico e organizacional, precisava apresentar competências em nível de maior complexidade, para a maioria dos trabalhadores havia pouca margem de autonomia (BRASIL, 2000).

A partir da década de 80, as novas formas de organização e de gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho. Um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas agregadas à produção e à prestação de serviços e pela crescente internacionalização das relações econômicas. Em consequência, passou-se a requerer sólida base de educação geral para todos os trabalhadores; educação profissional básica aos não qualificados; qualificação profissional de técnicos; e educação continuada para atualização, aperfeiçoamento, especialização e requalificação de trabalhadores (BRASIL, 2000).

Nas décadas de 70 e 80 multiplicaram-se estudos referentes aos impactos das novas tecnologias, que revelaram a exigência de profissionais mais polivalentes, capazes de interagir em situações novas e em constantes mutações. As empresas exigiam trabalhadores cada vez mais qualificados. À destreza manual se agregavam novas competências relacionadas com a inovação, a criatividade, o trabalho em equipe e a autonomia na tomada de decisões mediada

por novas tecnologias da informação. Equipamentos e instalações complexas requerem trabalhadores de elevado nível de educação e qualificação (BRASIL, 2000).

Atualmente, a educação profissional é uma importante estratégia de efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Requer além do domínio operacional de um determinado fazer a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões, superando o enfoque tradicional baseado apenas na preparação e execução de um determinado conjunto de tarefas (BRASIL, 2000).

Vejamos, assim, como uma entidade representativa de industriais europeus expressa as mudanças no mundo profissional e a necessidade de se investir no sistema educacional de qualidade como condição para se adequar a ele.

É preciso formar indivíduos completos, dotados de conhecimentos e habilidades mais amplas que profundas, capazes de aprender a aprender e convencidos da necessidade de incrementar continuamente o nível de seus conhecimentos. A especialização precoce do ensino secundário inferior, vigente, já não parece adequada à realidade atual. Ao deixar a escola, os jovens deveriam dispor de um conjunto de aptidões gerais científicas e literárias, de capacidade de julgamento crítico e de um bom domínio básico dos três pilares do saber: as matemáticas, as ciências e a tecnologia; a cultura humanista; e as disciplinas socioeconômicas. Deveriam também saber comunicar, assumir responsabilidades e integrar-se no trabalho em equipe (ERT *apud* CARVALHO, 2003, p.89)

A escola deve, portanto, trabalhar no sentido de que a formação profissional inicial do educando seja sempre seguida por ações continuadas de desenvolvimento, não apenas com relação às competências mais diretamente voltadas para o ensino de uma profissão, mas a conhecimentos das filosofias e políticas da educação profissional, bem como, à aplicação de diferentes formas de desenvolvimento da aprendizagem, numa perspectiva de autonomia, criatividade, consciência crítica e ética; flexibilidade com relação às mudanças; iniciativa para buscar o autodesenvolvimento; ousadia para questionar e propor ações; capacidade de monitorar desempenhos e buscar resultados; capacidade de trabalhar em equipes interdisciplinares (BRASIL, 2000)

Conclui-se, portanto, que um caminho inevitável para uma melhor qualificação do jovem de hoje é aliar políticas públicas às práticas pedagógicas para oferecer uma educação integrada, onde os conhecimentos e habilidades específicos de cada disciplina, seja da área da educação formal ou da educação profissional, adquiridas na escola pelos alunos, os capacitem a exercerem uma cidadania plena com o exercício de seus direitos e o cumprimento de seus deveres de ser humano e cidadão.

## **2.2 - Caracterização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Sertão**

O atual, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão – ao longo de sua história passou por várias denominações desde sua criação há 52 anos. Através de um breve histórico de sua criação e transformação, da importância de sua inserção regional, de sua missão, mostraremos como esta Escola, como entidade, tem sido importante para formação de cidadãos e técnicos agrícolas para a região.

### 2.2.1 - Histórico

A Escola Agrotécnica Federal de Sertão foi criada pela Lei nº 3.215, de 19 de julho de 1957, com a denominação de Escola Agrícola de Passo Fundo, iniciando seu efetivo funcionamento no ano de 1963. Através do Decreto Lei nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, passou a denominar-se Ginásio Agrícola de Passo Fundo, com localização em Passo Fundo – RS, subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, ligada ao Ministério da Agricultura. Pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, a instituição foi transferida, juntamente com outros órgãos de Ensino, para o Ministério da Educação e Cultura.

O Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, autorizou o Ginásio Agrícola de Passo Fundo a funcionar como Colégio Agrícola. A denominação Colégio Agrícola de Sertão foi estabelecida pelo Decreto nº 62.519, de 09 de abril de 1968. A partir de então, ficou sob a coordenação da Coordenação Nacional de Ensino Agrícola – COAGRI, durante o período de 1973 até 1986.

Pelo Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979 passou a denominar-se ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO, subordinada à Secretaria de Educação de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura. Obteve declaração da regularidade de estudos pela Portaria nº 081, de 06 de setembro de 1980, da Secretaria do Ensino de 1º e 2º Graus, do Ministério da Educação e Cultura. A Lei Federal nº 8.731, de 16 de novembro de 1993 transformou a Escola Agrotécnica Federal de Sertão em autarquia Federal, com autonomia administrativa e pedagógica.

Inicialmente a escola oferecia o curso Ginásial Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de Mestre Agrícola, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. No período de 1970 a 1975, oferecia o curso Técnico Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de Técnico em Agricultura, em nível de 2º Grau. A partir do segundo semestre de 1973, a habilitação passou a titular-se Técnico em Agropecuária.

Atualmente, com as novas políticas educacionais do governo federal, a Escola se transformou em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Sertão.

Hoje, a escola tem autonomia para ministrar curso de Educação Básica em nível de Ensino Médio e formação profissional com cursos de nível técnico e, em caráter experimental, também cursos de nível tecnológico.

### 2.2.2 - Inserção regional

A Escola Agrotécnica Federal de Sertão está situada no Distrito de Engenheiro Luiz Englert, município de Sertão, a 25 quilômetros de Passo Fundo, região Norte do Estado do Rio Grande do Sul e integra a Rede Federal de Educação Tecnológica. Exerce importante função como referência regional em termos de formação profissional, com inferência mais expressiva na área de agropecuária. Seu corpo discente abrange uma área geográfica de mais de 120 municípios das microrregiões Nordeste, Noroeste, Norte e região da Produção, especialmente do Planalto Médio do Estado do Rio Grande do Sul.



**Figura 1** - Localização do IFRS Campus Sertão.

### 2.2.3- Missão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Sertão tem como missão desenvolver a educação profissional e básica para a formação de indivíduos competentes, conscientes e críticos que, no desempenho de suas atividades, possam gerar e difundir tecnologias e promover a cidadania.

Acredita-se que a pesquisa sobre leitura é importante para o desenvolvimento da educação básica na medida em que auxiliará na educação profissional. O aluno, ao adquirir o hábito da leitura e praticá-la, terá mais conhecimento dos mecanismos que regem a sociedade, mais consciência de seus direitos e deveres, conseqüentemente terá melhores condições de ser um cidadão crítico que promova a cidadania e que tenha conhecimento para gerar novas tecnologias ou difundir as existentes.

A principal finalidade da Escola é oferecer educação tecnológica com vistas à formação, qualificação, requalificação e reprofissionalização de jovens, adultos e trabalhadores em geral, para os diversos setores da economia, especialmente nos de agropecuária e agroindústria.

Tem como objetivo geral ministrar a educação básica e profissional de nível médio e tecnológico em todas as modalidades, atuando como centro de referência no desenvolvimento técnico e humano.

A qualidade de formação empreendida pela instituição de ensino em toda a sua história está comprovada pelo desempenho profissional dos técnicos formados. Longe de uma preparação instrumental, sempre se valorizou a formação humana que se constitui parte integrante da formação dos alunos, em função também da constituição de cursos na modalidade de concomitância – ensino técnico e formação geral.

No entanto, devido a mudanças nas políticas educacionais, a Escola, a partir de 2009, passará a oferecer o Ensino Profissionalizante integrado ao Ensino Médio com o objetivo de vincular um tipo de ensino ao outro em todos os aspectos, principalmente, na integração de conteúdos. Uma meta do ensino integrado é trabalhar em uma perspectiva interdisciplinar para que os conhecimentos do Ensino Médio assessorem e auxiliem o desenvolvimento do ensino técnico e formem um cidadão mais consciente e reflexivo dos reais valores humanos e sociais

## **2.3 - A Leitura**

A história da educação profissional por valorizar mais as questões práticas vem formando profissionais pouco reflexivos e sem uma visão transformadora da sociedade. A valorização da leitura é um item significativo para a mudança de concepções e valores do indivíduo. Ao buscarmos subsídios sobre a trajetória da história da leitura no Brasil teremos mais condições de afirmar categoricamente que, em determinados períodos, o incentivo à leitura na escola não era conveniente para a classe dominante, uma vez que ameaçava a hegemonia.

### **2.3.1. História da leitura**

Atualmente a leitura é vista de forma positiva, a ela é atribuído um valor extremamente relevante, se considerados outros aspectos educacionais. Entre os muitos benefícios citados pela leitura estão: tornar os sujeitos mais cultos e, por conseqüência, mais críticos, mais cidadãos, mais verdadeiros, ser um fator determinante para o sucesso das pessoas, sendo capaz de minimizar os efeitos da pobreza, da cor, do gênero (ABREU, 1999).

Mas nem sempre a leitura foi vista de forma positiva. Ao contrário do que hoje fazemos, e por ser vista como um grande perigo, sucederam-se diversos movimentos, ao longo da história, para afastar as pessoas da leitura. As justificativas eram as mais variadas e iam desde perigos para a saúde física até perigos para a alma, que eram os mais temidos, pois colocava em risco a moral. Alegavam que os livros divulgavam idéias falsas, fazendo-as parecerem verdadeiras, estimulavam demasiadamente a imaginação, combatiam o pudor e a honestidade. Ainda nesse aspecto os romances eram os mais ameaçadores, pois colocavam os leitores em contato com cenas e situações reprováveis, subvertendo o sistema de valores no qual a sociedade deveria ancorar-se (ABREU, 1999).

Atualmente, baseados na teoria da importância da leitura para a formação do indivíduo, criaram-se inúmeros programas para incentivo e divulgação do ‘hábito de ler’. No entanto, ainda se lê pouco e os meios de comunicação de massa são responsabilizados por roubarem espaço ao contato escrito (ABREU, 1999).

Segundo dados da UNESCO há, aparentemente, uma situação paradoxal ao comprovar-se que crescem a produção de livros e jornais e a freqüência à biblioteca, mas o fantasma da crise da leitura continua assombrando os países ocidentais. Situação que é explicada por Abreu (1999, p. 14):

[...] lêem-se mais livros, entretanto as escolhas parecem inadequadas. [...] lê-se muito livro de auto-ajuda, de vulgarização científica, muita ficção científica [...] Mas lêem-se pouco os ‘bons livros’: pouca filosofia, pouca literatura erudita, pouca reflexão política séria. Em resumo, parece haver uma diminuição do interesse pelos livros positivamente avaliados pela escola, pela academia, pela crítica literária.



A falta de leitura não é uma situação nova, como bem exemplifica Dutra (1999), ao comentar um texto de Veríssimo intitulado ‘Leitura e Livros’, publicado no *Garnier* de 1904. Segundo Veríssimo (*apud* DUTRA, 1999, p.493).

Ele reitera o seu lamento perante a escassez da leitura no país, num contraste com europeus e norte-americanos, denuncia a má qualidade do pouco que se lê – as mulheres, romances de folhetim e romances mundanos, os homens novelas picantes e jornais do dia – se ofende com a negligência intelectual e falta de estima pelas letras nacionais daqueles que acham que os livros brasileiros não têm valor e só lêem francês, falando e escrevendo num triste português, denuncia os católicos, o puritanismo anglicano e o positivismo comtista, com sua ‘biblioteca peculiar’, os quais criam empecilho à leitura e procuram restringir-lhe a prática, regulamentá-la e fiscalizá-la.

Segundo Dutra (1999), para apontar, na nossa herança lusitana, as razões históricas da perniciosa falta do hábito de leitura do brasileiro são arroladas as seguintes causas; a herança dos nossos antepassados, os portugueses sempre leram pouco e ainda no início do século XX eram fracos leitores; os jesuítas ensinaram os brasileiros a ler, mas não a conhecer, amar os autores e ganhar amor à leitura; na inconfidência mineira, as leituras dos inconfidentes foram prova de acusação contra eles.

No passado, em um primeiro momento, na época da Inquisição, a Igreja Católica Romana também teve uma relação difícil com os livros, considerando-os mais perigosos que os discursos em praça pública. Isso talvez se devesse à percepção de que os livros, sem fazer alarido, tinham a capacidade de difundir mais amplamente as idéias. Tal preocupação resultou na censura, controle e proibição de composição, publicação, venda e posse de livros tidos como inconvenientes (ABREU, 1999).

Em um segundo momento, no início do século XX, no Brasil, a história da censura católica à leitura está na atuação de um grupo de padres, mais especificamente, o frei franciscano, Pedro Sinzig, que no papel de censor, se empenhou na tarefa de prescrever normas de leitura para os católicos e produzir manuais e revistas, detalhando e especificando melhor a interdição (PAIVA, 1999).

A excessiva preocupação com a leitura articula-se a razões conjunturais. O desenvolvimento da imprensa, e de uma literatura de propaganda republicana ou socialista, inquieta intelectuais de diferentes instâncias de poder. A Igreja, nesse contexto, sentia-se ameaçada como instituição como Paiva relata ao referir-se a um dos principais censores da Igreja Católica.

O pressuposto defendido por Sinzig é de que os livros são perigosos, mas mais grave é que os leitores católicos são fracos e frequentemente inocentes. O livro e a imprensa tornaram-se, então, duplamente perigosos, porque podem alcançar ‘todo mundo’, explicitando os vetores principais de uma crise de valores e de costumes que deixa entrever um mundo cuja cultura poderia, de maneira definitiva, não mais se ordenar ao redor da crença religiosa e da ordem católica (1999, p. 418).

Assim como as questões de moral perturbavam as autoridades religiosas, perturbavam também o poder político. As razões eram semelhantes acrescidas da justificativa de que os livros eram subversivos, seja porque questionavam as atitudes dos governos, seja porque os ridicularizavam (ABREU, 1999).

Era ainda interesse do poder político manter o povo numa condição de desvantagem intelectual para que assim fosse melhor dominado, como salienta Abreu (1999, p. 13 - 14):

A leitura (e o acesso à instrução escolar) faria perceber as desigualdades sociais, gerando descontentamento e insubordinações. Uma vez que os pobres deveriam permanecer pobres, seria melhor que não se alimentassem idéias que fizessem desejar alterar seu estado. A vontade de manter a ordem estabelecida, silenciando desejos de transformação, esteve na base de muitos atos de perseguição de livros e autores bem como de interdição de leituras.

No Governo Vargas (1930-1945), quando a censura foi amplamente exercida considerava-se ‘ler e ouvir’ ato perigoso. Nesse cenário aparecem os livros: livros proibidos, confiscados e incinerados por representarem uma ameaça ao poder constituído. “A purificação das idéias atingiu nível nacional. Livros perigosos foram farejados por todos os cantos do Brasil” (CARNEIRO, 1999, p. 430).

A polícia política (DOPS) tinha um importante papel de domesticação das massas e funcionava como engrenagem reguladora das relações entre o Estado e o povo. Um dos seus principais objetivos era bloquear a heterogeneidade de pensamento, procurando silenciar aqueles que eram considerados como ‘potencialmente perigosos’. Nesse contexto, os intelectuais ativistas tinham como meta romper o cerceamento sensório, por intermédio de seus livros e idéias, tentavam minar o projeto de hegemonia cultural e denominação política sustentada pelo Estado (CARNEIRO, 1999).

“Nos grandes centros urbanos do Brasil colonial havia locais privilegiados de sociabilidade, que eram as boticas e os botequins, nos quais livros em voga eram comentados” (SILVA, 1999, p.159). Essa conduta dispensava a aquisição dos livros e proporcionava a oportunidade de terem acesso ao conteúdo de várias obras pelas conversas ou ainda por cópias manuscritas em circulação (SILVA, 1999).

Também, no período colonial o livro era um signo de poder e reforçava o prestígio social de quem o possuísse como objeto, era signo de *status* e poder, na medida em que sua posse acompanhava outros elementos materiais passíveis de ostentação: louças, jóias e pratarias. Ao serem cuidadosamente descritos em sua aparência revelam a importância que tinham, não só para o ato de ler, mas também para o aparecer (VILLALTA, 1999).

É ainda nesse período que havia a necessidade de pedir autorização para a leitura de livros proibidos. Havia uma vinculação entre leitura e privilégio nas sociedades do Antigo Regime. O uso do livro era um privilégio, não apenas no sentido econômico, mas a posse e a leitura eram, muitas vezes, um direito exclusivo de grupos sociais determinados e seletos (VILLALTA, 1999).

No Brasil, no século XVI havia poucos livros. “O número de proprietários de livros era extremamente pequeno e, ainda, cada um deles tinha uma quantia muito reduzida de volumes...” (VILLALTA, 1999, p.185). O maior proprietário de livros dessa época foi um italiano, que morava na Bahia e era dono de 27 volumes.

A partir do século XVIII, houve uma mudança tanto na posse de livros como na composição das bibliotecas, mas a predominância do conteúdo continuou a referir-se a aspectos religiosos. Segundo pesquisas, a propriedade de livros foi favorecida pela constituição de uma civilização urbana, com um expressivo setor de serviços e um aumento do nível educacional (VILLALTA, 1999).

Na América Portuguesa, os leitores atribuíam múltiplas utilidades aos livros. Como objetos de leitura, os impressos eram fontes de conhecimento, de deleite, meios de acesso ao sagrado e elementos de ornamentação. Os livros simbolizavam poder, despertando nos leitores o questionamento ou reforçando a ordem estabelecida, inscreviam-se em relações de saber, poder e prazer, sendo importantes nas vidas privada e pública, definindo redes de sociabilidade (VILLALTA, 1999).

A posse de livros concentrava-se entre os detentores da propriedade de terras e escravos, marcadamente entre aqueles que a conjugavam à dedicação à carreira sacerdotal, ao direito, à cirurgia e à farmácia ou, ainda, ao comércio, à navegação, aos estudos, às atividades militares e ao exercício de cargos públicos.[...] Isso leva à suposição de que para essas categorias o livro era um elemento essencial no exercício profissional (VILLALTA, 1999, p. 189 e 194).

No Império, a censura e a repressão à palavra e às idéias manifestavam-se por controles informais – segregação, boicotes, marginalização, perseguições – mas nem por isso tornavam-se menos atuantes. Essa realidade provocou o surgimento de sociedades secretas que se multiplicaram com intensidade na proporção dessa repressão, ilustrando o controle oficial da palavra impressa e das mentes. Pelos registros percebe-se que havia uma censura rigorosa, que incidia contra os que se opunham à ordem, definida por uma Monarquia escravocrata, de religião católica obrigatória, avessa ao livre arbítrio. Prova dessa situação encontra-se no fato de autores, pela falta de liberdade, publicarem artigos fora do país como declara Martins (1999, p.396).

Outra expressão desse controle recai no periodismo que aflorou no exterior, manifesto pelos jornais *Correio Brasiliense*, impresso em Londres, por Hipólito José da Costa, e o *Novo Mundo*, em Nova York, pelo bacharel José Carlos Rodrigues, ambos escrevendo fora do país, entre outras razões, como alternativa para livre expressão.

Martins (1999) menciona que nesse contexto dois aspectos merecem ser destacados. O primeiro foi a importância da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na capital de São Paulo, o mais antigo curso superior humanístico do Brasil, instituição importantíssima para a cultura letrada e formação humana de futuros dirigentes do país. O segundo foi a forma como surgiram os chamados Gabinetes de leitura da província de São Paulo, que nada mais foram senão as primeiras bibliotecas populares e públicas do país, projeto inédito e arrojado que brotava estranhamente numa sociedade de maioria analfabeta.

A importância dessas duas instituições deu-se no sentido de que a Faculdade de Direito era um órgão oficial do Império, um aparelho repressor, com um corpo docente ultrapassado e subserviente ao controle da Corte e uma biblioteca defasada de obras contemporâneas. Nesse ambiente encontravam-se um corpo docente conservador e um corpo discente ávido de mudanças sociais e políticas.

A força repressora dos mestres acabou por alimentar reações de toda ordem, formando gerações contestadoras que marcaram a história. Assim, surgiu, por iniciativa de ex-alunos, o projeto dos Gabinetes de Leitura, de caráter contestador, com força de órgão subversivo. Tratava-se de uma rede de estabelecimentos voltados para a leitura, onde se podiam alugar livros; previam, igualmente, uma escola de primeiras letras, que formasse leitores para consumo daquele acervo enquanto iniciavam a alfabetização dos segmentos menos favorecidos da sociedade.

O trabalho era feito por bacharéis, recém-saídos do curso jurídico, que se comportavam como liberais de seu tempo e viam, particularmente, na Educação, o caminho imprescindível para a formação do futuro cidadão. Essas casas de leitura traziam embutida a idéia de subversão à ordem, que era monárquica, escravocrata e católica, contrapondo a ela a República, a Abolição, o livre arbítrio, a liberdade de religião e de ensino (MARTINS, 1999).

É ainda nas seguintes citações de Martins que se percebe que os Gabinetes de Leitura foram muito importantes para demonstrar a utilidade da leitura em uma sociedade.

[...] no circuito gerado pelos Gabinetes de Leitura, infere-se que, com intensidade renovada, o livro e a leitura reafirmaram-se como instrumentos estimulantes e viabilizadores do questionamento da sociedade vigente, potencializando sua força, ícones temidos e indiretamente censurados pelo poder [...]

Com acervos assim diversificados e algumas Escolas de Primeiras Letras, os Gabinetes de Leitura cumpriram papel inusitado no quadro do Império. Não só cuidaram da alfabetização e incentivaram a leitura, mas também desenvolveram significativamente propaganda abolicionista e republicana, constituindo-se em células de subliminar contestação da ordem (MARTINS, 1999, p.402 e 407).

Para as autoridades governamentais, os livros não eram apenas fontes de saber e de acesso ao sagrado, mas também objeto de divertimento, marcados também pela sua utilidade para o exercício do poder e compreendidos como essenciais para um bom governo, municinando contra os adversários, informando-os sobre idéias que precisavam combater, podendo ser úteis para se defenderem em atos praticados no exercício de funções de governo (VILLALTA, 1999).

Exemplo da importância que os governantes davam à leitura exemplifica-se pelo fato de o conde de Assumar, que governou Minas, nos primeiros anos da década de 1720, recorrer aos livros, lendo Hipócrates, Platão, Cassiodoro, São João, Santo Agostinho, quando se viu processado e ameaçado de excomunhão. Outro exemplo foi o de Gomes Freire de Andrade, célebre governador, que ao passar o poder a seu irmão recomendou-lhe que, à noite, depois de receber as pessoas importantes que o procurassem, se dedicasse à leitura de livros históricos ou militares (VILLALTA, 1999).

No Brasil do século XIX não foi possível à maioria dos escritores viverem de sua literatura. O aparecimento tardio da imprensa foi um dos empecilhos, contudo as dificuldades técnicas não foram o problema maior. Pior era o fato de a população, até o final desse século, contar com mais de 70% de analfabetos, marca mais ostensiva do atraso cultural. Nesse século quando a modernidade avança com a Revolução Industrial nos países europeus, o Brasil vegeta intelectualmente, carente de imprensa e livrarias (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996).

Considerando os depoimentos posteriores, o mau ensino brasileiro parece persistir; e os cronistas da vida social brasileira acoplam mau estado de ensino com má qualidade e /ou inexistência de livros. Sob tais condições, a formação de um público leitor se arrasta inconclusa e rarefeita.

Daniel Kidder, o já mencionado missionário que veio ao Brasil com o intuito de distribuir Bíblias à população, entre 1837 e 1840, considera que, no Rio de Janeiro, 'as escolas públicas [...] são insuficientes para atender a todas as crianças', e a esta denúncia acrescenta que 'outro obstáculo de vulto ao desenvolvimento da instrução no Brasil é a quase absoluta falta de bons livros escolares' (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 144).

A chegada de D. João ao Brasil em 1814 rompe com o obscurantismo que a política portuguesa mantinha sua colônia de além mar. D. João estimula a fundação da Biblioteca Real, a partir dos livros que a Corte portuguesa trouxe consigo. Havia abundância de livros, falta de novidade do acervo, pouca freqüência de usuários, atribuída ao desinteresse pela literatura. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996).

Em um primeiro momento, a importação de livros em detrimento da tradução de livros, mostrou-se mais eficiente para suprir a falta de material didático. Esse recurso esgotou-se à medida que surgia uma retórica nacionalista, que proclamava a inadequação dos livros portugueses para a juventude brasileira. Os compêndios portugueses ignoravam a

Independência e o ferrenho nacionalismo do século XIX, e continuavam circulando pela escola brasileira. Só no final desse século o abasileiramento dos livros didáticos se tornou realidade, juntamente com a nacionalização do livro para crianças (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996).

Segundo Veríssimo (*apud* LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p.183), há a necessidade de livros para a escola nacional.

São muitos escritores estrangeiros que traduzidos, transladados ou, quando muito, servilmente imitados, fazem a educação da nossa mocidade. [...] Acanhadíssimas são as melhorias desse triste estado de cousas, e ainda hoje a maioria dos livros de leitura, se não são estrangeiros pela origem, são-no pelo espírito.

Enquanto espaço de iniciação à leitura, contexto de seu desenvolvimento e, principalmente, lugar de destinação assegurada do livro didático, a instituição escolar, cujo currículo básico estendia-se da gramática à filosofia, passando pela retórica, matemática, história, geografia, línguas clássicas e modernas, em cujo bojo se aprendia a ler nas primeiras décadas do século XIX, tem grande realce em qualquer análise que pretenda discutir a história social da leitura no Brasil (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996).

Um fator importante para a formação dos leitores, nessa época, foi a questão da precária existência de docentes, elementos indispensáveis na valorização educacional e na aquisição do hábito da leitura.

A pretendida implantação do método Lancaster parece apontar para a falta de professores, fator sem dúvida agravante da baixa qualidade do ensino brasileiro. Carência docente, precariedade da formação do magistério e improvisação presidem o ensino da língua materna, no interior do qual começa a ocorrer a familiaridade do estudante com a leitura (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p.148).

Uma situação que persistiu por todo o século XIX foi a questão do analfabetismo, que segundo estatística oficial, em 1890, apenas 16 ou 17 em cem brasileiros ou habitantes do Brasil sabiam ler. Uma proporção tão alta de iletrados é difícil de ser encontrada em países presumidos de civilizados. Machado de Assis alerta esse problema e suas repercussões principalmente políticas:

[...] publicou-se há dias o recenseamento do Império, do qual se colige que 70% da nossa população não sabem ler. [...] A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler é ignorar o Sr. Meireles Queles; é não saber o que ele vale, o que pensa [...] 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê. Votam como vão à festa da Penha – por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. (ASSIS *apud* LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 247).

As altas taxas do analfabetismo do conjunto da população no país são intensificadas pela falta de acesso do público feminino à leitura. Segundo comentário da jovem professora alemã, que veio ao Brasil em 1881 para ensinar alemão a adolescentes mal-comportados, ao referir-se às moças da alta sociedade carioca. “As melhores famílias, não mandam absolutamente as filhas para colégios e devido a isso esta sociedade é, em geral, a menos

educada ou a mais selvagem que se pode encontrar [...]” (BINZER *apud* LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 246).

Aparentemente, o século XIX terminava não muito diferente do modo como iniciara, contudo, ao final desse século, o Brasil, outra vez muda de fisionomia política prometendo consertar os desacertos do Império. O novo regime, a República, adota medidas educacionais de bons presságios criando secretarias e empreendendo a reforma da instrução pública em todos os níveis, reorganizando-os de acordo com os princípios do positivismo, filosofia dominante do pensamento republicano (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996).

Segundo Veríssimo (*apud* LAJOLO ; ZILBERMAN, 1996, p. 155), nessa época, o desenvolvimento da instrução pública é uma necessidade vital para o Brasil que continuava com problemas com os livros didáticos, muitos dos quais eram ainda traduzidos. A literatura escolar estava muito atrasada, pois além de não possuírem bons compêndios, careciam de livros para leitura das crianças e dos rapazes. Afirma ainda: “Não sei se o nosso desamor à leitura não provém de que não nos habituamos a ler desde a infância, e não nos habituamos porque não há em nossa língua livros próprios para essa idade”.

É ainda de Bilac (*apud* LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 156) a crítica sobre a situação do ensino no Brasil nas primeiras décadas do regime republicano.

[...] e isto quer dizer que a pouco mais de dois e meio por cento da população é ministrado o favor do ensino. Mas não é tudo: se estudásseis o orçamento votado pelas Câmaras para a despesa federal nos últimos anos, observaríeis a insignificância das verbas dadas à instrução: no cálculo das despesas orçadas para esse ano, no valor de quase quatrocentos mil contos de réis, apenas três mil e duzentos contos eram destinados a tudo quanto se refere à vida intelectual do Brasil: ensino, bibliotecas, museus...

A formação da leitura no Brasil está relacionada a aspectos econômicos, sociais e culturais. O surgimento, fortalecimento e as transformações das práticas brasileiras de leitura encontram na literatura uma fonte para estudo e campo de manifestação, apesar de não ficar totalmente confinada a ela.

Há uma crítica à leitura, principalmente a literária, que os homens brasileiros destinavam às mulheres. Textos moralistas e insossos de pouca motivação.

‘ Aqui está uma excelente obra que comprei para minha mulher e minhas filhas’. Abri o precioso volume, era uma espécie de tratado de moral, cheio de banalidades sentimentais e de frases feitas em que reinava um tom de condescendência e proteção à pobre inteligência feminina, porquanto, as mulheres são mães dos homens e exercem um pouco de influência sobre sua educação. Após essa mostra do alimento intelectual que lhes ofereciam, não me poderia admirar que a esposa e as filhas do nosso anfitrião demonstrassem um gosto dos mais moderados pela leitura. Nada impressiona tanto o estrangeiro como essa ausência de livros nas casas brasileiras. (AGASSIZ *apud* LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p.245.),

Examinada pela perspectiva dos escritores românticos, Macedo, Alencar e Machado de Assis, nas obras produzidas entre 1860 e 1880, a condição da leitura feminina não é tão precária e culturalmente insatisfatória como denunciam os viajantes e cronistas que vêm do exterior. Os romancistas românticos abolem do texto, ou transformam pela via da narrativa, as personagens femininas que denunciam a ignorância, o embrutecimento e a opressão doméstica da mulher, características que causavam escândalo aos olhos exigentes, sobretudo dos estrangeiros. As mulheres ignorantes sem educação nem instrução são substituídas, nos

romances, pela visão positiva de senhoras dominadas e auto-suficientes, econômica e intelectualmente. Como José de Alencar descreve a personagem Lúcia no romance *Lucíola* (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 252).

Às vezes lia para ela ouvir algum romance, ou a Bíblia, que era o seu livro favorito. Lúcia conservava de tempos passados o hábito da leitura e do estudo; raro era o dia em que não se distraía uma hora pelo menos com o primeiro livro que lhe caía nas mãos.

Mas como apontam vários autores, o universo da leitura da mulher brasileira é dos mais restritos, a maioria era iletrada, situação que convinha a uma sociedade na qual o livro, a leitura e a cultura não pareciam apresentar maior significado. A mulher lê pouco e o que lê é de má qualidade. Como forma de contestar essa situação há a reivindicação, especialmente de mulheres, no sentido de estimular a educação feminina em melhores termos, argumentando ser essa condição essencial para estabilizar a vida familiar no Brasil e ver a nação progredir (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996).

Para Lajolo, Zilberman, (1996) Justificou-se a necessidade de educar a mulher ao denominá-la ‘responsável pela formação do homem de amanhã’ e destinada à vocação *natural* para as lides do magistério, solucionando-se assim alguns problemas existentes na sociedade da época. Dessa forma, a falta de mão-de-obra para o magistério, profissão pouco procurada pelos homens, porque mal remunerada, era resolvida e o Estado ficava desobrigado de melhorar os proventos dos professores, porque o salário da mulher não precisava ser superior ao do homem, mas apenas complementá-lo. Ideologicamente a professora por sua natureza maternal converteria a sala de aula em um segundo lar.

Até 1930 as dificuldades persistiram, a partir daí uma mudança política trouxe de volta a idéia de tratar da instrução através de uma agência específica, o Ministério de Educação, que reorganizou a vida escolar com o livro didático respondendo a novas questões, dando outras formas ao ensino, sobretudo ao da leitura e da literatura. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996).

Segundo Dutra (1999, p.478.), estudiosos da história da leitura no Brasil registraram que:

Os anos 40 do século passado de fato assinalam a emergência e o fortalecimento de condições sociais, culturais e técnicas – traduzidas por políticas voltadas à escolarização, pela abertura de bibliotecas e instalações de livrarias e tipografias – que proporcionarão a formação de um público leitor.

Além da trajetória histórica da leitura, associadas normalmente a aspectos sociais, é importante observarmos que a mudança ou evolução do leitor com relação à leitura também propiciou diferentes abordagens sobre esse tema.

As ‘revoluções da leitura’ são múltiplas e não estão imediatamente ligadas à invenção ou às transformações da impressão, mas estão relacionadas a outros aspectos tais como: a primeira mudança consistiu na mudança de atitude dos leitores que passaram de uma prática de leitura oral, na qual ler em voz alta era indispensável para a compreensão do significado, para uma leitura visual, puramente silenciosa. Foi durante a Idade Média que a habilidade de ler em silêncio foi conquistada pelos leitores ocidentais; a segunda revolução ocorreu durante a era da impressão, com o crescimento na produção do livro, a multiplicação e transformação dos jornais, o triunfo dos livros de pequeno formato e a proliferação de instituições, que tornaram possível ler livros e periódicos sem ter que comprá-los (CHARTIER, 1999).

Essas transformações ocorreram sem grandes mudanças na tecnologia de impressão e levaram ao desenvolvimento de novos gêneros textuais e novas práticas de leitura. Os novos

leitores devoravam um grande número e uma imensa variedade de impressos efêmeros. Liam rápida e avidamente, submetendo o que tinham lido a um julgamento crítico imediato, surgindo assim, uma leitura mais irreverente e desprezada no lugar da relação comunal e respeitosa com a matéria escrita, feita de reverência e obediência (CHARTIER, 1999).

No século XIX, novas categorias de leitores (mulheres, crianças, trabalhadores) foram apresentadas à cultura impressa e, ao mesmo tempo a industrialização da produção de impressos trouxe novos materiais e modelos para a leitura. [...] A tipologia dos vários modelos de relação com a escrita que se sucederam a partir da Idade Média deu lugar a uma ampla diversificação das práticas de leitura nas sociedades contemporâneas (CHARTIER, 1999. p. 26).

Atualmente, a revolução mais significativa na leitura diz respeito à transmissão eletrônica de textos. Considera-se a passagem dos textos do livro impresso para a tela do computador uma mudança tão grande quanto à passagem do rolo para o códex durante os primeiros séculos da Era Cristã. Isso desafia a ordem dos livros familiares aos leitores e dita novos caminhos de leitura que superam as limitações tradicionais impostas pelos objetos impressos. “A transferência de nossa herança escrita dos impressos para a tela criaria possibilidades incomensuráveis, mas causaria também violência aos textos ao separá-los de seu meio original, no qual foram publicados e apropriados” (CHARTIER, 1999, p.29).

É ainda Chartier (1999, p.31) que teoriza sobre os futuros rumos da leitura e seus canais de divulgação.

Em nosso mundo, a imaginação do leitor pode mobilizar simultaneamente os diferentes e sucessivos modos de inscrição e transmissão da palavra escrita que herdamos do passado: manuscrito, impresso e comunicação eletrônica. É impossível saber como os leitores vão combinar, no futuro, essa pluralidade de possibilidades. Podemos imaginar que durante um longo tempo essas três formas de cultura escrita irão coexistir e cada uma terá sua preferência de acordo com os gêneros e usos. Nesse sentido, o novo mundo eletrônico não significa a morte da impressão.

Perante esse histórico, que nos ajuda a compreender um pouco a atual situação da falta de leitura nos meios escolares, somos desafiados, além de interpretá-los, a superá-los e encontrar formas de motivar nossos educandos para este aspecto educacional que, certamente, fará um diferencial em suas vidas pessoais e profissionais.

### **2.3.2 - O desafio da leitura em uma Escola Agrotécnica**

O precário domínio da escrita e o parco entendimento da leitura são citados em pesquisas como problemas centrais da educação brasileira.

A leitura não é um tema inusitado, muito pelo contrário, ela tem sido freqüentemente assunto de estudos e palestras no meio de educadores preocupados com a qualidade de ensino nas escolas brasileiras. Muito se tem discutido, mas há muito a se avançar, uma vez que, em alguns aspectos, o país não tem conseguido avançar e permanece aflitivamente igual com graves problemas na área de desenvolvimento da leitura.

Nos próprios livros didáticos, há textos que comprovam isto: “Estudantes lêem, mas não entendem o que lêem”. O programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) submeteu 32 países a um teste, que verificava o preparo escolar de adolescentes de 15 anos na



questão da leitura e compreensão, o Brasil ficou em último lugar, mostrando o quanto estamos distantes de uma situação satisfatória nessa área.

A leitura tem um papel fundamental numa sociedade que está sempre mudando, e que exige da pessoa um aprendizado contínuo para garantir o desenvolvimento integral do ser humano nos aspectos pessoais e sociais. Não basta a pessoa completar sua educação escolar, ela deverá, acima de tudo, adquirir hábitos para se educar ou auto-educar permanentemente a fim de acompanhar a evolução do mundo.

A boa escolaridade que possibilita a ascensão social de classes menos favorecidas é sinônimo de uma boa habilidade de leitura, por isso, junto com a escrita, sua função social é a melhoria da qualidade de vida da população. Para Rösing (2001, p.9) “a inexistência de uma cultura de leitura na população é determinante na submissão a que tem sido submetido um grande número de brasileiros”.

Outro aspecto que surge pela precariedade de uma prática de leitura é a questão da alienação que tem também como causa os modelos de pensamento cartesiano, que dificultam a compreensão da complexidade da realidade. Mariotti em seu ensaio “Não à alienação” comenta:

Este ensaio começou e terminará falando de livros, mas convêm ressaltar que é em relação à leitura e à compreensão de textos que surgem alguns dos maiores problemas ligados à alienação. O vocabulário das pessoas se reduziu de tal forma que muitas delas se tornaram virtualmente impermeáveis a tudo aquilo que possa fazê-las mudar de idéias e valores. É cada vez mais comum encontrar indivíduos (entre eles, não poucos com formação universitária) que não conseguem compreender conversações e escritos que tratem de temas fora de sua formação técnica/profissional (MARIOTTI, 2003, p.3).

Sabedores de que a instrução muda os horizontes e modifica a representação que se tem do mundo, há vozes no partido da Ordem que afirmam que: “Quanto menos instruído for o povo, melhor se deixará governar” (HÉBRARD, 1999, p.48).

Na época em que os livros eram censurados pela igreja, usava-se o seguinte argumento, mostrando a influência da leitura na vida das pessoas, principalmente, das mulheres. “O livro, imitando a vida e com bastante poder para alterar o comportamento das pessoas, é largamente enfatizado, principalmente em se tratando de mulheres que seriam mais suscetíveis a tais influências” (PAIVA, 1999, p.424).

Atualmente, pelo valor atribuído à leitura há inúmeros projetos institucionais que a incentivam como declara Lajolo (1999, p.88).

Nas esferas ligadas à educação, multiplicam-se discussões sobre alfabetização, leitura escolar e literatura infanto-juvenil, sendo, como já se disse, o aprimoramento da leitura prioridade de inúmeros projetos institucionais bem como reivindicação de vários segmentos sociais, constituindo consenso que a cidadania plena exige prática de leitura constante e abrangente, que se manifesta na vida política, nas relações de trabalho, na vida familiar e no lazer.

Entretanto para Kleiman (1989), há fatores que, ao longo da escolaridade, interferem na criação e desenvolvimento de leitores. Um deles é a formação precária do professor na área de leitura, bem como o desconhecimento das pesquisas nessa área, tendo como resultado uma forma equivocada de condução de processos de incentivo à leitura que acabam inibindo o leitor principiante.

Entre as formas inibidoras da prática de compreensão da leitura na escola estão as atitudes dos docentes em usar a leitura em voz alta para avaliação de compreensão; a prática

da leitura sem uma orientação prévia, sem delimitar objetivos para a atividade a ser feita; o uso da leitura como pretexto para o estudo de aspectos gramaticais e semânticos. Esses aspectos quando enfatizados na leitura de um texto acabam por interferir na leitura como interação entre leitor e autor (KLEIMAN, 1989).

Há, portanto, desafios para o corpo docente de uma escola para motivar seus alunos para a leitura. O primeiro deles é a dedicação e o conhecimento dos próprios professores nessa área para, a partir do reconhecimento do funcionamento e da importância da leitura para a formação de seus alunos, os motivarem a lerem mais. Conscientizando-os, também, que o ato da leitura abrangente não é neutro, mas traz implicações de caráter social e político.

### **2.3.3 - A leitura e suas implicações: o caráter social e político da leitura**

O caráter social do ato de ler evidencia-se por haver, no momento da leitura, uma troca de valores, crenças, gostos, que não pertencem somente ao leitor, nem ao autor do texto lido, mas a todo um conjunto sociocultural. O sujeito ao contatar com realidades diferentes da sua, através do texto, poderá conscientizar-se de novos valores humanos e sociais até então sem destaque na sua vida. FREIRE (1989) nesta linha de pensamento afirma “A leitura e a escrita são meios de conscientização e transformação das realidades sociais”.

É, ainda, Freire que discute sobre as implicações da verdadeira leitura crítica que levarão o leitor a comprometer-se com o texto numa abordagem de integração.

Não se lê criticamente, como se fazê-lo fosse a mesma coisa que comprar mercadoria por atacado. Ler vinte livros, trinta livros. A leitura verdadeira me compromete de imediato com o texto que a mim se dá e a que me dou e de cuja compreensão fundamental me vou tornando também sujeito. Ao ler não me acho no puro encaixe da inteligência do texto como se fosse ela produção apenas de seu autor ou de sua autora. (FREIRE, 1996, p.27).

A educação proposta por Freire é revolucionária, ela deve incentivar os valores sociais e humanitários em detrimento dos valores individuais e passivos. O conhecimento e a consciência destes valores não surgirão automaticamente, do dia para a noite, mas demandarão trabalho, transformação que será fruto de leituras e reflexões que mudarão a forma de pensar e agir do ser humano. De acordo com Silva (1995, p. 49), “O ato de ler se constitui num instrumento de luta contra a dominação. E a reprodução das estruturas sociais injustas está diretamente relacionada à falta da leitura na sociedade brasileira”.

O caráter social e político da leitura evidenciam-se na citação de Rösing (2001, p.29).

A leitura deve ser considerada como uma prática política e social, a partir do diálogo entre o leitor e o autor. Enquanto prática política, o ato de ler pode conduzir transformações individuais e sociais de magnitude ímpar. Como prática social, acontece no contexto da diversidade de interesses, necessidades e desejos peculiares ao pluralismo da sociedade.

A partir desta afirmação, constata-se que o ato de ler não é neutro, ele provocará no indivíduo a consciência de seus deveres e direitos e o sujeito, automaticamente, passará a exigí-los. Por outro lado, se o povo não tiver cultura e informação será facilmente manobrado e explorado por aqueles que detêm o poder nas diferentes esferas da sociedade. Não é em vão que a leitura, ao longo da história, nem sempre desfrutou de um lugar privilegiado, mas muitas vezes foi relegada e condenada no seio da sociedade por não ser vista como interessante e útil aos interesses da classe dominante. Em sua afirmação, Abreu (1999, p. 15) enfatiza que “A leitura não é prática neutra. Ela é campo de disputa, é espaço de poder”.

Como exemplo, pode-se citar a situação da mulher no séc. XIX quando não era recomendado a ela ler folhetins, romances ou história de fantasia que as iludiam e as afastavam das tarefas domésticas, deveriam ler obras de moral e religião que as instruíam para o exercício de suas atividades mais nobres. Conforme Lajolo e Zilberman:

Os pais antigos proibiam a leitura às filhas, afirmando que os livros eram os piores inimigos da alma.

Para livrarem então as pobres inocentes de, por qualquer casualidade, entrarem um dia em contato com tão perigosos conselheiros, faziam uma coisa que lá consigo julgavam muito acertada – não as ensinavam a ler! (ALMEIDA *apud* LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p.263).

Para Rösing (2001, p.34), em suas reflexões sobre a finalidade da leitura, deve-se levar em conta a situação do leitor enquanto indivíduo e enquanto ser social.

Enquanto indivíduo, as suas relações com o ato de ler servem para ativar operações mentais importantes, capazes de promover o desenvolvimento da linguagem através da qual obtém informações, com a qual constrói conhecimentos, saberes, através da qual se apropria de informações, de conhecimentos úteis para a satisfação de sua curiosidade. Aprende, amplia a sua sensibilidade, a sua criatividade, desenvolve a imaginação, satisfaz necessidades, preferências e desejos.

Enquanto ser social, o ato de ler proporciona a integração desse leitor na comunidade em que atua, preservando a sua identidade cultural, garantindo-lhe, também, a assimilação de novos valores.

No que tange ao hábito da leitura, o autor Barros menciona o posicionamento do educador Paulo Freire ao referir-se ao caráter social da leitura.

Subjacentes à idéia de letramento existem no campo da educação duas correntes distintas, a liberal e a radical. A primeira adota o conceito de letramento funcional voltado à integração do indivíduo à sociedade e ao mundo do trabalho, por meio dos desenvolvimentos cognitivo e econômico. A segunda, fortemente influenciada pelo educador Paulo Freire, acredita que leitura e escrita são meios de conscientização e transformação das realidades sociais. (BARROS, 2007, p.38)

O filósofo italiano Gramsci atribuía à escola a função de dar acesso à cultura das classes dominantes, para que todos pudessem ser cidadãos plenos. Enfatizava que a sociedade só mudaria quando mudasse sua maneira de pensar. Forçosamente, as mudanças, primeiro, têm que passar pelo campo do conhecimento, até não sermos convencidos intelectualmente da necessidade de mudança continuaremos agindo da mesma forma. Surge daí a necessidade de a escola ter uma política de cultura para que o educando, através de textos variados, deixe de ter uma visão ingênua e tenha conhecimento dos verdadeiros mecanismos que regem a sociedade.

Souza (2002, p.59-60), ao comentar Gramsci, que defende uma escola desinteressada do trabalho, dando ênfase aos aspectos humanísticos, sem esquecer a importância da práxis e que junta a teoria à prática para organizar o conhecimento, diz:

Gramsci defende uma escola desinteressada do trabalho, essencialmente humanista, com atividades formativo-culturais para o conjunto do proletariado, baseada na filosofia da práxis para não cair no vazio. Esta escola seria preparatória e conduziria o jovem a amplas possibilidades de escolha profissional e não apenas a um ofício, preocupando-se em formar

pessoas capazes de pensar, de estudar de dirigir ou de controlar quem dirige a sociedade.

O aluno de uma escola técnica, que normalmente recebe uma educação interessada no trabalho, tem pouco contato e pouco valoriza as disciplinas que trabalham com áreas humanísticas. Com uma formação essencialmente técnica e fragmentada deixa de conhecer e, conseqüentemente, de valorizar o lado mais humano, que, sem dúvida, seria um diferencial em sua profissão por transformá-lo num ser mais compreensivo e solidário. Morin, ao enfatizar a importância da cultura das humanidades na formação do indivíduo, afirma que em todas as formas de manifestações artísticas como a literatura, cinema, poesia, música, há um pensamento profundo sobre a condição humana.

É no romance, no filme, no poema, que a existência revela sua miséria e sua grandeza trágica, com o risco de fracasso, de erro, de loucura. É na morte de nossos heróis que temos nossas primeiras experiências de morte. É, pois, na literatura que o ensino sobre a condição humana pode adquirir forma vívida e ativa, para esclarecer cada um sobre sua própria vida. (MORIN, 2000, p. 49)

Para Morin (2001, p. 55) “A maior contribuição de conhecimento do século XX foi o conhecimento dos limites do conhecimento”. Nessa afirmativa, o autor deixa claro que todo avanço científico e tecnológico não foi suficiente para resolver os grandes questionamentos que inquietam o ser humano. O conhecimento por si só não é suficiente, ele precisa ser transformado, ajudando o homem a viver melhor a vida. Tornaghi (1998, p.37) declara: “Eu sustento que o papel da Ciência é o de aliviar o cansaço da existência humana”.

Para os teóricos da teoria crítico reprodutivista da educação, Saviani inspirado em Althusser, a sociedade capitalista é injusta, e a educação intensifica esta diferença social. A escola ao comportar-se como um aparelho ideológico do Estado exerce o papel de subjugar ao invés de libertar. Assim, se faz necessário uma tomada de consciência da educação para que se reverta este quadro, e o conhecimento, que pode ser intensificado através da leitura, é a ferramenta básica para dismantelar a ideologia da classe dominante e criar uma sociedade mais justa e igualitária.

Para Silva (1990), a maior parte da cultura de um povo realmente encontra-se materializada em discurso verbal escrito. Para conhecê-la, o indivíduo deve cumprir três condições fundamentais: saber ler, querer ler e ter acesso ao livro ou similar. A primeira condição é satisfeita através da alfabetização; a segunda, através da orientação de leitura, dada pela escola e pela família; a terceira, através da aquisição de livros ou de visitas à biblioteca. Salienta, ainda, que a escola parece estar cumprindo somente a primeira condição envolvida no ensino da leitura – a de alfabetizar, sendo que alfabetizar é uma condição necessária, mas não suficiente para a formação do leitor crítico. Isto é, após aprender as relações entre código oral e código escrito, o aluno precisa se exposto a diferentes materiais de leitura de modo que possa obter o referencial para o seu pensamento.

Padilha (2001), ao comentar a obra de Paulo Freire, destaca a importância de a escola estar em consonância com o corpo discente, apostando sempre no diálogo com o aluno como exercício de democracia, estabelecendo uma relação dialógica e dialética entre educadores e educandos. Dessa forma prevalece uma educação politizada que passa pelo conhecimento dos mecanismos sociais que estão camuflados e que podem vir à tona através do contato do educando com os mais diversos textos elucidativos.

Na sala de aula, educadores e educandos se relacionam politicamente a todo instante, estabelecendo, portanto, relações de poder e podendo agir na

direção de mudanças e da construção de uma nova realidade, de uma nova sociedade. Para tanto, podem apostar no diálogo como exercício da democracia e, mais do que isso, podem voltar a ter esperança de que por meio de uma educação politizada, que estimule o senso crítico, que leve à conscientização, estaremos evitando a aceitação dócil e passiva de uma dura realidade que favorece apenas a minoria que sempre defendeu a neutralidade da educação em nome da manutenção de seus privilégios. Mais do que isso, estaremos criando condições para uma ação efetiva com vistas à transformação da sociedade em que vivemos e para a melhoria da escola que temos. (PADILHA, 2001, p.24).

Os docentes, como uma forma de apenas reproduzirem o que o sistema impõe, atêm-se às explicações, definições, conceitos, fórmulas, memorizações sem considerarem as expectativas e interesses dos alunos, deixando com isso de criar um clima propício à reflexão e ao desenvolvimento de outras habilidades que desenvolveriam o educando nos aspectos individuais e sociais. Neste sentido, Santos (2003, p.31) tem o seguinte posicionamento: “A educação seria mais eficiente se cuidasse das múltiplas dimensões do sujeito e do conhecimento: dimensão poética, ética, utópica, histórica, social cultural e filosófica, e não somente se manter no uso da linguagem voltada para a racionalidade tecnocientífica”.

Atualmente, a demanda social faz com que a escola esteja adequada às necessidades do mercado de trabalho. O aluno tem que estar preparado para realizar funções técnicas, apto a acompanhar as mudanças científicas e tecnológicas, demonstrar capacidade de adaptação e tudo sem perder o espírito criativo. “Esta nova condição de vida coloca à educação a necessidade de se trabalhar a reestruturação do sistema mental/ emocional dos jovens, integrando a incerteza como componente da vida”, de acordo com (DEMO *apud* SANTOS, 2003, p. 23).

Na educação tradicional, “O conhecimento é transmitido e o sujeito do conhecimento tem simplesmente papel reprodutivo, ignorando-se a função formativa do conhecimento. (...) Não há preocupação com a busca do conhecimento como uma forma de ser (SANTOS, 2003, p. 34)”. Partindo desse ponto de vista, pode-se afirmar que a leitura, que é uma das formas de se adquirir o conhecimento, tem também um caráter formativo e, conseqüentemente, transformador. O aluno, ao ler bons textos, poderá ser sensibilizado a ver determinadas situações de forma totalmente diversa de sua maneira convencional, ocorrendo então a aprendizagem que para Santos (2003, p.26), “é quando o conhecimento é incorporado, transformando a prática do viver em interação com o meio”.

Portanto, a leitura na escola e o hábito de mantê-la ao sair da escola são imprescindíveis para a formação integral do ser humano que nunca está completa, precisando sempre ser atualizada e melhorada para que possamos conviver melhor com as pessoas que nos cercam e com o meio ambiente que também precisa da nossa ajuda. Precisamos repensar nossos valores, hoje, tão importantes à evolução social com sustentabilidade, podendo ser a leitura uma ferramenta para este fim.

#### **2.3.4 - A leitura como uma ferramenta de conhecimento na educação profissional.**

O exercício profissional de atividades de nível técnico vem sofrendo grande mutação. O mundo do trabalho está se alterando contínua e profundamente, pressupondo a superação das qualificações restritas às exigências de postos delimitados, o que determina a emergência de um novo modelo de educação profissional. Cada vez mais o técnico precisa de qualificação que lhe permita construir itinerários profissionais, com mobilidade, ao longo de sua vida produtiva. O conhecimento que é necessário para exercer essa vida produtiva deve estar alicerçado em uma sólida educação básica, que prepare o cidadão para o trabalho com

competências mais abrangentes e mais adequadas às demandas de um mercado de trabalho em constante mutação.

É essencial que se concentrem esforços na instauração de um processo de contínua melhoria da qualidade da educação básica, o que significa, sobretudo, preparar crianças e jovens para um mundo regido, fundamentalmente, pelo conhecimento e pela mudança rápida e constante. Importa, portanto, capacitar os cidadãos para uma aprendizagem autônoma e contínua, tanto no que se refere às competências essenciais, comuns e gerais, quanto no tocante às competências profissionais. (BRASIL, 2000. p.19).

Um instrumento básico e de vital importância para a aquisição de novos conhecimentos é a leitura, que torna a mente do leitor mais aberta, dando margem a debates com raízes mais sólidas, fundamentadas em algo mais concreto do que um apenas ‘acho que’. Isso quer dizer que o indivíduo tem que ler para sair do campo da opinião generalizada, ultrapassar o senso comum e chegar ao nível do bom senso (SILVA, 1990).

Aliado à necessidade de se incentivar a leitura como forma de melhorar a qualificação do indivíduo e sua atuação profissional, há, também, a necessidade de uma reestruturação educacional para atender à demanda profissional de acordo com a perspectiva das empresas, conforme Carvalho (2003, p.18).

Da perspectiva das empresas, o baixo nível de qualificação é um fator restritivo ao processo de reestruturação produtiva, fazendo-se necessária uma elevação do nível intelectual dos trabalhadores. O mínimo apregoado pela cartilha liberal, ler, escrever e contar, sedimentado pelo taylorismo, já não cabe no figurino neoliberal. É preciso mais, não apenas o desenvolvimento quantitativo e qualitativo da escola formal, como também uma qualidade de vida adequada a essas novas exigências.

De acordo com a LDB, a preparação para profissões técnicas poderá ocorrer em nível de ensino médio após “atendida à formação geral do educando”, na qual o educando se aprimora como pessoa humana, desenvolve autonomia intelectual e pensamento crítico, bem como compreende os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, dando uma nova dimensão à educação profissional, como direito do cidadão ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida social e produtiva. (BRASIL, 2000)

A boa base educacional do indivíduo é cada vez mais valorizada, pois ao associar-se a uma educação profissional formará um trabalhador de qualidade (BRASIL, 2000 p. 20).

Um competente desempenho profissional exige domínio de seu “ofício” associado à sensibilidade e à prontidão para mudanças e uma disposição para aprender e contribuir para o seu aperfeiçoamento. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, portanto, estão centradas no conceito de competências por área. Do técnico será exigida tanto uma escolaridade básica sólida, quanto uma educação profissional mais ampla e polivalente. A revolução tecnológica e o processo de reorganização do trabalho demandam uma completa revisão dos currículos, tanto da educação básica quanto da educação profissional, uma vez que é exigido dos trabalhadores, em doses crescentes, maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, bem como capacidade de visualização e resolução de problemas.

As características descritas acima, como: capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, visualização e resolução de problemas serão efetivamente desenvolvidos no educando à medida que forem reforçadas as habilidades básicas de leitura e interpretação, principalmente, no ensino médio que é a etapa de consolidação da educação básica e, mais especificamente, de desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Nas novas formas de gestão do trabalho, os trabalhadores autômatos serão substituídos cada vez mais por trabalhadores autônomos, que possam trabalhar em equipe, tomar decisões em tempo real durante o processo de produção, corrigindo problemas, prevenindo disfunções, buscando qualidade e adequação ao cliente (BRASIL, 2000. p. 32).

Nesse contexto a competência, que é um dos princípios da educação profissional, não se limita apenas ao conhecer, mas envolve o agir numa situação determinada, portanto, leva-se em conta não só o saber, mas também o saber fazer, conjugando o conhecimento, que sozinho não modifica realidades, com a prática. Ser competente é ser capaz de mobilizar conhecimentos, informações e até mesmo hábitos, para aplicá-los, com capacidade de julgamento, em situações reais e concretas, individualmente ou com sua equipe de trabalho.

Para agir competentemente é preciso acertar no julgamento da pertinência, ou seja, posicionar-se diante da situação com autonomia para produzir o curso de ação mais eficaz. A competência inclui o decidir e agir em situações imprevistas, o que significa intuir, pressentir, arriscar com base na experiência anterior e no conhecimento (BRASIL, 2000. p.33).

A educação profissional é, antes de tudo, educação. Nessa perspectiva tem como princípio a igualdade que preconiza o desaparecimento da divisão entre trabalho manual e intelectual, herança cultural preconceituosa das sociedades pré-industrial e industrial, entre concepção e execução, mesclando numa mesma atividade a dimensão criativa e executiva do trabalho. Um mesmo profissional é convocado tanto para ser criativo como para ser operativo e eficiente.

(...) alguém tem competência profissional quando constitui, articula e mobiliza valores, conhecimentos e habilidades para resolução de problemas não só rotineiros, mas também inusitados em seu campo de atuação profissional. Assim, age eficazmente diante do inesperado e do inabitual, superando a experiência acumulada transformada em hábito e liberando o profissional para a criatividade e a atuação transformadora (BRASIL, 2000 p. 34).

O centro da educação profissional é o trabalho que é e continuará a ser por muito tempo um fator imprescindível da vida humana e, por isso, central a ela. Se o trabalho é importante, a educação para o trabalho é uma questão fundamental, nos dias de hoje, sob o impacto da Revolução Informacional. No entanto, a educação não pode ficar confinada somente ao mundo do trabalho, pois o trabalho representa apenas uma parte da vida das pessoas (CARVALHO, 2003).

É ainda Carvalho (2003, p. 11) que questiona as tendências do mundo do trabalho na Revolução Informacional.

A Revolução Informacional está produzindo outro efeito análogo ao da Revolução Industrial. Está conseguindo reverter a tendência secular de redução da jornada de trabalho – por algum tempo, pois em algum tempo as pessoas entenderão que gastar a vida no trabalho, mesmo que remunerado a peso de ouro, pode não valer a pena em termos de uma vida feliz e vivida em toda a amplitude das capacidades humanas. Há sinais de que está aumentando a jornada de trabalho para um número de trabalhadores de diversos países do mundo. [...] está em curso um processo geral de ressocialização no trabalho, que postula trabalho longo e mais intenso.

A leitura é uma prática transformadora à medida que ao tomarmos conhecimento, através de leitura, das teorias diferentes das que conhecemos, e muitas vezes, das ideologias que tínhamos, mas que estão adormecidas dentro de nós, vamos nos imbuindo de um espírito de justiça e sentimos a necessidade de contestar os mecanismos sociais e econômicos que nos subjugam. Como bem diz Freire (1996. p.78), “Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos.”

Portanto, em uma época em que se vê a Educação como mediadora e formadora dos mais variados aspectos humanos e sociais, a escola, através dos docentes de todas as áreas, não pode se esquecer de motivar e incentivar a leitura como um dos principais mecanismos de atualização e crescimento pessoal e profissional. A leitura de textos diversos, tanto impressos como os disponíveis pela internet, pode aparecer como uma ferramenta imprescindível de conhecimento e desenvolvimento humano.

### **2.3.5 - O trabalho interdisciplinar do educador como mediador e motivador da leitura**

Uma das atuais políticas do governo é o ensino integrado que visa, acima de qualquer outro procedimento burocrático, integrar as áreas do conhecimento de forma que uma subsidie e reforce a aprendizagem da outra, e não isolá-las para perderem sua significação e razão de existir. O educador, neste contexto, exerce o papel de mediador, mostrando ao educando as várias possibilidades que o conhecimento proporciona de resolver situações do dia-a-dia.

É função do professor não é simplesmente repassar os conteúdos de sua disciplina, mas através de uma postura ética e política mediar conhecimentos específicos e formação humana. Para Libâneo *et al.* (2007, p.18), “para ensinar, o professor necessita de conhecimentos e práticas que ultrapassem o campo de sua especialidade”.

O ensino, atividade característica do professor, é uma prática social complexa, carregada de conflitos de valor e que exige posturas éticas e políticas. [...] É da natureza da atividade docente proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações sociais concretas e a formação humana dos alunos, questionando os modos de pensar, sentir, agir e de produzir e distribuir conhecimentos. [...] O trabalho docente está impregnado de intencionalidade, pois visa à formação humana por meio de conteúdos e habilidades, de pensamento e ação, o que implica escolhas, valores, compromissos éticos. Isso significa introduzir objetivos de natureza conceitual, procedimental e valorativa, em relação aos conteúdos da matéria que ensina; transformar o saber científico ou tecnológico em conteúdos formativos (LIBÂNEO *et al.*, 2007, p.16-18).

Para Paviani (2008, p.118) “Mais do que nunca ensinar é criar condições para o aprender, para deixar o estudante aprender, criar condições de autonomia intelectual e científica.” É, portanto, imprescindível ao professor, das mais variadas disciplinas, principalmente os da área técnica, ter um contato permanente com uma leitura diversificada,



contribuindo para a sua constante formação de educando e, para que na transmissão do fazer específico de cada disciplina aliem-se aspectos educacionais importantes na formação ética e profissional do aluno.

Gritti (2003, p.38) reforça a idéia de que o professor, para educar, precisa refletir sobre sua prática. “Para o professor, não basta o preparo técnico; devem-se aliar outras dimensões igualmente importantes, que são a afetiva e a sociocultural. Além do mais, o professor não pode ser apenas um fazedor; precisa pensar e refletir sobre sua prática”.

Carvalho (2003, p.170), ao ressaltar o papel do educador, enfatiza que “[...] quando se preconiza mudanças no processo educativo, tal resulta totalmente inócua, se não se coloca, em seu devido termo, o papel do professor na condução das reformas”.

O educador ainda deve levar em consideração sua própria postura frente ao conhecimento. Para Freire (1996, p.47), “Ensinar não é transmitir conhecimentos, mas criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção.”, nesta forma de agir, o educador deverá sempre se lembrar de respeitar a autonomia do educando, o saber ingênuo que deverá ser gradativamente superado pelo saber produzido, ter atenção para a forma como devemos estar e agir no mundo.

[...] Minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história. [...]

[...] A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas, sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das flores (FREIRE,1996. p.34 e 69).

Santos em seu livro, *Didática sob a Ótica do Pensamento Complexo*, também questiona o papel do educador que na sua prática pedagógica deve romper com os obstáculos epistemológicos que consolidam a Didática Tradicional, cuja metodologia de ensino é formulada com base em uma racionalidade científica, a mesma que fragmentou o conhecimento. Neste novo posicionamento, a autora acredita que é possível dar ao conhecimento um sentido mais humano.

Durante os últimos séculos, os professores elaboraram o modo de educar o homem enfocando seu aspecto racional, consequência da visão modernista de que o homem é um ser racional (Descartes, 1973). Esse conceito tem sido a base para a formulação da metodologia de ensino denominada Didática Tradicional. (...) Atualmente, a tendência é não absolutizar a razão. Esta dimensão vem articulada com a emoção, resgatando processos omitidos na caracterização do homem (SANTOS, 2003, p.17).

Esta forma de conduzir a educação propiciou uma ênfase aos aspectos científicos e tecnológicos relegando os estudos humanísticos a um segundo plano. “Reduzir o homem à sua racionalidade é muito pouco (...) Ele não se reduz a uma só dimensão, nem seu estudo a uma só disciplina (SANTOS, 2003, p.19)”. O ser humano tem que ser visto e estudado em toda sua complexidade. Todas as disciplinas, uma complementando a outra, e não se sobrepondo a outra, formam uma rede que dão ao homem condições de uma formação que o realize tanto profissional quanto pessoalmente. Lembrando sempre que antes de qualquer formação técnica, vem sempre a formação humana, porque somos acima de tudo seres dotados de emoções que interferem em nossa vida produtiva.

A literatura, por exemplo, com toda a sua gama de abordagens sobre o ser humano, neste contexto tecnicista, muitas vezes é vista como perda de tempo. A leitura, não só a

literária, mas, nas suas mais variadas formas, com toda a sua potencialidade formativa para o ser humano, passou a ser cada vez menos praticada e incentivada, tanto na escola como nas demais esferas da sociedade.

Para Libâneo *et al.* (2007), pela investigação educacional, a tendência, cada vez mais, é considerar a escola como local de trabalho, isto é, uma organização de trabalho pedagógico em que predomina a prática interativa, participativa, solidária, fruto da construção coletiva de seus vários profissionais. Nesse sentido o professor é membro de uma equipe, que não ficará restrito a realizar apenas suas tarefas mais específicas, mas assumirá responsabilidades no conjunto das atividades escolares.

Dessa forma, a postura do docente e a efetivação de um ensino integrado proporcionarão a realização da interdisciplinaridade que, para Paviani (2008), pressupõe a articulação dos saberes, nos mais variados setores de atuação dos seres humanos, e não apenas um arranjo entre disciplinas ou algum tipo de colaboração entre professores, descartando-se também que a interdisciplinaridade não é uma mera associação de disciplinas. Na realidade, a educação exige a integração dos saberes, desde os cognitivos até os do gosto e da moralidade.

Nos dias de hoje, a interdisciplinaridade é condição básica para a formação profissional flexível e adequada para o exercício das profissões. Inicialmente a ação interdisciplinar aparece na aquisição de conhecimento, ou seja, na formação científica e intelectual do educando e, depois, na aplicação de conhecimentos na solução de problemas ligados à profissão, como menciona Paviani (2008, p.19) ao comentar “[...] a interdisciplinaridade pode ser praticada na atuação profissional, especialmente quando se requer a busca e a sistematização de conhecimentos provenientes de diversas áreas do conhecimento para resolver problemas reais”.

Na educação profissional, a organização por disciplinas deve se compor de modo a romper com a segmentação e o fracionamento, uma vez que o indivíduo atua integradamente no desempenho profissional. Conhecimentos inter-relacionam-se, contrastam-se, complementam-se, ampliam-se, influem uns nos outros. A interdisciplinaridade deve ir além da mera justaposição de disciplinas, abrindo-se à possibilidade de relacionar as disciplinas em atividades ou projetos de estudos, pesquisa e ação. (BRASIL, 2000).

A escola que oferece educação profissional deve constituir-se em centro de referência tecnológica nos campos em que atua e para a região onde se localiza. Essa perspectiva aponta para ambientes de aprendizagem colaborativa e interativa. Abre-se, assim, um horizonte interinstitucional de colaboração que é decisivo para a educação profissional.

O planejamento curricular em uma escola técnica tem que destacar a questão da prática sem dissociá-la da teoria. O ensino deve contextualizar competências, visando significativamente à ação profissional. Daí, que a prática se configura não como situações ou momentos distintos do curso, mas como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado. Há com isso a necessidade da integração entre o conhecimento teórico e a prática, num comprometimento recíproco entre os docentes das mais variadas áreas, fazendo com que conteúdos se inter relacionem e auxiliem o educando na atuação pessoal e profissional. Nóbrega faz a seguinte colocação na área específica da leitura que é um mecanismo comum às áreas do conhecimento teórico:

Tradicionalmente, acredita-se que a tarefa de ensinar a ler e escrever é um feudo exclusivo da disciplina de Língua Portuguesa, o que não combina com a idéia contemporânea de que a leitura e a escrita são ferramentas essenciais para o aprendizado em qualquer área. (NÓBREGA, 0002007. p. 41).

Para Kleiman (1997, p.7), “O ensino de leitura é fundamental para dar solução a problemas relacionados ao pouco aproveitamento escolar: ao fracasso na formação de leitores podemos atribuir o fracasso geral do aluno no primeiro e segundo graus.” Professores de

outras disciplinas como: História, Ciências surpreendem-se pelo fato de seus alunos não lerem, e, no entanto, nada fazem para remediar essa situação. A palavra escrita é patrimônio da cultura letrada, e todo professor, representante dessa cultura, tem a função de garantir a participação plena de seus alunos na sociedade letrada (KLEIMAN, 1997).

É ainda Kleiman (1989, p.92.) que enfatiza que a falta de leitura influencia no desempenho do aluno nas demais disciplinas.

A incapacidade de extrair informações do texto afeta todo o desempenho escolar da criança, que não tem a oportunidade de demonstrar todo o seu potencial, qualquer que seja a matéria: na aula de matemática, o problema de aritmética é insolúvel porque o texto é para ela ininteligível e não porque ela seja incapaz de multiplicar; na aula de estudos sociais o indivíduo não consegue relacionar um evento às condições que o causaram porque o texto é pra ele inacessível, e não porque ele seja incapaz de perceber relações.

Nesta perspectiva, todo educador, independente da disciplina, deveria ter a consciência de ser um propagador da importância do hábito da leitura. Os agentes de leitura devem ser leitores para que possam contagiar aqueles que estão em formação a se transformarem em verdadeiros leitores. Bamberger (2005, p. 6) endossa essa idéia ao afirmar: “Professores interessados e informados, sendo eles mesmos bons leitores, podem fazer com que os alunos experimentem na leitura um prazer idêntico ao seu”.

Mas em contra partida, percebe-se que toda a escola, através do corpo docente, do (a) bibliotecário (a), deveria se envolver num clima de propagação da leitura, motivando os alunos a lerem por prazer e por curiosidade e deixando a critério dos próprios alunos a propaganda sobre as leituras feitas, como demonstra Geraldí (1999, p. 63).

A experiência tem demonstrado que alunos, que inicialmente não queriam ler, começaram a ler quando notaram que seus colegas estavam lendo. Os comentários feitos informalmente pelas crianças entre si também são provocadores (muito mais do que uma longa exposição do professor em sala de aula sobre a importância da leitura...).

Há problemas macroestruturais que também influem no fracasso da escola quanto à formação de leitores, entre eles, pode-se citar, além de outros, a precária formação de um grande número de profissionais da escrita que não são leitores, e tem, no entanto, que ensinar a ler e a gostar de ler, dessa forma, enfrentam a dificuldade de propagar uma idéia em que nem eles próprios acreditam (KLEIMAN, 1997).

“Assim, as transformações das práticas docentes só se efetivarão se o professor ampliar sua consciência sobre a própria prática, a de sala de aula e a da escola como um todo, o que pressupõe os conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade” (LIBÂNEO *et al.*, 2007, p. 15).

Cumprir ressaltar, ainda, o papel reservado aos docentes da educação profissional. Não se pode falar em desenvolvimento de competências em busca da polivalência e da identidade profissional se o mediador mais importante desse processo, o docente, não estiver adequadamente preparado para essa ação educativa. É mister ao docente da educação profissional que ensina também saber fazer, e ao que sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar.

Nesse tipo de escola os docentes, além da formação inicial, devem seguir ações continuadas de desenvolvimento. Essa educação permanente deve ser considerada não apenas com relação às competências mais diretamente voltadas para o ensino de uma profissão, mas a

conhecimentos e atributos da formação geral que são necessários à formação integral do ser humano, tais como: conhecimento das filosofias e políticas da educação profissional; conhecimento e aplicação de diferentes formas de desenvolvimento da aprendizagem, numa perspectiva de autonomia, criatividade, consciência crítica e ética; flexibilidade com relação às mudanças, com incorporação de inovações no campo do saber já conhecido; iniciativa para buscar o autodesenvolvimento, tendo em vista o aprimoramento do trabalho; ousadia para questionar e propor ações; capacidade de monitorar desempenhos e buscar resultados; capacidade de trabalhar em equipes interdisciplinares (BRASIL, 2000).

Portanto, escolas profissionais, através da atuação de um corpo docente atualizado e conhecedor do seu papel social, devem primar pela metodologia do “aprendendo a aprender” como uma constante de aperfeiçoamento. Nesta metodologia, a leitura pode ser inserida por gerar autonomamente um conhecimento atualizado, inovador, criativo e operativo, que incorpore as mais recentes contribuições científicas e tecnológicas das diferentes áreas do saber.

Esse trabalho de pesquisa pretende auxiliar os docentes, do IFRS-Campus Sertão, no conhecimento de uma realidade pedagógica relacionada aos seus alunos e respectivas famílias sobre a leitura. A partir disso, a pesquisa poderá ajudar os docentes a avaliar a atuação de cada um nessa área, bem como, buscar seu comprometimento no incentivo à leitura de forma interdisciplinar para formarmos alunos mais informados, críticos, engajados, comprometidos socialmente e responsáveis pela condução futura e sustentável de nosso planeta.

### 3. METODOLOGIA

Por entendermos que o tema específico dessa dissertação, a leitura, está diretamente ligado ao desenvolvimento da educação, iniciou-se essa pesquisa com uma trajetória da educação geral e, posteriormente, profissional, nos aspectos sociais, políticos e econômicos. Durante a pesquisa bibliográfica, percebeu-se que a leitura teve o seu desenvolvimento comprometido pela forma como a educação a tratou ao longo da história. A consulta bibliográfica a autores preocupados com o desenvolvimento da leitura também nos esclareceu sobre quais seriam as principais causas da falta de leitura e as conseqüências individuais e sociais dessa conduta para um estudante.

O desafio da leitura em uma Escola Agrotécnica, objeto dessa pesquisa, se situa no campo das ciências sociais e sofre, segundo Martins, a interferência do pesquisador como ele salienta:

Neste campo, as reconstruções são sempre parciais, dependendo de documentos, observações, sensibilidades e perspectivas, sofrendo a influência do pesquisador. A pesquisa depende da competência teórica e metodológica do cientista social. Trata-se de um trabalho que só pode ser realizado com o uso da intuição, da imaginação e da experiência do sociólogo. (MARTINS, 2004, p. 292- 293).

Para Martins o papel do cientista social é o de fornecer um conhecimento que ajude o outro a se fortalecer como sujeito autônomo, capaz de elaborar seu próprio projeto político. Não cabendo aos cientistas reforçar ideologias existentes, mas fornecer instrumentos para desvendá-las e superá-las (MARTINS, 2004).

Dessa forma, trabalhou-se a leitura em uma Escola profissionalizante, que ao longo da história manteve seu foco na prática. “No aprender a fazer, fazendo”. Procurou-se, então, detectar aspectos que dificultam o incentivo e a prática da leitura nesse contexto e que conseqüências são decorrentes de sua prática constante ou da sua ausência na vida do educando.

Lüdke e André salientam que “o papel do pesquisador é justamente o de servir como veículo inteligente e ativo entre o conhecimento acumulado na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa” (1986, p.5).

O que os autores preconizam é que hoje o mais importante é produzir um conhecimento, além de útil, explicitamente orientado por um projeto ético, visando à solidariedade, à harmonia e à criatividade. Todo conhecimento deve ser dirigido a alguém ou a um grupo que dele tem necessidade, e uma vez que esse conhecimento tenha algum sentido, ajudará a transformar a maneira de pensar e de ser do público. (MARTINS, 2004)

Assim, essa pesquisa, na área da leitura, destina-se a colher subsídios que servirão para modificar a ação pedagógica dos docentes dessa escola, procurando tornar a educação um ato mais engajado social e politicamente.

A leitura tem sido, frequentemente, assunto de estudos e palestras no meio de educadores preocupados com a qualidade de ensino nas escolas brasileiras. Muito se tem discutido, mas há, ainda, muito a se avançar nessa discussão. Complementando essa idéia, temos a definição de pesquisa feita por Duarte que salienta que nem sempre o tema é inusitado, o inusitado é o modo de olhá-lo e pensá-lo.

Um relato de longa viagem empreendido por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada é original, no entanto é um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais (DUARTE, 2002, p.140).

Como a metodologia qualitativa trabalha com unidades sociais, ela privilegia os estudos de caso, entendendo-se como caso, o indivíduo, a comunidade, o grupo, a instituição. Nesse caso, o grupo estudado é de 28 alunos - turma 2008/1- que ingressaram na Escola Agrotécnica Federal de Sertão nesse ano para cursarem o Ensino Médio concomitante ao Técnico. O cientista social teve a preocupação de colher, através de questionários, dados desse grupo, referentes ao tema da leitura.

As metodologias qualitativas privilegiam a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais, individuais e grupais, tendo, o cientista social a preocupação básica da estreita aproximação dos dados, de apreender e compreender a realidade social (MARTINS, 2004, p.292)

### 3.1 - Delimitação da área de abrangência da pesquisa e caracterização do público

A pesquisa aconteceu na Escola Agrotécnica Federal de Sertão, hoje denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão. A instituição tem 52 anos de tradição na formação de técnicos agrícolas para a região em nível de ensino médio.



Figura 2- Foto da Escola Agrotécnica Federal de Sertão



Figura 3 – Foto da Escola a partir da nova denominação – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul– Campus Sertão

Os participantes da pesquisa foram: 28 alunos, 21 pais e 15 professores referentes a uma turma da 1ª série –2008/1- da Escola Agrotécnica Federal de Sertão, Ensino Médio e Técnico, oriundos de diferentes municípios da região onde está situada a Escola. Escolhemos esse grupo por entendermos que o tema é também da responsabilidade da família, além dos alunos e professores. Pelas discussões teóricas já mencionadas no decorrer dessa dissertação, percebe-se que a família tem o papel de motivar e auxiliar no incentivo à leitura, como enfatiza Veríssimo (*apud* LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p.155) quando diz: “Não sei se o nosso desamor à leitura não provém de que não nos habituamos a ler desde a infância” Além disso, a intenção foi não só detectar a importância desse tema dentro dessa Escola, mas também nas escolas nas quais os alunos cursaram o ensino fundamental, por se entender que o hábito da leitura deve ser uma preocupação bem anterior ao Ensino Médio.

### **3.2 - Dinâmicas aplicadas na realização da pesquisa**

A pesquisa de campo teve início em agosto de 2008 com a apresentação do projeto de pesquisa e a aplicação de um questionário semi-aberto aos alunos. O questionário (Anexo A) sonda aspectos relacionados à leitura como os a seguir descritos: Grau de interesse pela leitura; Hábito de leitura individual e na família; Importância que os alunos e professores dão à leitura como mecanismo de conhecimento e transformação; Incentivo que o aluno recebe de pais e professores para a leitura; Aspectos que incentivam e desmotivam a leitura; Importância da leitura para uma pessoa em formação; Disciplinas escolares que enfatizam a importância da leitura; Número de livros lidos no último ano; Tipo de leitura preferida; Se o aluno tem acesso, na família ou na escola, a revistas, jornais e livros.

Os alunos também redigiram uma redação (Anexo C) sobre “A importância da leitura na formação do indivíduo”.

Na turma 2008/1, além dos conteúdos curriculares de Língua Portuguesa, ministrados pela professora titular da classe, foi feito um trabalho pela própria pesquisadora de motivação e incentivo à leitura através de técnicas e metodologias diversas que foram apresentadas no desenvolvimento das aulas. Trabalhou-se a leitura em diferentes gêneros textuais, como: o texto jornalístico, literário, poético, técnico. Textos mais curtos como: contos e crônicas; mais longos como: romance.

A pesquisa de campo teve início dia 07 de agosto de 2008, quando se apresentou o projeto de pesquisa aos alunos da turma 2008/1. Em uma conversa informal, os alunos receberam as principais informações sobre a proposta de trabalho que seria desenvolvida durante o semestre, em algumas aulas de Língua Portuguesa. Nessa oportunidade, responderam ao 1º questionário (Anexo A) formulado sobre o assunto e redigiram um texto dissertativo (Anexo C) com o título: “A importância da leitura na formação do indivíduo”.



Figura 4 - Turma de alunos 2008/1 no dia da aplicação do 1º questionário.

Ainda nesse dia, os alunos levaram um questionário (Anexo B) a seus pais para que a família também participasse. O Objetivo de sondar a família sobre esse aspecto educacional visa complementar as informações dadas por seus filhos e avaliar sobre a visão que os pais têm da leitura e a forma que os mesmos utilizam para incentivá-la na família.

No dia 12/08 o trabalho foi feito baseado no livro ‘Dinâmicas de leitura para sala de aula’ de Mary Rangel. Trabalharam-se as principais idéias da autora do texto, tais como:

Ler é uma prática básica, essencial, para aprender. Nada – equipamento algum – substitui a leitura. (...) Ler nem sempre é agradável, seja pelo conteúdo, seja pela forma do texto, seja pelas habilidades requeridas (atenção, concentração, acuidade, perseverança, etc...), seja pelo nosso momento pessoal (emocional), seja pelos interesses que nos motivam, nem sempre atendidos pelo texto. (...). Contudo, agradável ou não, prazerosa ou não, confortável ou não, é necessária, é indispensável, quando se trata de aprendizagem, e aprendizagem em qualquer nível, ou seja, do 1º grau à pós-graduação, em qualquer circunstância, ou seja, na escola ou fora dela, em grupo ou só. A leitura é parte essencial do trabalho, do empenho, da perseverança, da dedicação em aprender. Independente de idade, muitas pessoas ainda não adquiriram habilidades necessárias à leitura e nem todos incorporaram o hábito de ler. (RANGEL, 2007, p.9, 10 e11)

É então, que devemos recorrer a estímulos, que a autora apresenta nesse livro e que alguns foram utilizados nessa pesquisa como dinâmica de incentivo à leitura.

A 1ª dinâmica trabalhada com os alunos foi “Não repita a informação”. Após a leitura silenciosa de um texto que continha várias informações, os alunos deveriam mencioná-las oralmente sem que um aluno repetisse o que o outro havia dito.

Para a aplicação dessa técnica, usou-se o texto “O desenvolvimento está nos detalhes” de Claudio de Moura Castro – Revista Veja/maio/1998 (Anexo F). O texto foi muito



apropriado por apresentar muitas informações sobre como as pessoas comuns dos países desenvolvidos cuidam do seu cotidiano.

Nesse dia também foram colocadas à disposição revistas VEJA para que os alunos selecionassem uma para levarem para casa, escolhessem um artigo para lê-lo e apresentá-lo em uma aula seguinte.

No dia 19/08 trabalhou-se o texto “Interpretar textos é comunicar-se” de Danielly Verçosa Silva (Anexo G). Após a leitura do texto, os alunos reconstituíram o texto através de respostas e comentários a um questionário formulado pela pesquisadora.

Trabalhou-se também nessa aula aspectos relacionados a ‘Procedimentos de leitura’. O texto enfatiza que a leitura está muito mais presente em nossa vida do que supomos, para (MANGUEL apud ABAURRE 2005, p. 162) “Ler, como respirar, é nossa função essencial. Lemos a nós e ao mundo à nossa volta para vislumbrar o que somos e onde estamos”. Houve, também, a explanação sobre alguns passos para garantir um bom resultado com a leitura de um texto: a) Identificar o tema; b) Elaborar uma síntese do texto; c) Organizar as próprias idéias com relação aos elementos relevantes; d) Estabelecer relação entre os elementos relevantes e outras informações que o leitor dispõe; e) Interpretar os dados e fatos apresentados; f) Elaborar hipóteses explicativas para fundamentar sua análise das questões tematizadas no texto.

No dia 26/08, dia que havia sido marcado para a apresentação dos artigos da revista Veja, vários alunos não compareceram à aula. Os que compareceram apresentaram para seus colegas uma síntese do artigo que haviam lido. Na sequência trabalhou-se um texto sobre leitura, do livro didático dos alunos. Uma das idéias apresentadas aos alunos foi: “[...] a leitura da palavra escrita ainda é uma das formas mais ricas de informação, já que grande parte do conhecimento nos é apresentada em linguagem escrita. É, portanto, lendo que chegamos ao conhecimento de outros ramos do saber.” (TERRA, 2006, p.13). Os textos do livro didático, que foram trabalhados estão em (Anexo H).

Dia 03/09, com pequenos textos reflexivos “minutos de sabedoria” aplicou-se a dinâmica “explique o que foi lido” um aluno lê um trecho em voz alta, um segundo aluno explica o que foi lido com suas palavras. Leitura e comentário da crônica “Aula de literatura” de Martha Medeiros (Anexo I).

Na aula de 11/09 trabalhou-se com a Revista Mundo Jovem. Os alunos em dupla receberam diferentes revistas, todos deveriam ler um artigo sobre o meio ambiente e responder à pergunta: A partir da leitura, você acha que há uma preocupação com o meio ambiente? Realizou-se, então, uma plenária com os comentários de cada artigo. As observações feitas foram no sentido de que ao lermos artigos diferentes sobre o mesmo assunto temos uma gama muito grande de informações que nos possibilitam vários olhares sobre o mesmo tema, ampliando nossa opinião e visão.

Na aula do dia 1º/10 Trabalhou-se o gênero crônica, conceituando-o e exemplificando-o através da leitura e discussão da crônica “Porta de colégio” de Affonso Romano de Sant’Anna (Anexo J). Esse autor ainda salienta: “Uma das funções da crônica é interferir no cotidiano. O cronista é crônico, ligado ao tempo, deve estar encharcado, doente de seu tempo e ao mesmo tempo pairar acima dele” (SANT’ANNA, 1997, p. 4). A partir disso, como tarefa de casa, solicitou-se que os alunos retirassem livros de crônicas da biblioteca, ou as procurassem em revistas e jornais, selecionando uma para ser sintetizada e entregue na próxima aula.

Na aula de 09/10 houve a cobrança das leituras solicitadas sobre crônicas. Percebeu-se que os alunos foram muito acomodados, pois vários não realizaram o trabalho, e os que realizaram, simplesmente, releram uma crônica distribuída pela professora de Português no início do ano letivo. Houve algumas exceções de alunos que realmente atenderam ao trabalho solicitado, que tinha como objetivo a leitura de várias crônicas para que a mais interessante

fosse apresentada por eles. Trabalharam-se os textos técnicos retirados das revistas – Panorama Rural /set. 2008 e Letras da Terra /mar.2008. O objetivo desse enfoque foi enfatizar aos alunos a importância da leitura desses textos para complementar e ampliar sua aprendizagem na área técnica. A leitura sistemática desse tipo de texto os prepararia melhor para atuarem como profissionais em um mercado de trabalho dinâmico que muda constantemente.

Ainda nessa aula, houve a distribuição de livros variados, a maioria romances, para serem lidos extraclasse. Os livros foram retirados pela mestrandia, em uma sacola, do “Mundo da Leitura” da Universidade de Passo Fundo (Anexo K). Tentou-se levar o grupo à UPF para visitar e realizar tarefas desenvolvidas no setor “Mundo da Leitura”. Infelizmente, por problemas no agendamento dessa visita não conseguimos realizá-la e ficou estabelecido que no próximo ano se tentasse novamente a realização dessa atividade com o grupo.

Na aula de 15/10, a partir da leitura do conto “Um apólogo” de Machado de Assis (Anexo L), trabalhou-se o conto, conceituando-o e mostrando características específicas desse gênero literário. Foram distribuídos livros de contos da série “Para gostar de ler” para que os alunos os lessem em sala de aula.

No dia 30/10, iniciou-se a aula com uma apresentação sobre a natureza, após procurou-se fazer uma relação do tema tratado na apresentação com textos lidos no decorrer das aulas, principalmente, com aqueles relativos ao meio ambiente.

**“Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro, formando uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a diversidade da vida.”**

#### Carta da Terra



Ainda nessa aula, houve o relato oral das leituras feitas dos livros. Dos 23 alunos que retiraram livros, apenas 6 deles (23%) o leram por completo, os demais leram metade do livro ou não chegaram a lê-lo, demonstrando que a leitura só é feita quando se atribui nota, caso contrário, há realmente um descaso com a leitura de livros. Como foi citado no referencial teórico Kleiman (1997, p.7) enfatiza: “O ensino da leitura é fundamental para dar solução a problemas relacionados ao pouco aproveitamento escolar: ao fracasso na formação de leitores podemos atribuir o fracasso geral do aluno do 1º e 2º graus.”

A última aula do projeto, dia 20/11, iniciou-se com a leitura da crônica “Somos um país de analfabetos” de Lya Luft, Revista Veja/out.2008 (Anexo M). Nessa crônica a autora diz:

Alfabetizado não é, já disse e escrevo frequentemente, aquele que assina seu nome, mas quem assina um documento que leu e compreendeu. [...] Enquanto alardeamos façanhas, descobertas, ganhos e crescimento econômico, a situação nesse campo está cada vez pior. Muito menos pessoas se alfabetizam de verdade; dos poucos que chegam ao 2º grau e dos pouquíssimos que vão à universidade, muitos não saem de lá formados. Entram na profissão incapazes de produzir um breve texto claro. São desinteressados da leitura, mal falam direito. Não conseguem se informar nem questionar o mundo. (LUFT, 2008, p. 24)

Foram feitas as considerações finais sobre o projeto, enfatizando o objetivo do mesmo e por último os alunos responderam ao questionário (Anexo E), que encerrou o trabalho de campo.



Figura 5 – Foto dos alunos na aplicação do questionário final.

Em dezembro de 2008, os professores desses alunos também participaram dessa pesquisa como elementos imprescindíveis de reforço e incentivo a esse aspecto educacional que é também uma poderosa ferramenta de aprendizagem em qualquer área do conhecimento. Os docentes da 1ª série responderam a um questionário semi-aberto (Anexo D) sobre leitura.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo dessa pesquisa foi avaliar o interesse do aluno pela leitura, quando ingressa na escola, seu crescimento, se motivado para este aspecto, bem como, avaliar a contribuição da família e dos professores desses alunos no incentivo à leitura.

Realizou-se a pesquisa em duas etapas, uma de questionamento sobre a leitura dos alunos, pais e professores e outra de motivação dos alunos em sala de aula para a importância do hábito da leitura para a formação do indivíduo e do técnico.

O questionamento sondou o grau de interesse pela leitura na comunidade escolar; o hábito de leitura individual e na família; a importância que os alunos e professores dão à leitura como mecanismo de conhecimento e transformação; o incentivo que o aluno recebe de pais e professores para a leitura; os aspectos que incentivam e desmotivam a leitura; a importância da leitura para uma pessoa em formação; as disciplinas escolares que enfatizam a importância da leitura; o número de livros lidos no último ano; o tipo de leitura preferida; o acesso do aluno, na família ou na escola, a revistas, jornais e livros.

Através dos questionários averiguou-se a importância que a comunidade escolar atribui à leitura como um recurso de transformação de realidades. Com o corpo docente da escola, avaliaram-se as principais dificuldades pedagógicas encontradas pela falta da leitura e as formas disciplinares e interdisciplinares no incentivo à leitura. Foram colhidos dados sócio-culturais com as famílias dos alunos sobre a leitura ou aspectos que influenciam indiretamente nela.

Os resultados e discussões foram feitos seguindo a ordem dos questionamentos e todos os dados foram comentados, por entendermos que todos têm influência direta ou indiretamente no desenvolvimento da leitura.

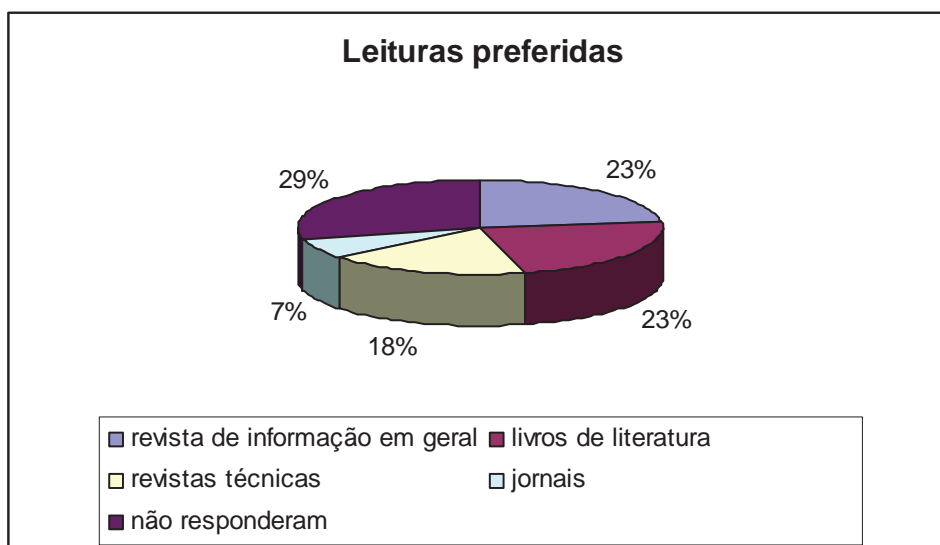
A escola está situada em um local de difícil acesso e recebe alunos de várias cidades próximas à escola, por isso oferece internato, basicamente, para meninos que têm sido a clientela mais comum do ensino técnico, voltado para a agricultura e pecuária. Nesse contexto, o grupo de alunos pesquisados – turma 2008/1 com 30 alunos, e 27 participantes da pesquisa nessa primeira atividade - é formado de 96% de meninos, com 85% deles na faixa etária dos 14 a 15 anos.

Todos os alunos são oriundos do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que 81% deles são de cidades diferentes. O Município de Sertão, onde se localiza a Escola, tem três alunos nessa turma, Estação tem dois alunos. Os demais alunos são das seguintes cidades: Getúlio Vargas, Entre Rios, Soledade, Faxinalzinho, Tapejara, Santa Cecília do Sul, David Canabarro, Gentil, Tupanci do Sul, Severiano de Almeida, Saldanha Marinho, Jacutinga, Selbach, Ipê, Não-me-Toque, Vacaria, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Nova Boa Vista, Ipiranga do Sul, Erechim e Marau.

Antes de ingressarem nessa escola, 11% dos alunos pesquisados já haviam cursado a 1ª série em outra escola de ensino médio regular. Isso acontece porque o aluno nem sempre consegue ingressar aqui em sua primeira tentativa. Como a procura por uma vaga nessa escola é maior que a oferta, tem sido necessária uma seleção para ingresso. A escola normalmente recebe alunos oriundos da rede pública de ensino, comprova-se isso pelo fato de 96% dos alunos que ingressaram na turma pesquisada terem cursado o Ensino Fundamental na rede pública de ensino estadual ou municipal, que pelas condições sociais e econômicas dessas escolas têm um acesso mais restrito à prática da leitura.

Ao serem questionados sobre leitura, 74% dos alunos revelaram gostar de ler, sendo que a preferência por tipos de leitura ficou distribuída em: 23% preferem leitura de revistas de

informação geral, 23% de livros de literatura, 18% de revistas técnicas, 7% de jornais e 29% não responderam. O alto índice de alunos que não respondeu esta questão demonstra que, efetivamente, a leitura não é uma prática na vida desses estudantes.



**Gráfico 1 – Preferência de leitura.**

A leitura, para se tornar um hábito na vida das pessoas, precisa ser praticada desde a mais tenra infância, sendo que, se o aluno ao ingressar no Ensino Médio, já tiver clareza da importância da leitura para sua formação será muito mais fácil continuar esse trabalho. Enfatizamos isso retomando Silva (1990) que salienta que a função da escola de alfabetizar é necessária, mas não suficiente para a formação de leitores críticos. O aluno precisa ser instigado através de materiais de leitura para que obtenha um referencial para seu pensamento. Atividades estas que, seguramente, deveriam ser desenvolvidas ao longo do ensino fundamental. Por isso questionou-se sobre o número de livros lidos no último ano, quando o aluno ainda cursava o ensino fundamental. O resultado foi o seguinte: 48% dos alunos leu de 2 a 3 livros, 30% leram de 4 a 10 livros, 7% dos alunos leram mais de 20 livros; 7% não leu nenhum livro; 3% leu um livro, e um aluno respondeu de forma incoerente.

A contribuição da família na formação de leitores é muito importante, pois é através do exemplo que o aluno se sente incentivado a fazer leituras. Martha Medeiro na crônica “Aula de literatura”, trabalhada com os alunos na sala de aula diz: “Não é na escola que se aprende a ter amor pelos livros. É em casa, convivendo com eles desde criança, seguindo o exemplo de nossos pais”.

Além disso, são os pais os responsáveis pela aquisição de materiais para leitura, sejam eles: livros, revistas ou jornais. Por isso os alunos foram questionados sobre o incentivo que a família dá à leitura. O resultado afirmativo foi de 67%, índice que não é o ideal, mas deve-se levar em conta que a grande maioria dos pais desses alunos possui uma escolaridade mínima, não tendo assim a noção clara da importância da leitura para o desenvolvimento de seu filho.

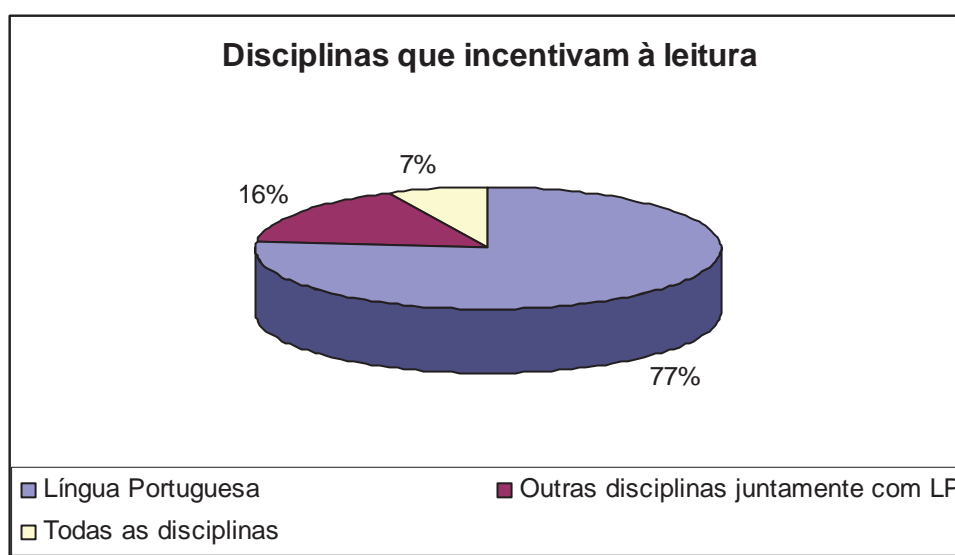
Como já se mencionou a leitura, num grau diferenciado de dificuldade, é importante em todas as etapas da vida do indivíduo. Sabe-se que quanto mais os professores do ensino fundamental incentivarem a leitura, mais leitores teremos no ensino médio.

Perguntou-se então, se houve esse incentivo e quais as disciplinas que foram responsáveis por isso. 85% dos alunos responderam que sim, e 77% responderam que o incentivo somente ocorria na disciplina de Língua Portuguesa, demonstrando que normalmente o incentivo à leitura fica a cargo dessa disciplina. Estudiosos atuais afirmam que essa concepção está equivocada, e que a leitura é uma ferramenta que deve ser incentivada e

cobrada em todas as disciplinas, uma vez que todas precisam dela para se desenvolver. Endossando o que já foi mencionado por Nóbrega (2007, p.41) que diz: “Tradicionalmente, acredita-se que a tarefa de ensinar a ler e escrever é um feudo exclusivo da disciplina de Língua Portuguesa, o que não combina com a ideia contemporânea de que a leitura e a escrita são ferramentas essenciais para o aprendizado em qualquer área”.

Fizemos o mesmo questionamento mencionado acima direcionando para nossa Escola. O resultado foi: 100% acham que aqui há o incentivo à leitura, mas a interdisciplinaridade desse item ainda deixa muito a desejar, uma vez que, 77% continuaram afirmando que isso só ocorre na disciplina de Língua Portuguesa, 16% responderam que juntamente com o Português outras disciplinas também incentivam a leitura e somente 7% afirmou ser essa prática comum a todas as disciplinas.

A leitura seria uma ferramenta para as mais variadas disciplinas se relacionarem interdisciplinarmente e praticarem o que já foi mencionado nesse trabalho, em Brasil (2000), quando diz que na educação profissional a organização das disciplinas deve ser integrada, uma complementando a outra.



**Gráfico 2** - Disciplinas, segundo os alunos, que incentivam a leitura.

Silva (1990), diz que o indivíduo tem que ler para sair do campo da opinião generalizada, ultrapassar o senso comum e chegar ao nível do bom senso. Para esse teórico a leitura tem o objetivo de emancipar o indivíduo, já para os alunos, que foram unânimes em afirmar que a leitura é importante para a formação da pessoa, os aspectos que são desenvolvidos a partir da leitura são: proporciona informação; traz conhecimento e ajuda a escrever corretamente; auxilia para falar corretamente; aumenta o vocabulário; dá outra visão de mundo; proporciona idéias novas; ensina a interpretar; desenvolve o raciocínio; dá poder de argumentação e prepara para o futuro.

Rösing (2001) que enfatiza que, para o indivíduo o ato de ler serve para ativar operações mentais importantes, capazes de promover o desenvolvimento da linguagem, além de ampliar a sensibilidade, a criatividade, desenvolver a imaginação e satisfazer necessidades, preferências e desejos.

Associar o que se aprende na escola com situações concretas da vida estimula e motiva o aprendizado. Dessa forma, perguntou-se se houve situações na vida do estudante em que ele percebeu que as leituras feitas os ajudaram. 88% dos alunos responderam que sim. Teóricos desse tema afirmam que à medida que forem reforçadas as habilidades básicas de leitura aumentará no indivíduo a capacidade de raciocínio, a autonomia intelectual, o

pensamento crítico e a visualização e resolução de problemas o que, sem dúvida, melhorará a atuação do indivíduo em situações concretas.

Questionou-se a que os alunos atribuíam o fato de eles preferirem outras atividades a ler. Foram citados vários motivos que serão elencados na ordem em que mais apareceram:

- *Preferem praticar esportes, considera a leitura uma atividade parada e cansativa;*
- *Falta de incentivo de pais e professores;*
- *Computador e esportes tomam o lugar da leitura;*
- *Não é divertido, eles não têm paciência e acham chato;*
- *Não têm o hábito de ler;*
- *Não valorizam a leitura;*
- *Consideram leitura perda de tempo;*
- *Livros ruins desmotivam os alunos;*
- *Há formas mais fáceis de manter atualizado;*
- *Não gostam de ler;*
- *Não sabem escolher o livro adequado.*

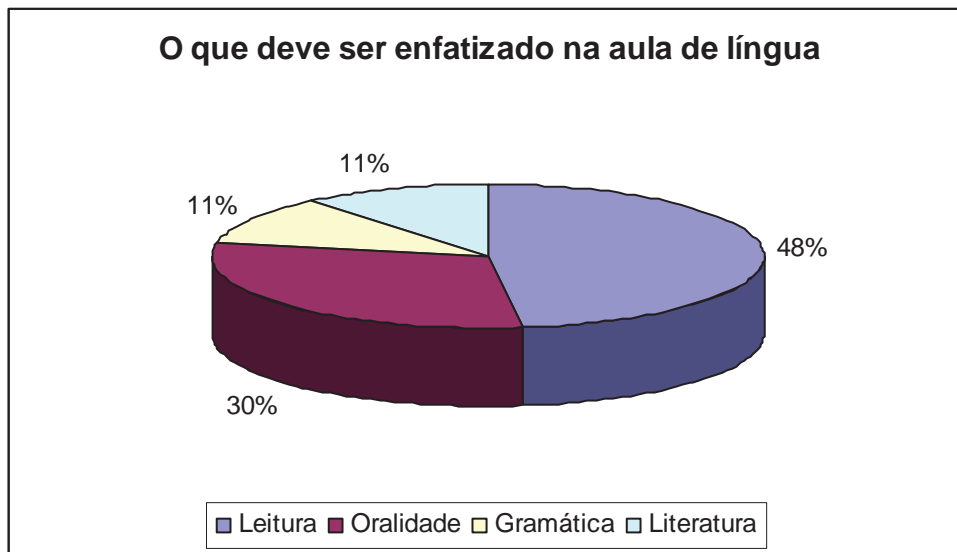
Apesar de os argumentos acima serem desfavoráveis à leitura, os alunos foram unânimes em responder que, além dela ser importante para a formação pessoal, é, da mesma forma, importante para a formação de técnicos agrícolas. Essa consciência se faz necessária à medida, que todo indivíduo antes de ser um bom profissional, tem que ser um bom cidadão, consciente de seus direitos e, principalmente, dos seus deveres. A leitura permanente e diversificada o ajudará a se desenvolver e formará um técnico melhor e mais responsável, garantindo um aprendizado contínuo como enfatiza Bamberger (2005, p.12)

[...] a leitura e os livros têm hoje um novo significado e já não basta a uma pessoa completar sua educação escolar. O progresso da ciência e da tecnologia se processa num ritmo tal que a instrução que hoje ministramos será considerada insuficiente amanhã. A tarefa do futuro é a educação permanente ou, melhor ainda, a auto-educação permanente.

Apesar de a leitura ser um elemento de característica interdisciplinar, sabe-se que ao longo da história ela foi sempre mais da responsabilidade da disciplina de Língua Portuguesa. No entanto, a própria disciplina nem sempre deu o merecido destaque à leitura, uma vez que nessa disciplina precisam ser trabalhados outros conteúdos como gramática, redação, literatura (teoria literária), oralidade.

Kleiman (1997), que reforça esta ideia ao afirmar que há problemas macroestruturais que também influem no fracasso da Escola quanto à formação de leitores, entre eles, pode-se citar, além de outros, a precária formação de um grande número de profissionais da escrita que não são leitores, e tem, no entanto que ensinar a ler e a gostar de ler, dessa forma enfrentam a dificuldade de propagar uma idéia em que nem eles próprios acreditam.

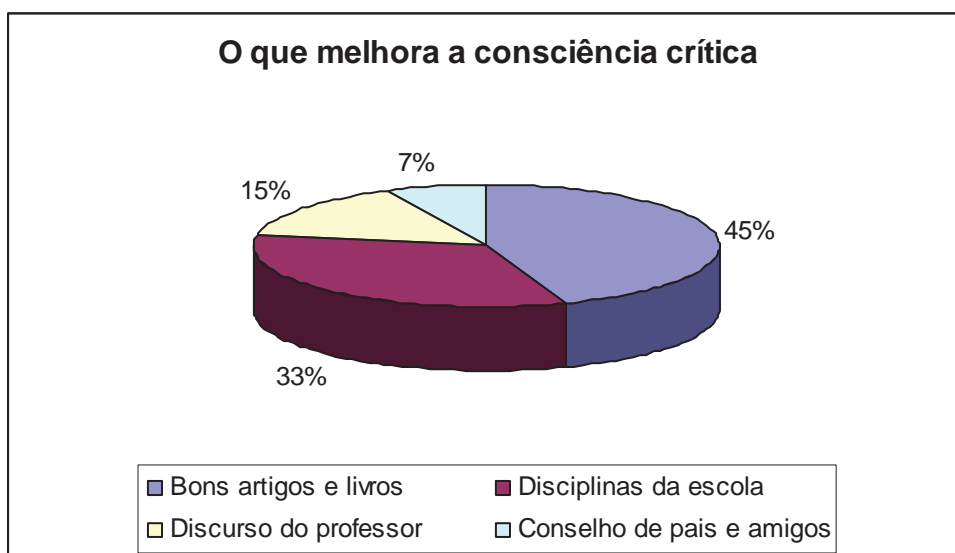
Tendo em vista essa realidade, perguntamos aos alunos o que deveria ser mais incentivado nas aulas de Língua Portuguesa. 48% responderam que o aspecto que mais deveria ser incentivado seria a leitura, 30% responderam oralidade, 11% responderam gramática e 11% literatura. Não houve nenhuma pontuação para redação.



**Gráfico 3** - Enfatizar na aula de Língua Portuguesa.

Para Freire (1989) a função da leitura e da escrita é conscientizar e transformar as realidades sociais. Ao serem questionados sobre o aspecto que mais melhora a consciência crítica dos alunos, 44% responderam que é a leitura de bons artigos e livros, 33% responderam que é o estudo das disciplinas oferecidas pela escola, 15% responderam que é o discurso do professor e 7% o conselho dos pais e amigos.

A leitura ficando com a maior pontuação é um bom sinal, pois demonstra que os alunos têm o discernimento que a consciência crítica se cria no indivíduo à medida que ele aprende a conhecer o mundo através dos bons autores. Silva (1995, p.49) ao atribuir à leitura uma função social diz: “O ato de ler se constitui num instrumento de luta contra a dominação. E a reprodução de estruturas sociais injustas está diretamente relacionada à falta de leitura na sociedade brasileira”.



**Gráfico 4** - Melhoria da consciência crítica.

Por último procurou-se saber se os alunos estão lendo algum livro no momento. 70% dos alunos responderam que sim, enquanto 26% não estão lendo nenhum livro, e 2% não responderam. Para Geraldí (1999, p. 63) os próprios alunos são os melhores propagadores do



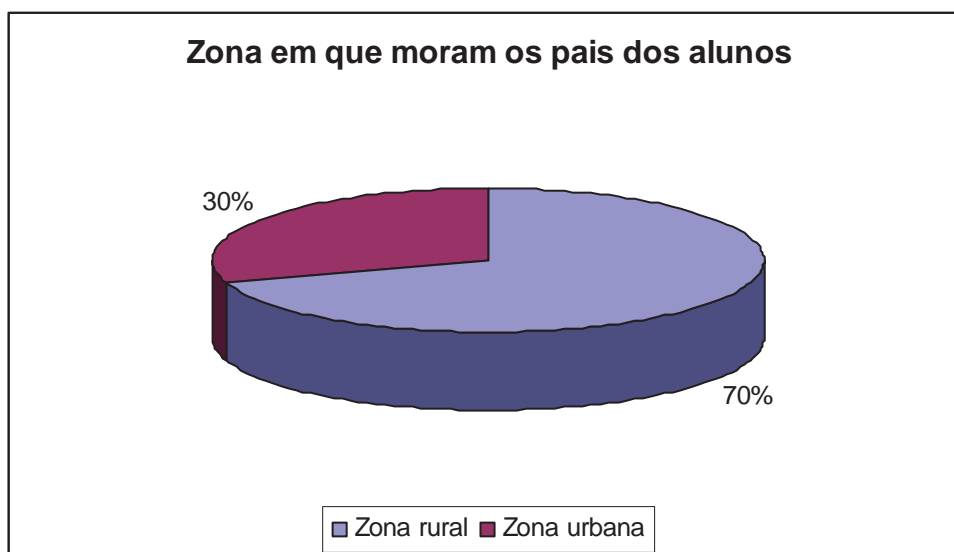
incentivo à leitura nas escolas, como mostra a passagem a seguir, já mencionada anteriormente:

A experiência tem demonstrado que alunos, que inicialmente não queriam ler, começaram a ler quando notaram que seus colegas estavam lendo. Os comentários feitos informalmente pelas crianças entre si também são provocadores (muito mais do que uma longa exposição do professor em sala de aula sobre a importância da leitura...).

Na aula que houve a aplicação do primeiro questionário, os alunos também redigiram um texto dissertativo sobre “A importância da leitura na formação do indivíduo” Pelas dissertações constatou-se que alguns alunos, apesar de terem claro a importância da leitura para desenvolverem outros aspectos da língua, como fala e escrita, apresentam justamente essa deficiência ao terem dificuldade de se expressar, como se pode constatar pela redação solicitada. (Anexo C). Não transcreveremos aqui as dissertações. Colocaremos algumas em anexo como exemplo (Anexo O). Cabe, no entanto, salientar que os alunos são unânimes em afirmar que o hábito da leitura, além de manter a pessoa atualizada, é importante para desenvolver outros aspectos da língua e que, devido a sua importância, deve ser incentivada pela Escola e pela família.

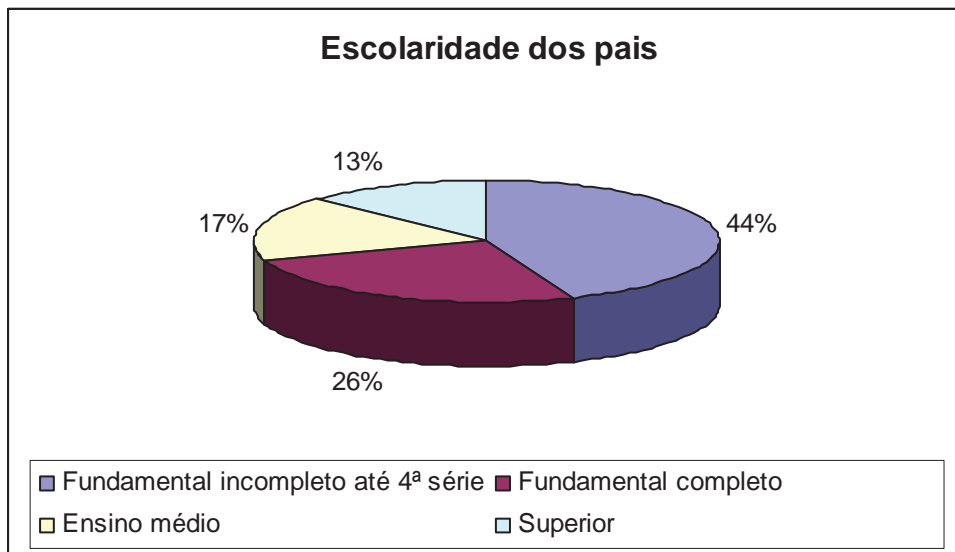
Ao solicitarmos a participação dos pais, através do questionário (Anexo B), tivemos a participação de 85% dos pais contatados. Os dados serão comentados na ordem em que foram feitas as perguntas aos pais através do questionário.

Setenta por cento dos pais dos alunos que participaram da pesquisa residem na zona rural e estão na faixa etária dos 35 a 51 anos, sendo que 60% deles têm de 41 a 51 anos.

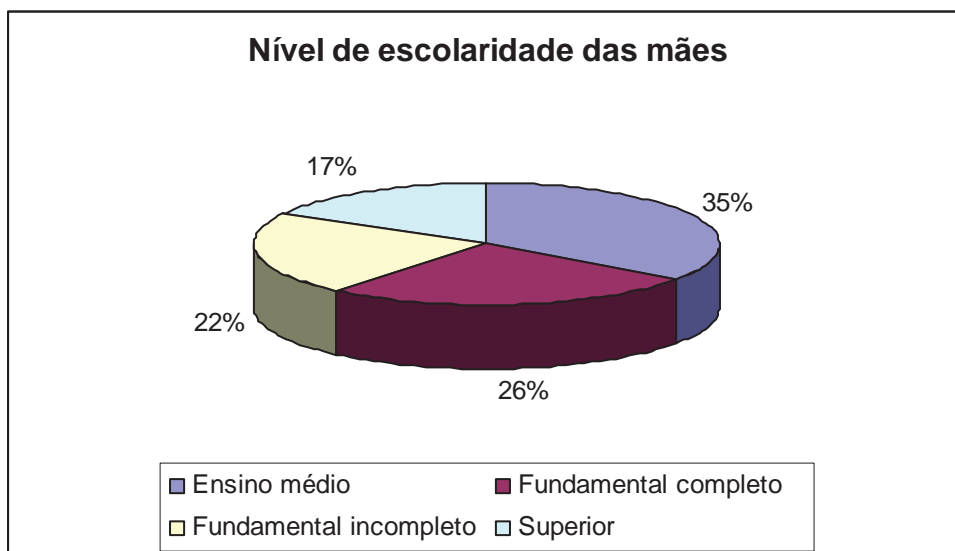


**Gráfico 5** – Onde moram os pais dos alunos pesquisados.

Os gráficos a seguir nos mostram a escolaridade dos pais e das mães desses alunos, sendo que, para os pais há a predominância da escolaridade de ensino fundamental incompleto até a 4ª série com 44% dos pais nessa situação e 13% com ensino Superior. Para as mães, a predominância é do Ensino Médio, com 35% nesse nível; 26% fundamental completo; 22% fundamental incompleto e 17% superior.



**Gráfico 6** – Escolaridade dos pais.



**Gráfico 7** - Escolaridade das mães.

Na profissão, os pais destacaram-se como agricultores - 70%, e 57% das mães são agricultoras e domésticas e 13% são professoras.

O número de filhos por família oscila entre 2 e 3 para 91% das famílias.

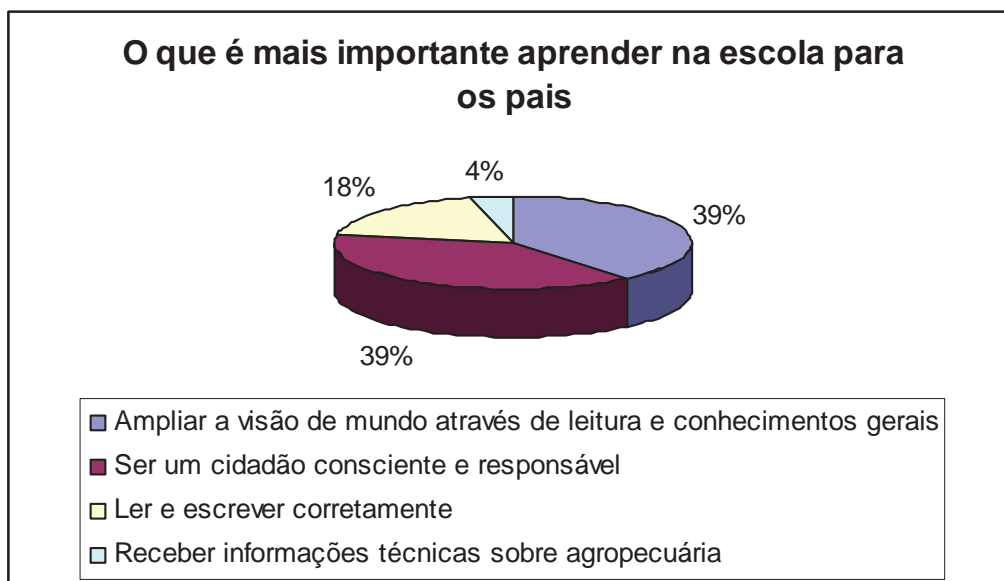
Setenta por cento das famílias não assinam nenhum jornal ou revista, mas, curiosamente, o mesmo índice de 70% afirma que a família tem o hábito de ler. Procurou-se saber o que mais gostam de ler. 52% preferem ler jornal, enquanto os demais gostam de ler revistas e jornais. Uma das formas de a família incentivar seus filhos a leitura é oferecendo material adequado para esse fim. Bamberger (2005, p.7) em seu livro “Como incentivar o hábito da leitura” salienta. “Leitores iniciantes, independentemente da idade, poderão ficar desencorajados se a leitura não fizer parte do seu ambiente cultural ou não encontrarem ao seu alcance livros afinados com os seus gostos”.

Enfatizando o comprometimento de todos no incentivo à leitura Bamberger (2005, p.9) diz: “Todas as autoridades do Estado, da comunidade e da escola, todos os professores, pais e pedagogos precisam estar seriamente convencidos da importância da leitura e dos livros

para a vida individual, social e cultural se quiserem contribuir para melhorar a situação”. É só agregando forças que convenceremos o jovem da importância da leitura para sua formação, e a família é uma das maiores aliadas da escola para esse trabalho.

A leitura de livros é importante mesmo fora dos bancos escolares, segundo Martha Medeiros: “Os livros nos ensinam a sonhar; a olhar para dentro, a reconhecer sentimentos, a assimilar culturas. Ensinam geografia, história, português. Ajudam a formar o caráter e preparam para a vida”. Perguntou-se, então, se a família dos alunos entrevistados havia lido livros no ano anterior. 52% dos pais disseram que não leram nenhum livro nesse período, 17% leram um livro, 13% leram dois livros, 17% leram de 5 a 10 livros. Quanto às mães, 39% não leram nenhum livro, o mesmo índice de 39% leu de 1 a 3 livros, as demais leram mais de 6 livros. Com relação aos irmãos, 21% não leram nenhum livro, 52% leram de dois a sete livros, exceto um que leu 60 livros os demais leram de 10 a 15 livros.

Perguntou-se aos pais o que consideram mais importante aprender na escola. As respostas foram dadas numerando as alternativas na ordem crescente de importância (a nº 1 foi a mais importante e a 5 a menos importante). 39% responderam ampliar a visão de mundo através do conhecimento geral e das leituras, 39% responderam ser um cidadão consciente e responsável, que conhece seus direitos e deveres, 18% responderam ler e escrever corretamente, 4% responderam receber informações técnicas voltadas para a área agropecuária. O item: aprender cálculos matemáticos apareceu em 74% das respostas com o nº 5, ou seja, colocando-o em último lugar nas prioridades. Os dois itens priorizados reforçam o que já foi destacado por Lajolo (1996) de que é consenso que a cidadania plena exige prática de leitura constante e abrangente, que se manifesta na vida política, nas relações de trabalho, na vida familiar e no lazer.



**Gráfico 8** – O mais importante a aprender na escola, segundo os pais.

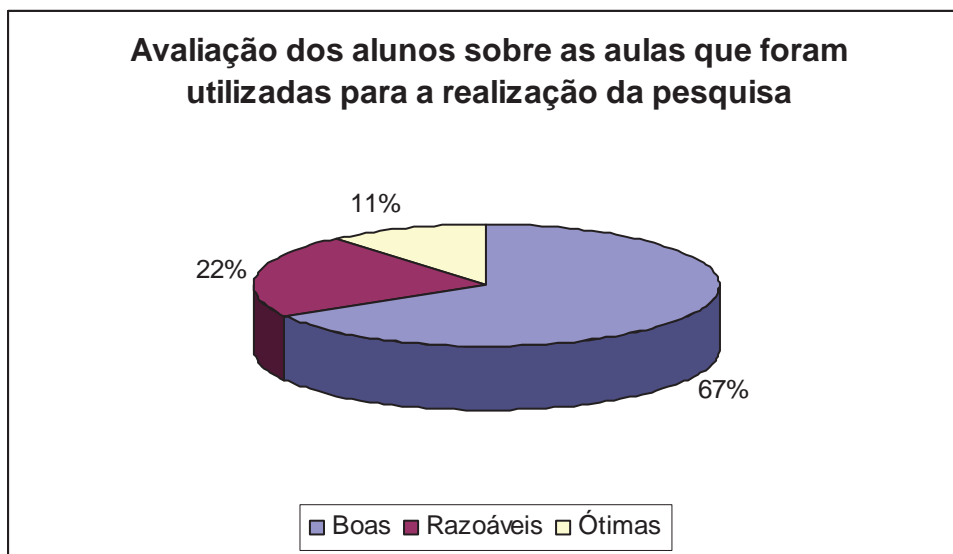
Questionados sobre o grau de importância que atribuem à leitura. 57% dos pais responderam: muito importante, e 43% responderam: importante. Os demais itens: pouco importante e sem nenhuma importância - não receberam pontuação

Para 91% dos pais o desempenho escolar do aluno é responsabilidade tanto da escola quanto da família. Posição coerente dos pais que têm a consciência de que só com a parceria dessas duas entidades sociais o educando progredirá e será um bom cidadão no futuro.

No último questionário aplicado aos alunos (Anexo E), 28 deles participaram. Perguntou-se: Neste ano, quais os aspectos mais valorizados nas aulas de Língua Portuguesa? 88% dos alunos responderam que a ênfase foi para a leitura e interpretação, ficando os 12%

restantes, divididos entre gramática, literatura e redação. O alto índice atribuído à leitura e interpretação é um aspecto positivo, pois entendemos que isso é básico na aprendizagem e será o diferencial para o educando nas demais disciplinas. Kleiman (1997, p.92) que considera a leitura importante, destaca o auxílio que a mesma dá na vida do educando ao comentar: “A incapacidade de extrair informações do texto afeta todo o desempenho escolar da criança, que não tem a oportunidade de demonstrar todo o seu potencial, qualquer que seja a matéria”.

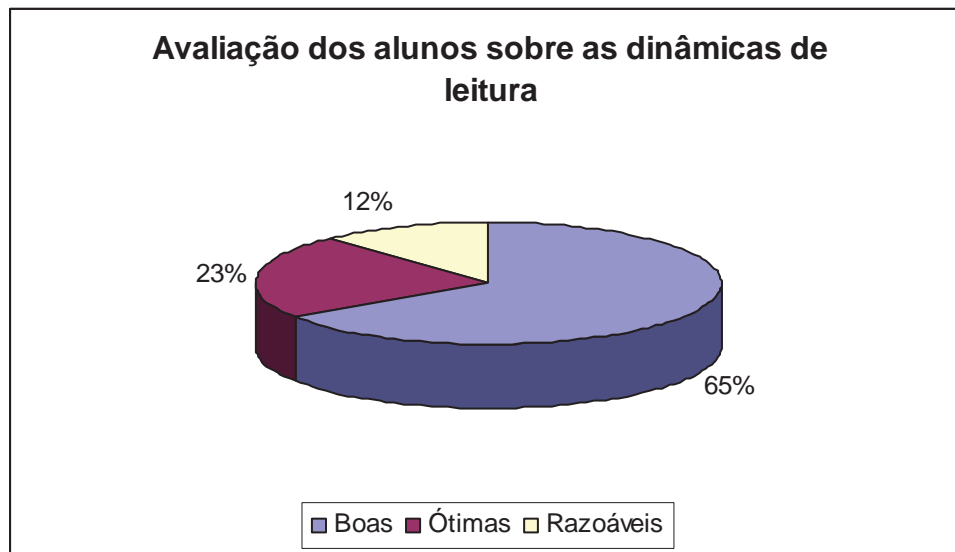
Na avaliação dos alunos sobre o desenvolvimento das aulas para a pesquisa, 67% as consideraram boas, 22% razoáveis, 11% ótimas e não houve pontuação para ruins e péssimas. Um aluno não respondeu.



**Gráfico 9** – Avaliação dos alunos sobre a metodologia adotada no projeto.

Para 96% dos alunos a sua opinião sobre leitura modificou com o desenvolvimento das aulas específicas da pesquisa. As justificativas dadas pelos alunos foram as seguintes: melhorou a interpretação, aumentou o incentivo para ler livros, criou a consciência de que ler é importante, mostrou que a leitura nos transforma, trouxe mais informação e conhecimento, melhorou o entendimento das disciplinas, incentivou a ler mais, melhorou a fala e a comunicação, aumentou o vocabulário, melhorou o entendimento dos conteúdos. Para quem já considerava a leitura importante, intensificou essa idéia e as aulas passaram a render mais.

Motivar o aluno, incentivando-o a ler mais não é uma tarefa fácil. Procurou-se então, diversificar as aulas com dinâmicas que integravam a leitura com a socialização das mesmas em grupo. O posicionamento dos alunos sobre as dinâmicas aplicadas foi o seguinte: 68% dos alunos consideraram boas as dinâmicas trabalhadas, 21% as consideraram ótimas e 11% as consideraram razoáveis. Os itens ruins e péssimos não tiveram pontuação.



**Gráfico 10** – Avaliação dos alunos para as dinâmicas adotadas.

Solicitou-se aos alunos que citassem brevemente as atividades trabalhadas que consideraram motivadoras para incentivar a leitura. O mesmo aluno citou mais que uma atividade as quais serão elencadas na ordem em que mais apareceram:

- *Leitura de artigos variados, de acordo com o interesse do aluno, da revista Veja e Mundo Jovem;*
- *Leitura de contos e crônica e comentário em sala de aula;*
- *Leitura de livros da escolha do aluno, retirados da biblioteca da Escola, com a socialização da leitura em sala de aula;*
- *Leitura de livros da sacola da UPF;*
- *Debates sobre leituras feitas, oportunizando a interpretação individual;*
- *Histórias contadas pela professora.*

Questionados sobre o gênero de preferência os alunos manifestaram a seguinte opinião: 39 % preferem contos e crônicas; 35% manifestaram a preferência por artigos de revistas, 18% por textos técnicos e 7% por romances. Justificaram suas escolhas pelas seguintes falas: “crônicas são textos breves, divertidos e interessantes; contos contam uma história interessante e com humor (salientaram o aspecto humorístico), são fáceis de serem lidos e entendidos; artigos de revistas são interessantes, com textos curtos e atualizados nos deixam informados; textos técnicos são da nossa área de trabalho; romance - história de amor e aventura”.

Ilustrando os dados estatísticos acima, sobre gêneros literários, Lya Luft no texto “Brasileiro não gosta de ler” – Revista Veja Agosto/2009 - (Anexo N) faz o seguinte comentário:

Falo da impropriedade [...] de fazer adolescentes ler os clássicos brasileiros [...], quando eles ainda não têm o prazer da leitura. Qualquer menino ou menina se assusta ao ler Macedo, Alencar e outros: vai achar enfadonho, não vai entender, não vai se entusiasmar. Para mim esses programas cometem um pecado básico e fatal, afastando da leitura estudantes ainda imaturos. [...] Talvez a meninada precise ser seduzida: percebendo que ler pode ser divertido, interessante, pode entusiasmar, distrair, dar prazer. Eu sugiro crônicas, pois temos grandes cronistas no Brasil, a começar por Rubem

A leitura, por ser uma ferramenta de transmissão de conhecimento em qualquer disciplina, é um dos itens educacionais que mais poderia proporcionar a interdisciplinaridade. Para sabermos se os docentes a incentivam, perguntamos aos alunos se na EAFS há o incentivo à leitura por parte dos professores das outras disciplinas? 68% responderam que sim e citaram as disciplinas de História, Metodologia científica, Biologia, Física e Matemática como as principais disciplinas que o fazem, principalmente, através do incentivo aos alunos para ler textos, pela pesquisa e para realizar trabalhos escolares.

Percebeu-se também através do questionamento que há um leque muito amplo de assuntos da preferência desses alunos, destacaram-se mais os seguintes assuntos: aventura com 8 indicações, textos técnicos com 6, notícias com 5, Esportes, suspense, contos e romances com 3 indicações cada uma. Foram citados também: artigos de revistas em meio ambiente, juventude e adolescência; a crônica, drama; História do Brasil e do mundo, heróis da antiguidade.

O último item desse questionário feito aos estudantes foi: “Redija um texto dando sua opinião sobre o trabalho realizado sobre leitura. Você poderá citar aspectos positivos e negativos”. Os textos não serão todos transcritos, escolhemos alguns fragmentos para transcrevê-los e alguns textos serão colocados em anexo (anexo P).

Falas dos alunos:

- *As aulas sobre leitura foram bem dirigidas, mas houve pessoas que não levaram a sério.*
- *O trabalho realizado foi muito importante, pois mostrou mais uma vez a grande importância da leitura em nossas vidas. Porém esperava algo diferente, mais dinâmico, nós até lemos mais após o aprendizado, mas acredito que se o trabalho fosse mais empolgante estaríamos mais ligados na leitura, ou mais motivados a ler.*
- *Realizamos leituras muito legais na biblioteca da EAFS com livros muito interessantes que chamavam muito a atenção, juntamente com a professora Ivete que nos acompanhava em seu mestrado, pedindo que lêssemos sobre assuntos variados para descobrir como a leitura é importante para nosso saber. As aulas foram boas e bem elaboradas.*
- *Os trabalhos feitos em sala de aula foram muito proveitosos, aprendemos muitas coisas, a interpretação que é muito importante para nós, os livros que eram lidos a mando da professora eram muito bons e os resumos feitos e os debates eram bem discutidos.*
- *O trabalho realizado foi uma forma de motivar os alunos à leitura, mas nem todos tiveram o interesse de participar dessa forma de aprendizagem.*
- *A leitura deveria estar mais presente na sala de aula e não apenas na disciplina de português como acontece na maioria das vezes.*
- *Durante essas aulas aprendemos mais e nos conscientizamos que realmente a informação é um fator importante e se consegue a informação lendo.*

O último questionário (Anexo D) aplicado nessa pesquisa foi com 15 docentes desses alunos, sendo que, 53% deles ministram aulas no Ensino Médio e 47% no Ensino Técnico.

Iniciou-se o questionamento perguntando se o docente considera importante a metodologia de integrar o Ensino Médio ao Técnico? 100% dos professores responderam que sim e justificaram suas respostas com os seguintes argumentos:

- *O conhecimento não acontece separadamente;*
- *O trabalho em conjunto facilita a compreensão do aluno;*

- *As disciplinas do propedêutico dão base para o aprendizado no técnico;*
- *É uma forma de praticar a interdisciplinaridade;*
- *O conhecimento é único e não é dividido em gavetas;*
- *O conhecimento sai da abstração e passa para a aplicação na atividade profissional, valorizando-a;*
- *A educação é um todo, nenhuma atividade é mais importante que a outra. Tanto a educação geral como a técnica deve priorizar o ser humano, pois, antes do técnico (os educandos/as) são pessoas humanas;*
- *No ensino técnico o aluno pode aplicar o conhecimento adquirido no Médio;*
- *Ocorrerá uma formação mais ampla e integrada às necessidades do profissional contemporâneo;*
- *Muitas disciplinas são complementares e se oferecidas integradas proporcionam melhor entendimento;*
- *Iguala-se o ensino e diminui-se o brilhantismo de certas áreas;*
- *Possibilita o trabalho em conjunto;*
- *Evita a repetição de conteúdos;*
- *Propicia a formação integral do cidadão.*

Enfim, todos os posicionamentos reforçam a importância de uma área subsidiar a outra na aquisição de um conhecimento geral que beneficie não só o indivíduo, mas todo seu entorno. Como já mencionamos nessa pesquisa Brasil (2000) há uma citação que comprova a importância do ensino integrado.

Na educação profissional a organização por disciplinas deve se compor de modo a romper com a segmentação e o fracionamento, uma vez que o indivíduo atua integradamente no desempenho profissional. Conhecimentos inter-relacionam-se, contrastam-se, complementam-se e influem uns nos outros.

Perguntados sobre o nível de conhecimentos dos alunos que ingressam nessa escola, 80% dos professores responderam que os alunos não têm uma boa base de conhecimentos em nível de ensino fundamental e apresentam muitas dificuldades como:

- *Problemas nos conhecimentos básicos de leitura, escrita e interpretação;*
- *A maioria dos alunos não sabe ler e escrever corretamente e não consegue interpretar e nem ter uma opinião crítica dos assuntos;*
- *Não lembram os conteúdos mínimos estudados demonstrando que não houve aprendizagem.*

Os educadores atribuem isso às seguintes causas: Além da educação em geral ter passado por uma grande fase de decadência, ela, normalmente, não é prioridade, principalmente, para as classes menos favorecidas economicamente e os alunos, por serem oriundos de pequenas comunidades do interior do estado, têm baixo nível de conhecimentos devido à falta de recursos didáticos, tecnológicos e da baixa qualidade dos docentes que atuam em pequenas escolas.

Mais especificamente na área da leitura perguntou-se: Pela sua experiência como docente você acha que seus alunos lêem jornais, livros, revistas, artigos e outros? Como você percebe isso? 87% dos docentes responderam que os alunos não lêem e justificaram suas respostas com os seguintes argumentos:

- *A maioria participa muito pouco da aula e tem conhecimentos gerais muito limitados;*

- *Dificuldade de ler e escrever, pobreza de vocabulário e desconhecimento de sinônimos de palavras comuns;*
- *Muitos alunos comentam que nunca leram um livro completo, mas que gostariam de ter o hábito de ler;*
- *As leituras foram substituídas pela internet, pouco se lê e há o predomínio de jogos e chats;*
- *Pelos trabalhos dissertativos e pela forma de se expressar oralmente;*
- *Dificuldade em construir frases coerentes e em expressar o que aprenderam;*
- *Dificuldade em interpretar uma situação-problema;*
- *Faltam conhecimentos básicos que demonstram ao falar e escrever.*

Ao serem perguntados se a leitura é importante em sua disciplina e por quê? Todos os docentes responderam que sim e justificaram suas respostas com os seguintes argumentos:

- *O bom nível de leitura melhora a interpretação textual e dos fatos históricos;*
- *A disciplina se utiliza de informação das mais variadas áreas e a leitura é uma fonte inesgotável dessas informações;*
- *Complementa e mantém a pessoa atualizada para aspectos de clima, meio ambiente;*
- *O conhecimento se constrói com leitura;*
- *A leitura e compreensão das regras do esporte são importantes para entender o esporte;*
- *É a base para comunicação, redação e capacidade de interpretação;*
- *O aluno deve saber descrever, analisar e criticar infográficos, informações ou notícias de forma clara e coerente;*
- *A disciplina não é estática, mas está em constante mudança, exigindo muita leitura em artigos e revistas;*
- *É uma fonte na busca de conhecimentos em todos os domínios da pessoa;*
- *Para interpretar os fatos relacionados a cadeia de alimentos;*
- *Para que os alunos aprendam a interpretar e formar opinião. Para se inteirar das ciências e tecnologias.*

Os docentes foram unânimes em afirmar que a leitura tem um caráter interdisciplinar e não é responsabilidade apenas da disciplina de Língua Portuguesa, uma vez que é uma ferramenta de aprendizagem e aperfeiçoamento dos conhecimentos em todas as disciplinas. Afirmaram ainda, incentivar a leitura em suas disciplinas através das seguintes atividades:

- *Através da cobrança sobre fatos do dia-a-dia;*
- *Leitura de textos e de situações problemas;*
- *Leitura de textos e artigos em revistas referentes à disciplina;*
- *Levando os alunos para a biblioteca e levando livros, revistas e jornais para a sala de aula para leitura;*
- *Textos para temas transversais;*
- *Leitura de regras dos esportes e empréstimo de livros aos alunos;*
- *Leitura de revistas e jornais para que se mantenham atualizados sobre o que está acontecendo no mundo;*
- *Leitura de textos, interpretação, elaboração e sínteses;*
- *Praticando a leitura na sala de aula;*
- *Na forma de pesquisas para formulação de trabalhos; através de textos técnicos sobre a matéria dada.*



Sabe-se que ninguém pode falar do que não conhece, por isso se o professor considera importante que seu aluno tenha o hábito da leitura, primeiramente ele deve tê-lo. Então, perguntou-se: Você se considera um leitor? 87% dos docentes responderam que sim.

Oitenta por cento deles responderam que utilizam leituras, internet e televisão para se atualizar. Quanto à leitura de livros, 33% leram de 1 a 4 livros no ano, 27% de 7 a 10 livros, 27% leram acima de 10 livros e 13% não responderam. Bamberger (2005 p. 6), já mencionado nesse trabalho, diz: “professores interessados e informados, sendo eles mesmos bons leitores, podem fazer com que os alunos experimentem na leitura um prazer idêntico ao seu.”

O último questionamento feito aos docentes foi: Em sua opinião, qual é a importância da leitura para a formação e, posteriormente, para a profissão de um técnico agrícola? As respostas dos docentes foram às seguintes:

- *A leitura é fundamental para qualquer profissão, pois ensina o aluno a escrever corretamente, falar com mais confiança, construir frases coerentes, expressar o que realmente quer dizer;*
- *O aluno que sabe se expressar oralmente e por escrito exercerá a profissão de técnico agrícola com mais eficiência;*
- *Traz cultura e fornece idéias para discussão;*
- *É fundamental para a aquisição de mais conhecimentos, além disso, o aluno aumenta seu vocabulário, expressando-se de forma mais adequada e clara;*
- *É o elo de ligação dos conhecimentos que às vezes parecem compartimentalizados;*
- *Reúne informações até então dissociadas nas mais variadas áreas;*
- *É a essência de qualquer enriquecimento cultural;*
- *Conhecer o mundo depende de leitura, assim como ler o mundo, entendê-lo, comunicar-se, desenvolverem-se, tudo está vinculado ao hábito de ler;*
- *Para que o futuro profissional saiba ler e interpretar indicações técnicas e também para que possa escrever laudos claros para seus clientes;*
- *É de suma importância para a formação profissional e pessoal, pois é através dela que compreendemos o mundo. Não só na profissão de técnico agrícola, mas em qualquer profissão a leitura é importante para nos manter atualizado e sendo autor da própria caminhada;*
- *Nos mantém atualizados e desenvolve o espírito crítico;*
- *Aumenta a criatividade e nos garante uma leitura dinâmica, crítica e reflexiva de nossa ação no mundo.*

Aliado a esses argumentos Padilha (2001) defende a idéia que a educação politizada estimula o senso crítico e a conscientização e evita a aceitação passiva de uma realidade que favorece uma minoria, que para manter seus privilégios, sempre defendeu a neutralidade da educação. Criam-se, também, condições para uma ação efetiva com vistas à transformação da sociedade em que vivemos e a melhoria da escola que temos.

Por ocasião da pesquisa participei de um conselho de classe da turma com o objetivo de ouvir a opinião dos demais docentes sobre características gerais da turma. As principais dificuldades da turma citadas pelos professores foram:

- *Dificuldade de concentração;*
- *Apesar de serem responsáveis, os professores chamam muito sua atenção;*
- *Possuem notas mais baixas que os outros primeiros anos;*
- *Alguns alunos não têm a capacidade de argumentar.*

Ao longo da aplicação do trabalho de pesquisa a turma revelou, além dos aspectos citados acima pelos docentes, o desinteresse e apatia de alguns alunos, que mesmo em sala de aula não se motivavam a ler os textos propostos e realizar as tarefas. Conseqüência desse descaso foi que 43% dos alunos reprovaram no final do ano letivo.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola, hoje, denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Sertão – foi criada com o objetivo de oferecer educação profissional e básica. A instituição, que ministrou o ensino médio e técnico concomitantemente, transformou-se ao longo de sua história em uma referência regional em termos de formação profissional na área da agropecuária.

Atualmente, devido à demanda do mercado de trabalho e às mudanças nas políticas públicas educacionais, o ensino passou a ser integrado, objetivando formar um cidadão mais consciente e reflexivo, através da interdisciplinaridade que relaciona as disciplinas do ensino médio com as do ensino técnico, uma subsidiando e reforçando a outra para que haja mais compreensão e uma aprendizagem mais eficaz.

A educação profissional faz parte de um contexto mais amplo que é a educação geral. Por isso, nessa pesquisa, se fez uma retrospectiva sobre a Educação ao longo de sua história nos aspectos sociais, econômicos e políticos. Percebeu-se, então, que para entender a organização escolar brasileira é necessário conhecer o contexto social da qual é parte e com a qual estabelece uma permanente relação de interesses.

Ao longo da história da educação, as políticas públicas voltadas para a educação sempre estiveram pautadas nas necessidades e determinações sociais, econômicas e políticas da classe dominante. Mais do que qualquer outro segmento da educação, a educação profissional sofreu essa influência ao ser direcionada apenas para o trabalho, desvinculando-a da formação humana e reflexiva.

Entre os aspectos citados acima, o econômico foi um dos que mais influenciou as mudanças educacionais. A posição econômica e a manutenção de privilégios sociais da classe dominante deram o rumo às alterações educacionais ao longo da história da educação.

A educação sempre sofreu interferências da sociedade e da forma como essa sociedade foi estruturada, e sempre foi pensada com diferentes interesses para cada classe social, privilegiando uma em detrimento da outra. É nesse contexto que se diferencia os tipos de educação. Uma para atender aos interesses da classe dominante e outra para formar mão de obra para o mercado de trabalho.

No estudo feito sobre as políticas educacionais e o ensino profissionalizante, percebeu-se que as inúmeras leis e reformas de ensino sempre ocorreram a partir das necessidades do capital, estando toda a legislação educacional voltada para fazer cumprir e produzir, em cada fase do desenvolvimento econômico, social e político, o trabalhador necessário e adequado aos diferentes estágios evolutivos da sociedade.

A educação profissionalizante sempre esteve a serviço dos interesses econômicos e sociais do país. O dualismo na educação, destinando um tipo de educação aos dirigentes e outra aos trabalhadores, foi tão forte a ponto de em determinadas épocas, como no Estado Novo, as leis terem tornado o ensino antidemocrático, impedindo o acesso das classes populares ao ensino propedêutico e ao ensino superior. Aos pobres era reservado o ensino profissionalizante da Escola Pública, que por caracterizar-se pela execução do trabalho manual, sempre carregou o estigma de educação de segunda categoria.

Os avanços nessa área começaram a acontecer a partir da primeira LDB/1961 que equiparou o ensino profissional ao acadêmico do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos. A lei 5692/71 generalizou a profissionalização a todo ensino médio. Mais recentemente, a última LDB- 9.394/96 – atendendo às necessidades do mercado de trabalho, dispôs que a educação profissional deve estar integrada às diferentes formas de educação.

Já nas décadas de 70 e 80, com o avanço tecnológico, o mercado de trabalho passou a solicitar trabalhadores mais qualificados intelectualmente e não apenas com habilidades manuais, o que forçou um novo direcionamento para a educação profissional, superando o enfoque tradicional baseado apenas na preparação e execução de um determinado conjunto de tarefas. Esse novo paradigma é reforçado por teóricos, como Olgamir que vê como alternativa integrar o ensino profissional à educação formal, para que uma dê suporte à outra.

O processo de transformação do trabalho trouxe implicações para a qualificação do trabalhador, questionando-se a escola que ministra o ensino profissionalizante desvinculada dos valores da cidadania do educando. Sendo, assim, imprescindível a defesa da escola unitária, rompendo com a dicotomia existente entre ensino geral, propedêutico e o ensino profissionalizante e integrando a educação profissional e a educação formal. (OLGAMIR, 2003 p.166)

Esta relação entre o novo paradigma e a educação deu origem a inúmeras interpretações a respeito da natureza do ensino profissional e dos serviços prestados pela escola, não só enquanto instituição responsável pela formação de competências, mas também, como instituição responsável pela constituição e vivência da cidadania. É nesse contexto de valorização da formação geral que inserimos o tema dessa dissertação, a leitura. Entendemos que a prática da leitura forma um cidadão mais reflexivo, criativo e consciente de suas responsabilidades sociais e convicto de que a sociedade só mudará para melhor a partir do momento em que cada um fizer a sua parte. O aluno precisa refletir sobre suas práticas no seio da sociedade, se boas, conservá-las, se não, substituí-las. Os conhecimentos adquiridos através das variadas fontes de leitura o ajudarão nesta tarefa.

A educação profissional é, antes de tudo, educação. Antes da formação técnica, vem a formação humana. Somos acima de tudo seres dotados de emoções que interferem em nossa vida produtiva. Surge a necessidade de se integrar às áreas do conhecimento de forma que uma subsidie e reforce a aprendizagem da outra, e não isolá-las para perderem sua significação e razão de existir. Assim, é necessário o desaparecimento da divisão entre trabalho manual e intelectual, herança cultural preconceituosa das sociedades pré-industrial e industrial.

Ao entrarmos no campo específico da leitura consideramos que, atualmente, segundo a Unesco, há uma situação paradoxal, ao comprovar-se que cresce a produção de livros e jornais e a frequência à biblioteca, mas o fantasma da crise da leitura continua assombrando os países ocidentais. No mercado, existem muitas opções de leitura, mas, ou não são valorizadas, ou são inadequadas por serem pouco valorizadas pela escola e pela crítica literária.

Teóricos afirmam que há uma herança cultural que justifica a atual falta de interesse pela leitura que são: os portugueses, nossos antepassados, sempre leram pouco e eram leitores fracos; os jesuítas ensinaram a ler, mas não ensinaram a ter amor à leitura e aos autores; na época da inconfidência mineira, a leitura foi prova de acusação às pessoas; na época da inquisição, a Igreja Católica considerava os livros perigosos, censurava-os, controlando a composição, publicação, venda e posse de livros tidos como inconveniente por ameaçarem a ordem estabelecida. Nesse mesmo sentido, o Estado interdito leituras, perseguiu autores, proibiu livros para silenciar desejos de transformação social.

Aliados a estes fatores, até o final do século XIX, contribuíram para o aniquilamento do incentivo à leitura: o tardio aparecimento da imprensa, o alto nível de analfabetismo e a importação de livros com conteúdos totalmente alheios às questões nacionais.

Há, ainda, fatores que interferem na criação e desenvolvimento de leitores, ao longo da escolaridade. Um deles é a precária formação do professor na área de leitura e o

desconhecimento das pesquisas nessa área, o que resulta numa forma equivocada de conduzir os processos de incentivo à leitura e acaba inibindo o leitor principiante.

Entre as formas inibidoras da prática de compreensão da leitura na escola estão as atitudes dos docentes em usar a leitura em voz alta para avaliação de compreensão; a prática da leitura sem uma orientação prévia, sem delimitar objetivos para a atividade a ser feita; o uso da leitura como pretexto para o estudo de aspectos gramaticais e semânticos. Esses aspectos quando enfatizados na leitura de um texto acabam por interferir na leitura como interação entre leitor e autor (KLEIMAN, 1989).

Com relação ao grau de interesse pela leitura. Teoricamente 74% dos alunos revelaram gostar de ler, mas ao serem questionados sobre o tipo de leitura de sua preferência, o maior índice (29%), entre os demais itens propostos, não souberam fazer essa classificação, demonstrando que a leitura não é uma prática na vida desses estudantes. 67% dos alunos responderam haver na família o incentivo à leitura, índice que não é o ideal, mas deve-se levar em conta que a grande maioria dos pais desses alunos possui uma escolaridade mínima, não tendo assim a noção clara da importância da leitura para o desenvolvimento de seu filho.

Uma realidade estatística que se repete nessa Escola é a de que 85% dos alunos manifestaram que houve incentivo à leitura nas escolas em que cursaram o primeiro grau, e 77% responderam que o mesmo somente ocorria na disciplina de Língua Portuguesa, demonstrando que normalmente o incentivo à leitura fica a cargo dessa disciplina. O que endossa a ideia de Nóbrega (2007, p.41) que diz: “Tradicionalmente, acredita-se que a tarefa de ensinar a ler e escrever é um feudo exclusivo da disciplina de Língua Portuguesa, o que não combina com a ideia contemporânea de que a leitura e a escrita são ferramentas essenciais para o aprendizado em qualquer área”.

Para estudiosos da área, a leitura oportuniza ao indivíduo sair do campo da opinião generalizada, ultrapassar o senso comum e chegar ao nível do bom senso, ou ainda, ativar operações mentais importantes, capazes de promover o desenvolvimento da linguagem, ampliar a sensibilidade, a criatividade, desenvolver a imaginação e satisfazer necessidades, preferências e desejos. Teoricamente, os alunos reconhecem estes benefícios da leitura aos quais acrescentam que a leitura: proporciona informação; traz conhecimento e ajuda a escrever corretamente; auxilia para falar corretamente; aumenta o vocabulário; dá outra visão de mundo; proporciona idéias novas; ensina a interpretar, desenvolve o raciocínio, dá poder de argumentação e prepara para o futuro.

Tendo em vista essa realidade, os alunos manifestaram que o maior incentivo nas aulas de Língua Portuguesa deveria ser para a leitura e que é ela que melhora a consciência crítica dos alunos, o que vem ao encontro da teoria de Freire (1989) que diz que a função da leitura e da escrita é conscientizar e transformar as realidades sociais e de Silva (1995) que atribui à leitura a função social de ser um instrumento contra a dominação e contra a reprodução de estruturas sociais injustas.

O incentivo à leitura em ambiente escolar vai além das aulas de Línguas e Literatura. Pesquisas comprovam que alunos resistentes à leitura sentem-se muito mais motivados a lerem quando vêem outros colegas e professores lendo do que quando o professor da área faz longos discursos sobre a importância da leitura.

Ao redigirem o texto dissertativo sobre “A importância da leitura na formação do indivíduo” constatou-se que alguns alunos, apesar de saberem da importância da leitura para desenvolverem outros aspectos da língua como: a fala e a escrita, apresentam justamente essa deficiência ao terem dificuldade de se expressar, como se constatou pelas redações apresentadas.

A maioria dos pais desses alunos, ou seja, 70% deles residem na zona rural, são agricultores, estão na faixa etária dos 35 a 51 anos, com 2 a 3 filhos por família, com o maior

percentual de escolaridade de ensino fundamental incompleto até a 4ª série para os pais e ensino médio para as mães.

Ao mesmo tempo em que 70% dos pais afirmam que a família tem o hábito de ler e 52% preferem ler jornal, 70% das famílias não assinam nenhum jornal ou revista, o que se apresenta como uma situação paradoxal, pois Bamberger (2005) salienta. “Leitores iniciantes, independentemente da idade, poderão ficar desencorajados se a leitura não fizer parte do seu ambiente cultural ou não encontrarem ao seu alcance livros *ou materiais* (grifo nosso) afinados com os seus gostos”.

Para 91% dos pais, o desempenho escolar do aluno é responsabilidade tanto da escola quanto da família, por isso o incentivo à leitura deve ser de toda a comunidade escolar, o que Bamberger (2005, p.9) diz: “Todas as autoridades do Estado, da comunidade e da escola, todos os professores, pais e pedagogos precisam estar seriamente convencidos da importância da leitura e dos livros para a vida individual, social e cultural, se quiserem contribuir para melhorar a situação”. É só agregando forças que convenceremos o jovem da importância da leitura para sua formação, e a família é uma das maiores aliadas da escola para esse trabalho.

A maioria dos pais considera importante a leitura na escola e a colocaram em destaque entre outros itens por a considerarem indispensável para que seus filhos ampliem a visão de mundo e aprendam a ser cidadãos conscientes e responsáveis, que conheçam seus direitos e deveres.

No segundo semestre de 2008, nas aulas de Língua Portuguesa, por um período de onze aulas, desenvolveram-se atividades em sala de aula com a turma 2008/1, com o objetivo de motivar e conscientizar os alunos sobre a importância da leitura para a formação humana e profissional. Nessas aulas, trabalhou-se com textos diferentes como: literários (crônicas, contos, romances), jornalísticos e técnicos. A partir das leituras dos textos, feita em sala de aula ou em casa, fez-se a cobrança dos mesmos através de diferentes dinâmicas como seminários, exposições orais e textos escritos.

O contato com os alunos em sala de aula foi importante à medida que nos proporcionou conhecermos o grupo que estava sendo estudado e avaliarmos procedimentos e atitudes desse grupo com relação ao tema proposto.

A partir disso, observaram-se algumas atitudes que nos deram a exata dimensão da falta de interesse desses alunos por leituras. Na aula em que havia sido marcado para a apresentação de artigos da revista *Veja*, distribuída a eles na aula anterior, vários alunos não compareceram. A partir do estudo do gênero literário crônica, solicitou-se que, em casa, os alunos pesquisassem e lessem outras crônicas e selecionassem uma para ser apresentada em aula para os outros colegas. Houve algumas exceções de alunos que realmente atenderam ao trabalho solicitado, os demais ou não realizaram, ou simplesmente, releeram a crônica distribuída pela professora de Português no início do ano letivo, o que inviabilizou o trabalho proposto. Ao oportunizarmos a leitura de romances retirados, em uma sacola especialmente para eles, do “Mundo da Leitura” da UPF, apenas 23% dos alunos leram o romance, os demais leram metade ou não chegaram a lê-lo, demonstrando que a leitura só é feita quando se atribui nota, caso contrário, há realmente um descaso com a leitura de livros. Associando esses fatos ao que Kleiman (1997, p.7) enfatiza, justifica-se o alto índice de reprovação no final do ano desse grupo de alunos. “O ensino da leitura é fundamental para dar solução a problemas relacionados ao pouco aproveitamento escolar: ao fracasso na formação de leitores podemos atribuir o fracasso geral do aluno do 1º e 2º graus”.

A partir do desenvolvimento dessas atividades, aplicou-se mais um questionário, que, basicamente, versava sobre o trabalho realizado nas aulas mencionadas. Na avaliação 78% dos alunos consideraram as aulas entre boas e ótimas, 89% dos alunos responderam que as dinâmicas foram boas ou ótimas, sendo que 96% deles responderam que a sua opinião sobre leitura modificou com o desenvolvimento das aulas específicas da pesquisa. As justificativas

dadas pelos alunos foram as seguintes: melhorou a interpretação, aumentou o incentivo para ler livros, criou a consciência de que ler é importante, mostrou que a leitura nos transforma, trouxe mais informação e conhecimento, melhorou o entendimento das disciplinas, incentivou a ler mais, melhorou a fala e a comunicação, aumentou o vocabulário, melhorou o entendimento dos conteúdos, para os que já consideravam a leitura importante, intensificou essa idéia, e as aulas passaram a render mais.

Quanto ao gênero de leitura de preferência dos alunos, houve a seguinte classificação: 39 % preferem contos e crônicas; 35% manifestaram a preferência por artigos de revistas, 18% por textos técnicos e 7% por romances. Justificaram suas escolhas pelas seguintes falas: “crônicas são textos breves, divertidos e interessantes; contos contam uma história interessante e com humor (salientaram o aspecto humorístico), são fáceis de serem lidos e entendidos; artigos de revistas são interessantes, com textos curtos e atualizados nos deixam informados.” Apesar de se tratar de alunos de uma escola técnica, o interesse por textos da área é pequeno o que demonstra que os alunos estão mais interessados nas questões pessoais do que nas de formação profissional.

Essa realidade vai ao encontro do que diz Luft (2009), que sugere a crônica para incentivar a leitura e que menciona a impropriedade de fazer adolescentes ler os clássicos brasileiros quando eles ainda não têm o prazer da leitura. Segundo ela, essas solicitações não entusiasmarão estudantes imaturos e que ainda não foram seduzidos pelos benefícios da leitura.

Em Brasil (2000), na educação profissional a organização por disciplinas deve romper com a segmentação e o fracionamento, uma vez que o indivíduo atua integradamente no desempenho profissional. Conhecimentos inter-relacionam-se, contrastam-se, complementam-se e influem uns nos outros. Todos os docentes dos alunos pesquisados, do ensino médio e do técnico, foram a favor do ensino integrado que visa, acima de tudo, à interdisciplinaridade. Entre as justificativas apresentadas estão: O conhecimento não acontece separadamente; O conhecimento sai da abstração e passa para a aplicação na atividade profissional, valorizando-a; A educação é um todo e nenhuma atividade é mais importante que a outra. Tanto a educação geral como a técnica deve priorizar o ser humano, pois, antes do técnico, os educandos/as são pessoas humanas.

Nesta perspectiva interdisciplinar, a leitura e a escrita por serem ferramentas essenciais para o aprendizado em qualquer área são responsabilidade de todo o corpo docente da escola, independente da disciplina, pois se o professor for um bom leitor, ele influenciará seus alunos a serem verdadeiros leitores.

Todos os docentes disseram que a leitura é importante em sua disciplina e que a incentivam por a considerarem uma ferramenta de aprendizagem e aperfeiçoamento dos conhecimentos em todas as áreas. Argumentaram ainda que ela oportuniza aos alunos a se inteirar das ciências e tecnologias, já que as disciplinas estão em constante mudança, exigindo muita leitura em artigos e revistas, além de ensiná-los a interpretar e formar opinião. Já, entre os alunos, não houve unanimidade ao responderem sobre a interdisciplinaridade na leitura. 68% dos alunos disseram haver incentivo da leitura apenas por alguns professores do Ensino Médio.

Para 80% dos professores os alunos não têm uma boa base de conhecimentos a nível de ensino fundamental e apresentam muitas dificuldades relacionadas aos conhecimentos básicos de leitura, escrita e interpretação. A maioria dos alunos não sabe ler e escrever corretamente e não consegue interpretar e nem ter uma opinião crítica dos assuntos. Os educadores atribuem isso ao fato de a educação em geral ter passado por uma grande fase de decadência e por não ser prioridade para as classes menos favorecidas economicamente de onde os alunos são oriundos.

Segundo 87% dos docentes, os alunos não lêem e justificaram essa constatação através da pouca participação em aula, conhecimentos gerais muito limitados, dificuldade de ler e escrever, pobreza de vocabulário e desconhecimento de sinônimos de palavras comuns, dificuldade em construir frases coerentes, em expressar o que aprenderam e em interpretar uma situação-problema. Enfim, faltam conhecimentos básicos.

Bamberger (2005) diz que os professores sendo bons leitores podem influenciar seus alunos a terem prazer e se interessarem por leitura. Nessa linha, 87% dos docentes consideram-se leitores e reconhecem que a leitura é indispensável para se atualizar.

Ao falarem da importância da leitura para a formação e, posteriormente, para a profissão de um técnico agrícola, os docentes manifestaram basicamente a seguinte opinião: A leitura é fundamental para qualquer profissão, pois ensina o aluno a escrever corretamente, falar com mais confiança, construir frases coerentes, expressar o que realmente quer dizer, tendo assim, condições de exercer a profissão de técnico agrícola com mais eficiência.

Ao participar de um conselho de classe da turma dos alunos pesquisados, os professores citaram como características gerais da turma: a dificuldade de concentração, o baixo rendimento e a falta de capacidade de argumentar. Além dos aspectos citados pelos demais docentes, registrou-se no decorrer do trabalho o desinteresse e apatia de alguns alunos que, mesmo em sala de aula, não se motivavam a ler os textos e realizar as tarefas propostas. Conseqüência desse descaso foi que 43% dos alunos reprovaram no final do ano.

Portanto, diante dessa realidade, percebeu-se que, apesar da comunidade escolar concordar com o caráter interdisciplinar da leitura, ela ainda não é utilizada como uma importante ferramenta de conhecimento, crescimento e aperfeiçoamento pessoal e profissional.



## 6- CONCLUSÕES

A educação esteve ao longo da história vinculada aos interesses políticos e econômicos da classe dominante, sendo que as políticas públicas educacionais sempre ocorreram a partir das necessidades do capital, estando a legislação educacional voltada para cumprir e produzir, em cada fase do desenvolvimento econômico, social e político, o trabalhador necessário e adequado aos diferentes estágios evolutivos da sociedade.

Nesse contexto materializou-se o dualismo na educação, destinando um tipo de educação aos dominantes e outra aos trabalhadores. Surgiu, assim, o ensino profissionalizante, voltado aos pobres da Escola Pública, caracterizado pela execução do trabalho manual e estigmatizado como uma educação de segunda categoria.

Por necessidades sociais e pelo avanço tecnológico essa história tem, gradativamente, mudado e o ensino profissionalizante tem sido repensado, adequando-se às necessidades de um mercado de trabalho em constante transformação e que requer profissionais que, além de técnicos, tenham uma boa formação humana. Assim, essa pesquisa: “O desafio da leitura na Escola Agrotécnica Federal de Sertão” objetivou motivar e valorizar a leitura diversificada aos que optaram por uma Escola técnica, proporcionando aos alunos uma formação mais ampla e integral, para além de atender ao mercado de trabalho formar pessoas melhores para atuarem na sociedade.

Esta pesquisa qualitativa feita com um grupo de alunos, respectivos pais e professores, de uma turma da 1ª série –2008/1 da Escola Agrotécnica Federal de Sertão, hoje denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão, mostrou a necessidade de uma integração entre os docentes do ensino médio e técnico na valorização da leitura como ferramenta de conhecimento e crescimento individual e profissional da comunidade escolar.

O desenvolvimento da leitura como suporte para o desenvolvimento das demais áreas do conhecimento tem sido uma preocupação de educadores comprometidos com a qualidade de ensino nas escolas brasileiras. Apesar da ampla discussão em torno desse tema, sabe-se que há ainda muito a ser feito para que, efetivamente, tenhamos alunos conscientes do poder transformador do hábito da leitura.

Sabe-se, então, que o tema leitura, por ter sido muito questionado nos meios educacionais, não é inusitado, o inusitado é o modo de olhá-lo e pensá-lo dentro de uma realidade de Escola Técnica que, por natureza, prioriza a prática em detrimento do teórico.

Pensa-se que o conhecimento adquirido ajudará a transformar a maneira de pensar e de ser do público escolar e servirá também para modificar a ação pedagógica dos docentes dessa escola, procurando tornar a educação um ato mais engajado social e politicamente.

Há, portanto, desafios para o corpo docente dessa escola para motivar seus alunos para a leitura. O primeiro deles é a dedicação e o conhecimento dos próprios professores nessa área para, a partir do reconhecimento do funcionamento e da importância da leitura para a formação de seus alunos, os motivarem a ler mais. Conscientizando-os, também, de que o ato da leitura abrangente não é neutro, mas traz implicações de caráter social e político.

Com relação à leitura, sua trajetória histórica nos mostrou que, apesar de atualmente, ela ter um valor extremamente relevante no contexto escolar, ao longo da história, ela nem sempre foi vista de forma positiva. Através das mais variadas justificativas que iam desde os perigos para a saúde física até perigos para a alma, tentou-se afastar as pessoas da leitura. Por muito tempo, a leitura na escola não era aconselhável, uma vez que, por esclarecer a realidade às pessoas, criava contestadores que ameaçavam a hegemonia.

Esses aspectos contribuíram para que se criasse, entre os estudantes brasileiros, uma falta de motivação para a leitura, gerando seu deficiente entendimento e o precário domínio da escrita, citados como problemas centrais da educação. A leitura e a escrita têm a função social de melhorar a qualidade de vida da população. É consenso na educação, que a cidadania plena exige leitura constante e abrangente, que se manifesta em todos os campos da vida humana e que a inexistência de uma cultura de leitura cria pessoas submissas e alienadas.

A partir da apresentação dos resultados da pesquisa feita com a comunidade escolar, conclui-se que a leitura apesar de ser considerada importante na fala dos educandos, ela, efetivamente, não faz parte de sua rotina, comprometendo a eficiência do desempenho geral dos estudantes. A maioria disse gostar de ler, mas segundo 87% dos docentes os alunos não demonstram os benefícios concretos da leitura como: poder de argumentação, bons conhecimentos gerais, bom nível de produção textual, mas apresentam pobreza de vocabulário, dificuldade em expressar o que aprenderam e em interpretar situações-problema.

Com relação aos pais 70% deles afirmaram ter o hábito da leitura, mas curiosamente esse mesmo índice afirmou não assinar nenhuma revista, jornal ou ter o hábito de comprar materiais de leitura para uso da família, o que certamente tolhe a prática da leitura.

Os docentes foram unânimes em afirmar, que a leitura é importante, tem um caráter interdisciplinar e deve, portanto, ser incentivada por todos os docentes. Essa afirmação foi contestada por 77% dos alunos ao responderem que basicamente a leitura só é incentivada nas aulas de Língua Portuguesa.

Considera-se, então, que todos os segmentos da comunidade escolar valorizam a leitura na teoria, mas as ações para incentivá-la ainda são muito tímidas e precisam ser reforçadas por todos.

Até porque conscientizar os educandos sobre aspectos educacionais indispensáveis ao bom aprendizado não é uma tarefa de apenas um professor em alguns meses, isso deve ser unanimidade entre os docentes e uma constante na vida dos alunos, pois apelos contrários e menos trabalhosos estão diariamente em suas vidas, convencendo-os a ir pelo caminho mais fácil, mas não o mais eficiente.

Por isso, essa experiência foi válida no sentido de apontar caminhos para um melhor desenvolvimento educacional dos alunos, mas a eficiência dessa técnica de desenvolver mais a leitura de um modo geral deve ser permanente e em todas as disciplinas escolares, não apenas na disciplina de Língua Portuguesa.

Há a necessidade de uma conscientização da comunidade escolar - alunos, pais e professores - sobre a responsabilidade de cada segmento no desenvolvimento de um trabalho conjunto para melhorarmos a educação através de boas e necessárias leituras.

As técnicas de incentivo à leitura apresentadas nesse trabalho, e que foram aplicadas aos alunos, poderão servir como início de um trabalho que certamente tem muito a avançar e a progredir.

E finalmente acreditamos que, a leitura na escola e o hábito de mantê-la ao sair da escola são imprescindíveis para a formação integral do ser humano que nunca está completa, precisando sempre ser atualizada e melhorada para que possamos conviver melhor com as pessoas que nos cercam e com o meio ambiente que também precisa da nossa ajuda. Precisamos repensar nossos valores, hoje, tão importantes à evolução social com sustentabilidade, e a leitura pode ser uma ferramenta para este fim.

## 7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAURRE, Maria Luiza; FADEL, Tatiana, PONTARA, Marcela Nogueira. **Português: língua, literatura, produção de texto: ensino médio**. 1ª ed. – São Paulo, Moderna, 2005.
- ABREU, Márcia. (org.). **Leitura, história e história da leitura**. 1ª reimpressão. Campinas, SP. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. 1999.
- ASSIS, Machado de. **Contos Consagrados**. Coleção Prestígio. São Paulo. Ediouro. 1997.
- BAMBERGER, Richard. **Leitura, a grande travessia da educação**. São Paulo: Ática, 2005.
- BARROS, Rubem. **Leitura, a grande travessia da educação**. Revista Educação N°121, Maio/2007, p.11
- BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Proep. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. 2000.
- CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Cultura amordaçada: o DEOPS e o saneamento ideológico. In ABREU, Márcia (org.) **Leitura, história e história da leitura**. 1ª reimpressão. Campinas, CARVALHO, Olgamir Francisco de. **Educação e formação profissional - trabalho e tempo livre**. Brasília: Plano Editora, 2003.176p.
- CASTRO, Cláudio de Moura. **O desenvolvimento está nos detalhes**. VEJA. p.23. 20/Maio/1998.
- CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no ocidente. In ABREU, Márcia (org.) **Leitura, história e história da leitura**. 1ª reimpressão. Campinas, SP. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. 1999.
- DUARTE, Rosália. **Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo**. 2002. p.139-154.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. O almanaque Garnier, 1903 –1914: ensinando a ler o Brasil, ensinando o Brasil a ler. In ABREU, Márcia (org.) **Leitura, história e história da leitura**. 1ª reimpressão. Campinas, SP. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. 1999.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Ática. 1996.
- GERALDI, João Wanderley; *et al.* **O texto na sala de aula**. 3ª edição. São Paulo. Editora Ática. 1999.
- GRITTI, Silvana Maria. **Educação Rural e capitalismo**. Passo Fundo. UPF, 2003. 163p.
- HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In ABREU, Márcia (org.) **Leitura, história e história da leitura**. 1ª reimpressão. Campinas, SP. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. 1999.

- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo. 2003.
- KLEIMAN, Ângela. **Leitura: ensino e pesquisa**. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 5ª edição. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- LAJOLO, Marisa. Projeto memória de leitura: pressupostos e itinerários. In ABREU, Márcia (org.) **Leitura, história e história da leitura**. 1ª reimpressão. Campinas, SP. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. 1999.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 5 Ed., São Paulo. Cortez, 2007.
- LIMA, Francine. **Qual é o maior problema do Brasil?** ÉPOCA. Nº 574 p.58 editora globo, maio/2009.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP, EPU, 1986
- LUFT, Lya. **Brasileiro não gosta de ler?** VEJA. Nº 32. p.22. Agosto 2009
- \_\_\_\_\_. **Somos um país de analfabetos**. VEJA. Nº 39. p. 24. Outubro 2008.
- MARIOTTI, Humberto. **Não à alienação**. Centro de Estudos Filosóficos. São Paulo. 2003. Disponível em: <http://www.geocities.com/pluriversu> > Acesso em: 18/10/2007.
- MARTINS, Ana Luiza. Gabinetes de leitura do império: casas esquecidas da censura? In ABREU, Márcia (org.) **Leitura, história e história da leitura**. 1ª reimpressão. Campinas, SP. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. 1999.
- MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. São Paulo. 2004. p.289-300.
- MEDEIROS, Martha. **Aula de Literatura**. In.: Top Less. Porto Alegre. LP&M, 2002, p.86.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: Repensar a reforma; reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- NÓBREGA, Maria José. **O professor como mediador**. Revista Nova Escola. Nº 199, p.41. Janeiro/Fevereiro/ 2007.
- PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001 (Guia da escola cidadã; v. 7).
- PAIVA, Aparecida. A leitura censurada. In ABREU, Márcia (org.) **Leitura, história e história da leitura**. 1ª reimpressão. Campinas, SP. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. 1999.
- PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade: conceitos e distinções**. 2ª edição. Caxias do Sul, RS, Educs, 2008. 128p.
- RANGEL, Mary. **Dinâmicas de leitura para a sala de aula**. 21.ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2007.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Editora Moraes, 1998.

- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 29ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2005.
- RÖSING, Tânia M. K. **Perfil do novo leitor: em construção**. A importância dos centros de programação de leitura de múltiplas linguagens. Passo Fundo: UPF, 2001.
- SANTANNA, Affonso Romano de. **Porta de Colégio e outras crônicas**. Coleção para gostar de ler. V.16. 4ª Edição. São Paulo. Ática. 1997.
- SANTOS, Akiko. **Didática sob a ótica do pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- SILVA, Danielly Verçosa. **Interpretar textos é comunicar-se**. Mundo Jovem. Nº 381. p.20 Porto Alegre. Editora PUCRS. Outubro/2007.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 5ª Edição Campinas, SP: Papirus, 1995.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da leitura Luso-brasileira: balanços e perspectivas In. ABREU, Márcia (org.) **Leitura, história e história da leitura**. 1ª reimpressão. Campinas, SP. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. 1999.
- SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. 1ª edição. Campinas,SP. Autores Associados, 2002.
- TERRA, Ernani; NICOLA José de. **Português de olho no mundo do trabalho**. 1ª Edição. São Paulo. Scipione, 2006.
- TODESCHINI, Marcos. **Luxo zero, ensino nota dez**. VEJA Nº 17, p. 120. Maio 2007
- TORNAGHI, Alberto. Consistência: imponderável solidez. In BRASIL. **Salto para o futuro: Reflexões sobre a educação no próximo milênio**. Secretaria de educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998. 96p.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In. ABREU, Márcia (org.) **Leitura, história e história da leitura**. 1ª reimpressão. Campinas, SP. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. 1999.

## ANEXO A

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA  
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prezado aluno,

O questionário abaixo solicitado será um instrumento de análise estatística sobre a questão da leitura. Os dados coletados destinam-se à pesquisa pedagógica e têm como principal objetivo traçar o perfil dos alunos da 1ª série, da EAFS, nesta área, e serão utilizados na dissertação de Mestrado em Educação Profissional Agrícola na UFRRJ. As informações são de caráter confidencial, por isso pedimos que haja o máximo de veracidade nas respostas para não comprometer a pesquisa.

Obrigado pela colaboração. Prof.<sup>a</sup> Ivete Scariot - Mestranda do PPGEA da UFRRJ  
Sertão, 16 de julho de 2008

Questionário:

- 1) Sexo: ( ) masculino ( ) feminino
- 2) Idade até julho de 2008 \_\_\_\_\_
- 3) Natural de que Estado? \_\_\_\_\_ Município? \_\_\_\_\_
- 4) Escola onde cursou o Ensino Fundamental (até 8ª série)  
( ) Escola Pública Estadual ( ) Escola Pública Municipal ( ) Escola Particular  
Outros \_\_\_\_\_
- 5) Já cursou Ensino Médio em outra escola nos anos anteriores? ( ) Sim Até que série: \_\_\_\_\_ ( ) Não
- 6) Você gosta de ler? ( ) Sim ( ) Não
- 7) Se gosta de ler, qual é seu tipo de leitura preferida? ( ) livros de literatura ( ) revistas técnicas ( ) revistas de informação geral ( ) jornais outros \_\_\_\_\_
- 8) Quantos livros você leu no último ano? ( ) nenhum ( ) um ou mais, escreva o nº \_\_\_\_\_
- 9) Na sua família há o incentivo à leitura? ( ) Sim ( ) Não. Justifique sua resposta em poucas palavras. \_\_\_\_\_
- 10) Na escola em que você fez o ensino fundamental os professores incentivavam a leitura?  
( ) Sim ( ) Não De que forma? \_\_\_\_\_  
Em que disciplina isso mais acontecia? \_\_\_\_\_
- 11) No seu ponto de vista, na Escola Agrotécnica Federal de Sertão há o incentivo à leitura?  
( ) Sim ( ) Não De que forma? \_\_\_\_\_  
Em que disciplina isso mais acontece? \_\_\_\_\_
- 12) Você acha que a leitura é importante para a formação da pessoa? ( ) Sim ( ) Não  
Por quê? \_\_\_\_\_
- 13) Houve alguma situação na sua vida em que você percebeu que as leituras que você fez o ajudaram? \_\_\_\_\_

14) Sabe-se que a grande maioria dos alunos prefere fazer outras atividades ao invés de ler? Na sua opinião por que isso acontece? \_\_\_\_\_

15) Na sua opinião, a leitura é importante para a sua formação como técnico agrícola?

( ) Sim ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

16) Para você, na disciplina de Língua Portuguesa, os aspectos mais importantes e que deveriam ser mais incentivados na sala de aula são os relacionados:

( ) à gramática ( ) à leitura ( ) à literatura ( ) à redação ( ) à oralidade

17) Responda à seguinte questão, numerando as alternativas de 1 a 4 pela ordem crescente de importância. O que mais melhora a consciência crítica do aluno é? (A nº1 será a mais importante e a nº4 a menos importante)

( ) o discurso do professor ( ) o conselho dos pais e dos amigos

( ) a leitura de bons artigos e livros ( ) o estudo das disciplinas oferecidas pela escola.

18) Você está lendo algum livro? ( ) Sim ( ) Não

## ANEXO B

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA  
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prezados pais,

O questionário abaixo solicitado será um instrumento de análise estatística sobre a questão da leitura. Os dados coletados destinam-se à pesquisa pedagógica e têm como principal objetivo traçar o perfil das famílias dos alunos da 1ª série, da EAFS, nesta área, e serão utilizados na dissertação de Mestrado em Educação Profissional Agrícola na UFRRJ. As informações são de caráter confidencial, por isso pedimos que haja o máximo de veracidade nas respostas para não comprometer a pesquisa.

Obrigado pela colaboração.

Prof.<sup>a</sup> Ivete Scariot - Mestranda do PPGEA da UFRRJ  
Sertão, 16 de julho de 2008

Questionário:

- 1) Município e Estado onde residem. \_\_\_\_\_
- 2) Sua residência situa-se na: ( ) zona rural ( ) zona urbana
- 3) Idade dos pais: pai \_\_\_\_\_ mãe: \_\_\_\_\_
- 4) Grau de instrução do pai: ( ) analfabeto ( ) fundamental incompleto ( até a 4ª série)  
( ) fundamental completo (até 8ª série) ( ) Ensino Médio Completo ( ) Superior completo  
Outros \_\_\_\_\_
- 5) Grau de instrução da mãe: ( ) analfabeta ( ) fundamental incompleto ( até a 4ª série)  
( ) fundamental completo (até 8ª série) ( ) Ensino Médio Completo ( ) Superior completo  
Outros \_\_\_\_\_
- 6) Profissão do pai \_\_\_\_\_
- 7) Profissão da mãe \_\_\_\_\_
- 8) Número de filhos da família? \_\_\_\_\_
- 9) A família assina algum jornal ou revista? ( ) Sim Qual \_\_\_\_\_ ( ) Não
- 10) Os membros da família têm o hábito de ler? ( ) Sim ( ) Não  
Em caso de a resposta anterior ser positiva:
- 11) O que mais gostam de ler? ( ) livros ( ) revistas ( ) jornais outros \_\_\_\_\_
- 12) Quantos livros foram lidos, no ano anterior, pelo pai: \_\_\_\_\_ pela mãe: \_\_\_\_\_ Pelos irmãos: \_\_\_\_\_
- 13) Responda à seguinte questão, numerando as alternativas de 1 a 5 pela ordem crescente de importância. (A nº1 será a mais importante e a 5 a menos importante)  
Na opinião dos pais o que é **mais importante** aprender na escola?  
( ) Ler e escrever corretamente ( ) aprender cálculos matemáticos  
( ) receber informações técnicas voltadas para a área agropecuária  
( ) ampliar a visão de mundo através do conhecimento geral e das leituras.  
( ) ser um cidadão consciente e responsável, que conhece seus direitos e deveres.

**Assinale apenas uma alternativa nas questões 14 e 15**

- 14) Para os pais, o aluno ter o hábito da leitura é um aspecto dentro da aprendizagem considerado:  
( ) muito importante ( ) importante ( ) pouco importante ( ) sem nenhuma importância
- 15) Na sua opinião, o desempenho escolar do aluno é uma responsabilidade:  
( ) da família ( ) da escola ( ) de ambos ( ) da comunidade





## ANEXO D

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA  
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prezado aluno,

Mais uma vez, me dirijo a você para solicitar uma avaliação sua, sobre os trabalhos realizados durante este semestre sobre o tema da leitura. Os dados solicitados neste questionário têm o objetivo de avaliar o trabalho feito no decorrer do segundo semestre e complementar a pesquisa. Como já mencionamos na primeira aplicação do questionário, as informações são confidenciais, por isso pedimos que haja o máximo de veracidade nas respostas para não comprometer a pesquisa.

Obrigado pela colaboração. Prof.<sup>a</sup> Ivete Scariot - Mestranda do PPGEA da UFRRJ

Sertão, 04 de dezembro de 2008.

### Questionário

- 1) Durante este ano, nesta Escola, as aulas de Língua Portuguesa foram desenvolvidas enfatizando mais os aspectos de:  
( ) gramática ( ) leitura e interpretação ( ) literatura ( ) redação outros \_\_\_\_\_
- 2) Na sua avaliação, as aulas desenvolvidas para a pesquisa de mestrado foram:  
( ) ótimas ( ) boas ( ) razoáveis ( ) ruins ( ) péssimas
- 3) Seu ponto de vista sobre a leitura modificou com o desenvolvimento das aulas?  
( ) Sim ( ) Não Por quê? \_\_\_\_\_
- 4) Com relação às dinâmicas trabalhadas nestas aulas, você considerou:  
( ) ótimas ( ) boas ( ) razoáveis ( ) ruins ( ) péssimas
- 5) Cite brevemente a(as) atividade(s) trabalhada(s) que você considerou motivadora para incentivar a leitura. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 6) Dos gêneros trabalhados assinale o que você considerou melhor:  
( ) crônica ( ) contos ( ) romance ( ) artigos de revistas ( ) textos técnicos  
Resumidamente diga por quê? \_\_\_\_\_
- 7) Na EAFS há o incentivo à leitura por parte dos professores das outras disciplinas?  
( ) sim ( ) Não
- 8) Em caso de resposta afirmativa para o item anterior, cite a disciplina e de que forma isso acontece? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Redija um texto dando sua opinião sobre o trabalho realizado sobre leitura. Você poderá citar aspectos positivos e negativos.

---

---

---

---

## ANEXO E

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA  
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prezado professor,

Ao cumprimentá-lo, solicito a gentileza de responder ao questionário abaixo, que se constituirá num instrumento de análise estatística sobre o objeto de pesquisa – a leitura. Sua colaboração será muito importante e os dados colhidos serão utilizados na dissertação de Mestrado em Educação profissional Agrícola da UFRRJ.

Obrigado pela colaboração. Prof.<sup>a</sup> Ivete Scariot - Mestranda do  
PPGEA da UFRRJ

Sertão, 1º de dezembro de 2008.

Questionário:

- 1) A disciplina que leciona pertence ao: ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Técnico
- 2) Você considera importante a metodologia de integrar o Ensino Médio e o Técnico?  
( ) Sim ( ) Não Por quê? \_\_\_\_\_
- 3) Em sua opinião, o aluno que ingressa nesta Escola tem uma boa base de conhecimentos a nível de ensino fundamental?  
( ) Sim ( ) Não Por quê? \_\_\_\_\_
- 4) Pela sua experiência como docente, você acha que seus alunos lêem revistas, jornais, livros, artigos e outros? ( ) Sim ( ) Não Como você percebe isso?  
\_\_\_\_\_
- 5) Na sua disciplina a leitura, dos mais variados gêneros, é importante? ( ) Sim  
( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_
- 6) Você acha que a leitura tem um caráter interdisciplinar ou é responsabilidade apenas da disciplina de Língua Portuguesa?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 7) Em sua disciplina há o incentivo à leitura? ( ) Sim ( ) Não Em caso afirmativo, de que forma isso ocorre? \_\_\_\_\_
- 8) Você considera-se um leitor? ( ) Sim ( ) Não
- 9) Quantos livros você leu neste ano?  
\_\_\_\_\_
- 10) Que recurso você mais utiliza para atualizar-se? ( ) leituras ( ) TV ( ) rádio ( ) internet. Outros \_\_\_\_\_
- 11) Na sua opinião, qual é a importância da leitura para a formação e, posteriormente, para a profissão de um técnico agrícola?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

# O desenvolvimento está nos detalhes

Claudio de Moura Castro



Dizia Schumpeter no princípio deste século que desenvolvimento econômico não é a nobreza ter meias de seda, mas os pobres também as terem. Mas na revolução industrial que ele viu bastavam líderes iluminados, pois o desenvolvimento era fruto de grandes iniciativas, gerando vendavais de mudança. Para o povaréu, bastavam algumas destrezas manuais.

Mudaram a economia e os processos produtivos. Hoje, o desenvolvimento econômico depende cada vez mais do que fazem os pequenos e os humildes. Do meu caderno de viagem reproduzo algumas notas:

■ A água não flui no ralo do banheiro do hotel. Com a mesma tecnologia, os canos da Suíça sempre funcionam.

■ Por que o pedreiro não limpou o cimento que caiu sobre o azulejo, na época da construção do banheiro?

■ Por que, ao pintar a parede, o pintor não pôs um jornal no chão, para impedir que este fosse também pintado?

■ Na reunião marcada para as 10, metade chega na hora, mas é preciso esperar o último retardatário, que chega às 10h30. Quanto vale o tempo dos que chegaram mais cedo?

■ Pela porta entreaberta da cozinha do restaurante vejo uma jovem abrir uma lata com a ponta de uma faca usando o cabo da outra como martelo. Quanto custa um abridor?

■ O ângulo reto na Alemanha, onde foi feito o esquadro, tem exatamente 90 graus. Por que o ângulo da esquadria feita não tem também 90 graus? Tampouco deveria haver fresta no canto da porta.

■ Desmarquei meu compromisso para esperar o consertador da máquina de lavar, e ele não veio. Na França, deixava a porta aberta para que entrasse, fizesse o conserto e mandasse depois a conta pelo correio.

■ Se ninguém está olhando, o peão pára de trabalhar. Portanto, haverá um capataz tomando conta e subtraindo do que poderia ser o seu salário.

■ Perguntei ao guarda, na praça principal, onde estavam as famosas ruínas maias. Não sabia. Perguntei à funcionária do labiríntico aeroporto de Frankfurt quanto tempo para o portão F26: três minutos e meio.

■ Acabou a cerveja, lá se vai a lata pela janela. Mas o excursionista suíço guarda a lata vazia na mochila para jogar no primeiro cesto de lixo disponível. Quem tem mais recursos para pagar o catador de lixo?

■ A 4 500 metros de altitude, nos Andes, encontra-se a caçamba cheia de minério de estanho com outra vindo na direção oposta. Solução: os mineiros levantam uma delas na unha e a tiram da linha, para poder passar a outra. Deve haver uma tecnologia melhor.

■ Buzina o motorista indignado. O preço do seu desabafo sonoro é o desconforto de dezenas de pessoas ao redor.

■ O peão do meu amigo Barreto matou todas as suas vacas, pois pensou que a dose era um vidro de remédio, em vez de uma colher.

■ Explicava-me o chofer de táxi em Cingapura que atrair turistas é fácil, o difícil é fazer com que voltem. Fiquei pensando nos nossos.

Quando pensamos nos países avançados, as imagens que nos vêm à cabeça são as obras monumentais, as viagens à Lua, os prêmios Nobel, os salários altos e por aí afora. Mas deixamos de observar o pequeno, o detalhe, como a gente comum cuida do seu cotidiano.

Temos alguns líderes educados e com visão, nas empresas, no governo

e na ciência. Não estudaram em universidades piores nem são menos preparados do que os líderes dos países mais ricos. A diferença não está neles, mas no ato cotidiano do trabalhador, do pequeno funcionário. É aí onde se originam e perpetuam a diferença de produtividade e a qualidade de vida. Um país é atrasado pelo somatório dos pequenos atos malfeitos, matados, improvisados, impensados e de horizonte curto.

Mas, obviamente, não podemos culpar nosso povo pelo que lhe falta em educação e civismo. Os brasileiros vivem no mundo onde os que podem um pouco mais toleram uma péssima educação. Somos nós os culpados. Ao pensar nas maravilhas dos países ricos, devemos entender que a grande diferença não está nos planos grandiosos, na engenharia mirabolante, mas no comportamento cotidiano dos que estão na base da sociedade. Se não criarmos as condições para que esses comportamentos mudem, nada feito. Viveremos dos sonhos do país do futuro.

***“Quando pensamos nos países avançados nos vêm à cabeça as obras monumentais, os prêmios Nobel, os salários altos. Mas deixamos de observar como a gente comum cuida do seu cotidiano”***

Claudio de Moura Castro é economista (claudiomc@earthlink.net)

## ANEXO G

# Interpretar textos é comunicar-se

Depois que aprendemos a ler, ficamos o dia inteiro interpretando textos. É uma propaganda, uma notícia de jornal ou revista, um e-mail... e na escola nos desafiam a interpretar textos literários.

A interpretação correta é absolutamente indispensável para que ocorra a comunicação, a sintonia entre aquele que emite uma idéia e aquele que a recebe e eventualmente responde.

Língua e Literatura

**Danielly Verçosa Silva,**

professora de Língua Portuguesa na rede pública,  
Maceió, AL.  
Endereço eletrônico: dannyvercosa@yahoo.com.br

Quantos conflitos já presenciamos por que pessoas não interpretaram bem o que o outro expressou ("não foi bem isso que eu quis dizer"). A escrita tem a grande vantagem de podermos elaborar melhor nossas idéias e também de o leitor poder rere ler uma ou mais vezes o texto para confirmar o que está dito. Porém um texto não é apenas racional. Existem emoções e sentimentos que podem estar nas linhas ou nas entrelinhas.

A arte da interpretação textual atinge, por isso, também o exercício de descobrir o contexto no qual o autor estava envolvido ao escrever. Sempre corremos o risco

de interpretar tudo a partir de nossa experiência, de nossas convicções e dos nossos sentimentos. A atitude básica é *escutar* com profundidade.

### Práticas distorcidas

Por exigência do sistema de ensino ou por proposta dos livros didáticos, as escolas atualmente trabalham a interpretação de texto de forma muito direcionada. Talvez o formato do vestibular seja o grande vilão dessa situação. O escritor Mário Prata tentou resolver as questões de vestibular que foram redigidas para interpretação de seus próprios textos. Segundo ele, não acertou nenhuma questão, ao que comentou que não imaginava que tantos jovens um dia fossem sofrer com seus escritos.

Alguma coisa está errada. Mesmo assim o professor não vai poder esperar que

mude primeiro o sistema educacional para depois adotar novas práticas. Nem basta procurar e descobrir culpados. O caminho é tentar mudar essa prática.

Que práticas são recomendáveis? Cada professor conhece a realidade dos seus alunos. A partir dessa realidade certamente é interessante extrapolar o livro didático. Os textos selecionados pelos livros didáticos procuram ser o mais universal possível. Mas podem ser menos interessantes dentro de uma realidade concreta dos estudantes. Daí a importância dos textos complementares, que espelham a realidade do aluno. Existem tantos textos alternativos nos jornais, revistas etc. E uma experiência interessante é usar textos dos próprios alunos para os exercícios de interpretação. Além da motivação, o próprio autor pode ser confrontado.

Fazer pensar deve ser o grande objetivo da interpretação textual. Por isso não é suficiente uma prática com questões fechadas e direcionadas, nas quais muitas vezes o aluno procura adivinhar a resposta. Quando as questões são abertas, elas exigem um posicionamento do aluno. O jovem gosta de dizer o que pensa. E por esse motivo ele deve ser desafiado a fazer a sua participação no texto. É uma prática que pode ser um pouco demorada. No início pode ser difícil o hábito de todos os alunos expressarem seus pensamentos. Mas a educação é exatamente a construção desses hábitos. E aos poucos podemos chegar ao ponto de reconstruir os textos dos autores, criticá-los com argumentos, confrontar e debater idéias e versões.

### A leitura é fundamental

O incentivo à leitura é a grande dica, especialmente em relação à interpretação de textos. Quem lê muito, descobre naturalmente as formas de se expressar, compara idéias e estilos, se torna crítico, num sentido muito positivo.

A educação não pode prescindir da formação do senso crítico, até para enfrentar o mundo complexo em que vivemos. O jovem tem que ter opinião própria a respeito da política, dos costumes e de tudo o que envolve sua vida. A prática de interpretar textos poderá ter uma grande parcela de contribuição neste ideal de melhorar o mundo e a sociedade.

### Questões para Debate

- 1 - Você gosta de fazer interpretação textual? Por quê?
- 2 - De que forma podemos variar e melhorar nossa prática dentro da sala de aula?
- 3 - Você acha que a leitura pode ajudar a mudar o mundo?



## ANEXO H

### ESTUDANTES LÊEM, MAS NÃO ENTENDEM

“ Brasília (Agência Estado) - O aluno brasileiro não compreende o que lê, revela o programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), divulgado ontem. Entre 32 países submetidos ao teste, o Brasil ficou em último lugar. A prova mediu a capacidade de leitura de estudantes de 15 anos, independentemente da série em que estão matriculados.

‘Esperava um desastre pior’, disse o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, ao anunciar o resultado. Em primeiro lugar ficou a Finlândia. Em penúltimo, à frente do Brasil, o México. Dos 32 países avaliados, 29 fazem parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - entidade que reúne nações desenvolvidas, como os Estados Unidos ou o Reino Unido, e outras nem tanto, como a Polônia e a República Checa. Também participaram Brasil, Letônia e Rússia.

A prova foi aplicada no ano passado, envolvendo ao todo 265 mil estudantes de escolas públicas e privadas. No Brasil, participaram 4,8 mil alunos de 7ª e 8ª séries do ensino fundamental e do 1º e 2º anos do ensino médio. O objetivo foi verificar o preparo escolar de adolescentes de 15 anos, tendo em vista os desafios que terão pela frente na vida adulta.

[www.Oliberal.com.br/arquivo/noticias/atuabilidade/n05122001index4.htm](http://www.Oliberal.com.br/arquivo/noticias/atuabilidade/n05122001index4.htm)

### PRIMEIRAS PALAVRAS

Escrever é colocar idéias no papel de forma organizada. Ora, as idéias não surgem do nada; elas são fruto dos processos de comunicação dos quais participamos e das informações a que temos acesso vivenciando experiências, conversando (“trocando idéias”, como se diz popularmente) e lendo, lendo, lendo.

Mas uma leitura sem compreensão não é leitura. Ler sem compreender é parar na etapa da decodificação do sinal gráfico. Para que uma leitura seja eficiente, é preciso que haja interação entre leitor e texto lido, um atuando sobre o outro, porque ler é atribuir significado; é construir um significado para o texto lido.

Ao fazermos isso, estamos nos construindo, ampliando nossa leitura de mundo.

### LER, ESCREVER, PENSAR

Saber escrever pressupõe, antes de mais nada, saber ler e pensar.

O pensamento é expresso por palavras, que são registradas na escrita, que por sua vez é interpretada pela leitura. Como essas atividades estão intimamente relacionadas, podemos concluir que quem não pensa (ou pensa mal) não escreve (ou escreve mal) e quem não lê (ou lê mal) não escreve (ou escreve mal).

Você já observou que, apesar do excepcional poder dos meios eletrônicos de comunicação de massa, não há notícia de que o número de publicações impressas tenha diminuído? A cada dia publi-

cam-se mais e mais livros, jornais e revistas. Isso porque a leitura da palavra escrita ainda é uma das formas mais ricas de informação, já que grande parte do conhecimento nos é apresentada em linguagem escrita. É, portanto, lendo que chegamos ao conhecimento de outros ramos do saber.

A leitura não só nos aproxima dos mecanismos da língua escrita, mas também é fonte inesgotável de idéias que nos ajudarão na tarefa de escrever: “Os nossos conhecimentos são os germes das nossas produções”, afirmou o naturalista e escritor francês Buffon (1707-1788).

Ler, portanto, é fundamental para escrever. Mas, como já dissemos, não basta ler; é preciso entender o que se lê. É necessário compreender o sentido da organização das frases num determinado texto para que se cumpra uma das finalidades da leitura: a compreensão das idéias, que se dará a partir do entendimento dos recursos utilizados pelo autor na elaboração do texto. É bom lembrar que não podemos separar a compreensão da idéia da compreensão dos recursos, porque estes (os recursos) são o suporte daquela (a idéia): somente compreendemos uma idéia porque ela foi expressa de uma determinada maneira e não de outra.

### PRODUÇÃO DE TEXTO NA ESCOLA E NA VIDA

Você já parou para se perguntar quantos textos produz? Em que situações? Quantos textos orais e quantos escritos?

Você produz textos nas mais diversas situações. Se pensarmos mais especificamente nos textos

## ANEXO I

### "Aula de Literatura", Martha Medeiros

Todo escritor que tenha sido entrevistado meia dúzia de vezes já passou pela indefectível pergunta: os professores devem obrigar seus alunos a lerem determinados livros? Já pensei mil vezes nesta questão. Quando estudante, eu era rata de biblioteca, mas confesso que me aborrecia quando o tema de casa era ler um livro que não estava nos meus planos. Tinha de tudo nesta recusa: um pouco de rebeldia, um pouco de preguiça e muito de ignorância. Afinal, se lemos livros de álgebra, biologia e história natural sem achar que o professor está sendo autoritário, por que um Guimarães Rosa ou um Machado de Assis provocam tanta polêmica?

Porque o livro de ficção está associado à arte, e arte é escolha. Não recebemos aulas sobre Fellini ou Hitchcock na escola. Não aprendemos nada sobre Beethoven ou Beatles no colégio. A obra de Matisse e Renoir não cai nas provas. Por que só a literatura está no currículo?

Talvez porque a literatura continue sendo fundamental para a formação do indivíduo. Música, cinema, dança, pintura e outros tipos de manifestações artísticas acabam sendo, injustamente, designadas de "conhecimento geral". Já a literatura está além do prazer. Ela nos ensina, antes de mais nada, a escrever, e isso já bastaria para colocar qualquer livro como complemento indispensável da cartilha. Além disso, os livros ensinam a sonhar, a olhar para dentro, a reconhecer sentimentos, a assimilar culturas. Ensinam geografia, história, português. Ajudam a formar o caráter e preparam para a vida.

Não é na escola que se aprende a ter amor pelos livros. É em casa, convivendo com eles desde criança, seguindo o exemplo de nossos pais. Mas a escola pode e deve incentivar o hábito, não porque cai no vestibular, mas porque a literatura é a base do ensino. É lendo livros de Direito Penal que serão formados os futuros criminalistas, é lendo livros de Odontologia que se aperfeiçoarão os dentistas de amanhã, é pelos livros didáticos que começam a se formar jornalistas, professores, cientistas, arquitetos, pedagogos e demais profissionais deste país.

Muito bem, mas por que José de Alencar e não Maria Mariana? É claro que o adolescente tem o direito de fazer suas próprias escolhas, e há boa literatura para todas as idades. Nada contra os novos autores, tão jovens quanto seus leitores, que falam a mesma língua e tratam das mesmas angústias. Mas isso não significa que Josué Guimarães ou um Érico Veríssimo também não possam encantar os menores de 18 anos. O importante é abrir o leque de opções, apresentar aos estudantes todo tipo de literatura, de preferência a de melhor qualidade, porque só conhecendo diversos autores e estilos é que ele poderá, mais tarde, selecionar os seus preferidos.

Quando eu freqüentava as aulas de matemática, já intuía que os logaritmos e as equações fracionárias não fariam falta no futuro, mas o professor não podia adivinhar qual o caminho que eu iria seguir, se o das ciências humanas ou exatas, e por isso tinha a obrigação de me ensinar aquilo que poderia vir a ser útil em minha vida, deixando para mim a responsabilidade de abandonar estas lições em algum canto do cérebro, caso não precisasse mais delas. O que os professores de literatura querem, quando exigem que seus alunos leiam os clássicos da literatura brasileira e universal, é estimular a discussão de idéias e ajudá-los a compreender melhor o mundo em que vivem. Que cumpra-se o currículo. Se alguém achar chato, terá a vida pela frente para ler apenas os neurolingüístas, peregrinos, bruxas e outras maravilhas da atualidade.

In.: *Top Less*. Porto Alegre: LP&M, 2002, p. 86.

# Porta de colégio

AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA

Passando pela porta de um colégio, me veio uma sensação nítida de que aquilo era a porta da própria vida. Banal, direis. Mas a sensação era tocante. Por isto, parei, como se precisasse ver melhor o que via e previa.

Primeiro há uma diferença de clima entre aquele bando de adolescentes espalhados pela calçada, sentados sobre carros, em torno de carrocinhas de doces e refrigerantes, e aqueles que transitam pela rua. Não é só o uniforme. Não é só a idade. É toda uma atmosfera, como se estivessem ainda dentro de uma redoma ou aquário, numa bolha, resguardados do mundo. Talvez não estejam. Vários já sofreram a pancada da separação dos pais. Aprenderam que a vida é também um exercício de separação. Um ou outro já transou droga, e com isto deve ter se sentido (equivocadamente) muito adulto. Mas há uma sensação de pureza angelical misturada com palpação sexual, que se exhibe nos gestos sedutores dos adolescentes. Ouvem-se gritos e risos cruzando a rua. Aqui e ali um casal de colegiais, abraçados, completamente dedicados ao beijo. Beijar em público: um dos ritos de quem assume o corpo e a idade. Treino para beijar o namorado na frente dos pais e da vida, como quem diz: também tenho desejos, veja como sei deslizar carícias.

Onde estarão esses meninos e meninas dentro de dez ou vinte anos?

Aquele ali, moreno, de cabelos longos corridos, que parece gostar de esportes, vai se interessar pela informática ou economia; aquela de cabelos loiros e crespos vai ser dona de boutique; aquela morena de cabelos lisos quer ser médica; a gorduchinha vai acabar casando com um gerente de multinacional; aquela esguia, meio bailarina, achará um diplomata. Algumas estudarão Letras, se casarão, largarão tudo e passarão parte do dia levando filhos à praia e praça e pegando-os de novo à tardinha no colégio. Sim, aquela quer ser professora de ginástica. Mas nem todos têm certeza sobre o que serão. Na hora do vestibular resolvem. Têm tempo. É isso. Têm tempo. Estão na porta da vida e podem brincar.

Aquela menina morena magrinha, com aparelho nos dentes, ainda vai engordar e ouvir muito elogio às suas pernas. Aquela de rabo-de-cavalo dentro de dez anos se apaixonará por um homem casado. Não saberá exatamente como tudo começou. De repente, percebeu que o estava esperando no lugar onde passava na praia. E o dia em que foi com ele ao motel pela primeira vez ficará vivo na memória.

É desagradável, mas aquele ali dará um desfalque na empresa em que será gerente. O outro irá fazer doutorado no exterior, se casará com estrangeira, descasará, deixará lá um filho — remorso constante. As vezes lhe mandará passagens para passar o Natal com a família brasileira.

A turma já perdeu um colega num desastre de carro. É terrível, mas provavelmente um outro ficará pelas rodovias. Aquele que vai tocar rock vários anos até arranjar um emprego em repartição pública. O homossexualismo despontará mais tarde naquele outro, espantosamente, logo nele que é já um don juan. Tão desinibido aquele, acabará líder comunitário e talvez político. Daqui a dez anos os outros di-ão: ele sempre teve jeito, não lembra aquela mania de reunião e diretório? Aquelas duas ali se escolherão madrinhas le seus filhos e morarão no mesmo bairro, uma casada com engenheiro da Petrobrás e outra com um físico nuclear. Um dia, uma dirá à outra no telefone: tenho uma coisa para lhe contar: arranjei um amante. Aconteceu. Assim, de repente. E o mais curioso é que continuo a gostar do meu marido.

Se fosse haver alguma ditadura no futuro, aquele ali seria guerrilheiro. Mas esta hipótese deve ser descartada.

Quem estará naquele avião acidentado? Quem construirá uma linda mansão e um dia convidará a todos da turma para uma grande festa comemorativa? Ah, o primeiro aborto! Aquela ali descobrirá os textos de Clarice Lispector e isto será uma iluminação para toda a vida. Quantos aparecerão na primeira página do jornal? Qual será o tranqüilo comerciante e quem representará o país na ONU?

Estou olhando aquele bando de adolescentes com evidente ternura. Pudesse passava a mão nos seus cabelos e contava-lhes as últimas estórias da carochinha antes que o lobo feroz os assaltasse na esquina. Pudesse lhes diria daqui: aproveitem enquanto estão no aquário e na redoma, enquanto estão na porta da vida e do colégio. O destino também passa por aí. E a gente pode às vezes modificá-lo.

9.4.1989



## ANEXO K

### LISTA DE LIVROS DA UPF – MUNDO DA LEITURA

LIVROS	11/0/08	1º empréstimo	2º empréstimo
1- Apenas uma história de amor			
2- Analista de Bagé		Yvan Arnold	OK *
3- Analista de Bagé		André Lacatto	
4- Amor brasileiro			
5- Aqueles que iriam morrer		Djerson Hammes	OK
6- A grande viagem			
7- A corrente da vida		Tiago Trombetta	OK
8- As mentiras que os homens contam		Matheus Piloni	OK
9- Banquete dos deuses			
10- Caminhando na chuva		Ygnatius Demboski	OK
11- Cazua		Roberto Brumelo	OK
12- Capitães de areia			
13- Comédias para se ler na escola			
14- Comédias da vida privada			
15- Crescer é perigoso		Amavii Zardi	OK in lib
16- Eu, pescador de mim		Laércio Bairos Jr.	OK *
17- Em busca de mim		Eu um fauco	crustina Nopp
18- Fica ficando		Ysricor E. Dietze	OK
19- Mãos de cavalo		Watan Furlooni	OK
20- Manhã transfigurada		Jackson Kiell	OK
21- O velho e o mar		Patrick Bortolotto	
22- O caso do loteamento clandestino		Ypê Paulo Roche	OK, seu filho
23- O gigolô das palavras		Francisco Carlos Paris	OK, seu filho
24- O suicida e o computador		Renan Gobbo	
25- O clube dos anjos		Osvaldo Siqueira	
26- O primeiro beijo		Michal de Santi	OK
27- Pai não entende nada		Wagner Labrineto	OK
28- Pollyanna moça			
29- Pequenos amores		Marcos Sameti	OK
30- Tô sem freio ou sexo..		Crustina Nopp	OK
31- Um certo capitão Rodrigo			
32- Vidas secas		Dionatan Ruzira	OK *
33- Um garoto chamado Roberto			
34- Um garoto chamado Roberto		Abdalan Zicofianina	
35- Vovô fugiu de casa			
36- Fica ficando			

## ANEXO L

Machado de Assis

### UM APÓLOGO

Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha:

- Por que está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma coisa neste mundo?

- Deixe-me, senhora.

- Que a deixe? Que a deixe, por quê? Porque lhe digo que está com um ar insuportável? Repito que sim, e falarei sempre que me der na cabeça.

- Que cabeça, senhora? A senhora não é alfinete, é agulha. Agulha não tem cabeça. Que lhe importa o meu ar? Cada qual tem o ar que Deus lhe deu. Importe-se com a sua vida e deixe a dos outros.

- Mas você é orgulhosa.

- Decerto que sou.

- Mas por quê?

- É boa! Porque coso. Então os vestidos e enfeites de nossa ama, quem é que os cose, senão eu?

- Você? Esta agora é melhor. Você é que os cose? Você ignora que quem os cose sou eu, e muito eu?

- Você fura o pano, nada mais; eu é que coso, prendo um pedaço ao outro, dou feição aos babados...

- Sim, mas que vale isso? Eu é que furo o pano, vou adiante, puxando por você, que vem atrás, obedecendo ao que eu faço e mando...

- Também os batedores vão adiante do imperador.

- Você é imperador?

- Não digo isso. Mas a verdade é que você faz um papel subalterno, indo adiante; vai só mostrando o caminho, vai fazendo o trabalho obscuro e infimo. Eu é que prendo, ligo, ajunto...

Estavam nisto, quando a costureira chegou à casa da baronesa. Não sei se disse que isto se passava em casa de uma baronesa, que tinha a modista ao pé de si, para não andar atrás dela. Chegou a costureira, pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha, e entrou a coser. Uma e outra iam andando orgulhosas, pelo pano adiante, que era a melhor das sedas, entre os dedos da costureira, ágeis como os galgos de Diana - para dar a isto uma cor poética. E dizia a agulha:

- Então, senhora linha, ainda teima no que dizia há pouco? Não repara que esta distinta costureira só se importa comigo; eu é que vou aqui entre os dedos dela, unidinha a eles, furando abaixo e acima.

A linha não respondia nada; ia andando. Buraco aberto pela agulha era logo enchido por ela, silenciosa e ativa como quem sabe o que faz, e não está para ouvir palavras loucas. A agulha vende que ela não lhe dava resposta, calou-se também, e foi andando. E era tudo silêncio na saleta de costura; não se ouvia mais que o *plic-plic plic-plic* da agulha no pano. Caindo o sol, a costureira dobrou a costura, para o dia seguinte; continuou ainda nesse e no outro, até que no quarto acabou a obra, e ficou esperando o baile.

Veio a noite do baile, e a baronesa vestiu-se. A costureira, que a ajudou a vestir-se, levava a agulha espetada no corpinho, para dar algum ponto necessário. E quando compunha o vestido da bela dama, e puxava a um lado ou outro, arregaçava daqui ou dali, alisando, abotoando, acolchetando, a linha, para mofar da agulha, perguntou-lhe:

- Ora agora, diga-me quem é que vai ao baile, no corpo da baronesa, fazendo parte do vestido e da elegância? Quem é que vai dançar com ministros e diplomatas, enquanto você volta para a caixinha da costureira, antes de ir para o balaio das mucamas? Vamos, diga lá.

Parece que a agulha não disse nada; mas um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha:

- Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.

Contei esta história a um professor de melancolia, que me disse, **abanando** a cabeça: - **Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária!**



## Somos um país de analfabetos

Segundo pesquisa do confiável IBGE, estamos num vergonhoso lugar entre os países da América Latina, no que diz respeito à alfabetização. O que nos faltou e tanto nos falta ainda? Posso dizer que tem sobrado ufanismo. Não somos os melhores, não somos invulneráveis, somos um país emergente, com riquezas ainda nem descobertas, outras mal administradas. Somos um povo resistente e forte, capaz de uma alegria e fraternidade que as quadrilhas, o narcotráfico e a assustadora violência atuais não diminuem. Um povo com uma rara capacidade de improvisação positiva, esperança e honradez.

O sonho de morar fora daqui para escapar não vale. Na velha e sisuda Europa não há um sol como este. Recordo meu espanto na primeira estada por lá, num verão, vendo o sol oblíquo e pá-lido. Lá não se ri, não se abraça como aqui. Eles trabalham

**“A verdadeira democracia tem de oferecer a todos o direito de saber ler e escrever, pensar, questionar e escolher”**



mais e ganham mais, é verdade. A pobreza por lá é menos pobre porque, se fosse miserável, morreriam todos de frio na primeira nevasca. O salário-desemprego é tão bom que, infelizmente, muitos decidem viver só com ele: o mercado de trabalho lá também é cruel, e com os estrangeiros, nem se fala. Em muitas coisas somos muito melhores.

Mas somos um país analfabeto. Alfabetizado não é, já disse e escrevo frequentemente, aquele que assina seu nome, mas quem assina um documento que leu e compreendeu. A verdadeira democracia tem de oferecer a todos esse direito, pois ler e escrever, como pensar, questionar e escolher, é um direito. É questão de dignidade. Quando eu era professora universitária, na década de 70, já recebíamos nas faculdades vários alunos que mal

conseguiam escrever uma frase e expor um pensamento claro. “Eu sei, mas não sei dizer nem escrever isso” é uma desculpa pobre. Não preciso ser intelectual, mas devo poder redigir ao menos um breve texto decente e claro. Preciso ser bem alfabetizado, isto é, usar meu instrumento de expressão completo, falado e escrito, dentro do meu nível de vida e do nível de vida do meu grupo.

Para isso, é essencial uma boa escola desde os primeiros anos, dever inarredável do estado. Não me digam que todas as comunidades têm escolas e que estas têm o necessário para um ensino razoável, para que até o mais pobre e esquecido no mais esquecido e pobre recanto possa se tornar um cidadão inteiro e digno, com acesso à leitura e à escrita, isto é, à informação. Um sujeito capaz de fazer boas escolhas de vida, pronto para se sustentar e que, na grave hora de votar, sabe o que está fazendo. Enquanto alardeamos façanhas, descobertas, ganhos e crescimento econômico, a situação nesse campo está cada vez pior. Muito menos pessoas se alfabetizam de verdade: dos poucos que chegam ao 2º grau e dos pouquíssimos que vão à universidade, muitos não saem de lá realmente formados. Entram na profissão incapazes de produzir um breve texto claro. São desinteressados da leitura, mal falam direito. Não conseguem se informar nem questionar o mundo. Pouco lhes foi dado, pouquíssimo lhes foi exigido.

A única saída para tamanha calamidade está no maior interesse pelo que há de mais importante num país: a educação. E isso só vai começar quando lhe derem os maiores orçamentos. Assim se mudará o Brasil, o resto é conversa fiada. Investir nisso significa criar mais oportunidades de trabalho: muito mais gente capacitada a obter salário decente.

Significa saúde: gente mais bem informada não adoece por ignorância, isolamento e falta de higiene. Se ao estado cabe nos ajudar a ser capazes de saber, entender, questionar e escolher nossa vida, é nas famílias, quando podem comprar livros, que tudo começa. “Quantos livros você tem em casa, quantos leu este mês? E jornal?”, pergunto, quando me dizem que os filhos não gostam de ler. Família tem a ver com moralidade, atenção e afeto, mas também com a necessária instrumentação para o filho assumir um lugar decente no mundo. Nascemos nela, nela vivemos. Mas com ela também fazemos parte de um país que nos deve, a todos, uma educação ótima. Ela trará consigo muito de tudo aquilo que nos falta.



ANEXO N

## Brasileiro não gosta de ler?

**N**ão é a primeira vez que falo nesse assunto, o da quantidade assustadora de analfabetos deste nosso Brasil. Não sei bem a cifra oficial, e não acredito muito em cifras oficiais. Primeiro, precisa ser esclarecida a questão do que é analfabetismo. E, para mim, alfabetizado não é quem assina o nome, talvez embaixo de um documento, mas quem assina um documento que conseguiu ler e... entender. A imensa maioria dos ditos meramente alfabetizados não está nessa lista, portanto são analfabetos — um dado melancólico para qualquer país civilizado. Nem sempre um povo leitor interessa a um governo (falo de algum país ficcional), pois quem lê é informado, e vai votar com relativa lucidez. Ler e escrever faz parte de ser gente.

**“A meninada precisa ser seduzida. Ler pode ser divertido e interessante, pode entusiasmar, distrair e dar prazer”**

Sempre fui de muito ler, não por virtude, mas porque em nossa casa livro era um objeto cotidiano, como o pão e o leite. Lembro de minhas avós de livro na mão quando não estavam lidando na casa. Minha cama de menina e mocinha era embutida em prateleiras. Criança insone, meu conforto nas noites intermináveis era acender o abajur, estender a mão, e ali estavam os meus amigos. Algumas vezes acordei minha mãe esquecendo a hora e dando risadas com a boneca Emília, de Monteiro Lobato, meu ídolo em criança: fazia mil artes e todo mundo achava graça.

E a escola não conseguiu estragar esse meu amor pelas histórias e pelas palavras. Digo isso com um pouco de ironia, mas sem nenhuma despreciação ao excelente colégio onde estudei, quando criança e adolescente, que muito me preparou para o mundo maior que eu conheceria saindo de minha cidadezinha aos 18 anos. Falo

da impropriedade, que talvez exista até hoje (e que não era culpa das escolas, mas dos programas educacionais), de fazer adolescentes ler os clássicos brasileiros, os românticos, seja o que for, quando eles ainda nem têm o prazer da leitura. Qualquer menino ou menina se assusta ao ler Macedo, Alencar e outros: vai achar enfadonho, não vai entender, não vai se entusiasmar. Para mim esses programas cometem um pecado básico e fatal, afastando da leitura estudantes ainda imaturos.

Como ler é um hábito raro entre nós, e a meninada chega ao colégio achando livro uma coisa quase esquisita, e leitura uma chatice, talvez ela precise ser seduzida: percebendo que ler pode ser divertido, interessante, pode entusiasmar, distrair, dar prazer. Eu sugiro crônicas, pois temos grandes cronistas no Brasil, a começar por Rubem Braga e Paulo Mendes Campos, além dos vivos como Veríssimo e outros tantos. Além disso, cada um deve descobrir o que gosta de ler, e vai gostar, talvez, pela vida afora. Não é preciso que todos amem os clássicos nem apreciem romance ou poesia. Há quem goste de ler sobre esportes, explorações, viagens, astronáutica ou astronomia, história, artes, computação, seja o que for.

O que é preciso é ler. Revista serve, jornal é ótimo, qualquer coisa que nos faça exercitar esse órgão tão esquecido: o cérebro. Lendo a gente aprende até sem sentir, cresce, fica mais poderoso e mais forte como indivíduo, mais integrado no mundo, mais curioso, mais ligado. Mas para isso é preciso, primeiro, alfabetizar-se, e não só lá pelo ensino médio, como ainda ocorre. Os primeiros anos são fundamentais não apenas por serem os primeiros, mas por construírem a base do que seremos, faremos e aprenderemos depois. Ali nasce a atitude em relação ao nosso lugar no mundo, escolhas pessoais e profissionais, pela vida afora. Por isso, esses primeiros anos, em que se aprende a ler e a escrever, deviam ser estimulantes, firmes, fortes e eficientes (não perversamente severos). Já se faz um grande trabalho de leitura em muitas escolas. Mas, naquelas em que com 9 ou 10 anos o aluno ainda não usa com naturalidade a língua materna, pouco se pode esperar. E não há como se queixar depois, com a eterna reclamação de que brasileiro não gosta de ler: essa porta nem lhe foi aberta.



LYA LUFT  
é escritora

## ANEXO O

Redija um texto dissertativo sobre: A importância da leitura na formação do indivíduo

A leitura e os alunos

ANEXO O

Hoje a leitura é essencial na aprendizagem dos alunos, pois ela traz vários temas e tipos de textos que ensinam a conhecer as palavras novas e escrever textos com maior raciocínio lógico.

Os alunos de hoje em dia precisam cada vez mais da leitura para serem bons profissionais e conhecerem melhor o mundo do futuro além de trazer um maior conhecimento, habilidade e imaginação. Na carreira de técnico por exemplo os textos ajudam a desenvolver a linguagem tanto oral como escrita, deixa as pessoas seguras para concursos de empresas, entrevistas para empregos e outras outras apresentações que serviram para aprimorar sua carreira como técnico.

Se todos liam um livro por mês o português seria uma das matérias de maior habilidade dos alunos, e no futuro teriam mais chance de entrar o mercado de trabalho.

### Leitura

A leitura é importante para todos nós não só para ocupar o tempo, ler gratuitamente é também importante para nós falarmos corretamente montamos informados de tudo aqui e de outros países e do mundo.

Praticamente sem a leitura nós não teríamos nada nos ~~estudos~~<sup>trabalhos</sup> numa geração ultrapassada por que sem a leitura nós não teríamos ~~os~~ ~~experts~~ como máquina agrícola e não saberíamos como usar de nós não de montamos informados por manual de instruções.

Nós ainda não sabemos os nomes deus, e divindades de um cidade.

Se fôssemos de novo a leitura é muito importante.

## Continuação do item anterior

### Importância da leitura

Um instrumento de saber e aprender da sociedade hoje é a leitura. Na necessidade, ou mesmo por hábito, as pessoas estão mais interessadas em manter-se informadas, o que estimula conseqüentemente a leitura, seja em noticiários, revistas, jornais, livros ou textos de internet.

Não tinha hábito de ler, mas como na escola que vim o português ou as aulas de português deixaram a desejar, senti a necessidade de ir em busca de acostumar-me a ler, para que pelo menos soubesse escrever e expressar minhas ideias e críticas no papel e na fala, depois isso deixou de ser uma necessidade e passou a ser um passatempo saudável que hoje vejo que só me trouxe benefícios, tanto na minha formação quanto ao meu saber.

Assim como eu fiz essa escolha de aprender a gostar de ler, todas as pessoas deverão fazer o mesmo, pois recursos é que não faltam, temos livros e informativos de alta qualidade, só resta gerar e estimular a vontade e o hábito da leitura.

## ANEXO P

10) Redija um texto dando sua opinião sobre o trabalho realizado sobre leitura. Você poderá citar aspectos positivos e negativos.

O trabalho feito foi muito bom, aprendemos muitas coisas, como: Aprender a gostar mais da leitura, saber que ela é muito importante para as nossas vidas, pois nos traz muita informação, também muita interpretação, e imaginação.

Os trabalhos feitos em sala de aula foram muito proveitosos, aprendemos muitas coisas, a interpretação que é muito importante para nós, os livros que foram lidos a mando da professora era muito bom, e os resumos feitos e os debates eram bem discutidos.

### As nossas leituras

Realizamos leituras muito legais na biblioteca da EAFS com livros muito interessantes que chamavam muita atenção, juntamente com a professora Ivete que nos acompanhava em seu mestrado, pedindo que lessemos sobre assuntos variados para descobrir como a leitura é importante para nós saber. As aulas foram boas e bem elaboradas.

Continuação do item anterior

Incentivo a leitura

O trabalho realizado foi muito importante pois nós mostramos mais uma vez a grande importância da leitura em nossas vidas. Porém ~~eu~~ esperava algo diferente, mais dinâmico, nós até lemos mais após o aprendizado, mas acredito que se o trabalho fosse mais impelente e variado mais ligado a leitura, as mais motivadas a ler.

Mas enfim para mim o trabalho foi proveitoso e me fez ler mais e com isto aprimorei mais meus conhecimentos em geral.

Leitura

O trabalho foi excelente, gostei muito do jeito que a ~~prof~~ prof dava aula, mas um ponto negativo é que a ~~prof~~ prof falava demais, causando um pouco de sono, mas o resto está ótimo.